



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA MORAL E POLÍTICA**

**O REPUBLICANISMO MAQUIAVELIANO: A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUNOS DA
PLEBE PARA A POLÍTICA**

Dissertação de Mestrado

ANTONIO CARLOS MAIA GISSONI

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Schio

PELOTAS, 14 de novembro de 2018.

ANTONIO CARLOS MAIA GISSONI

**O REPUBLICANISMO MAQUIAVELIANO: A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUNOS DA
PLEBE PARA A POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Schio

Pelotas, 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

ANTONIO CARLOS MAIA GISSONI

**O REPUBLICANISMO MAQUIAVELIANO: A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUNOS DA
PLEBE PARA A POLÍTICA**

Data da Defesa: 14.11.2018

Banca examinadora:

PROFA. DRA. Sônia Maria Schio (Orientadora)

PROF. DR. Evandro Barbosa (UFPel)

PROF. DR. Newton Bignotto (UFMG)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Benedita, ao meu irmão, Edson, à minha companheira, Nicolle, e à nossa filha, Ester.

Agradecimentos

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -, pelo financiamento da minha pesquisa.

A Universidade Federal de Pelotas, por viabilizar a minha formação Humana e Acadêmica desde 2010.

Ao Programa de Pós-Graduação, pela qualificação e apoio à conclusão deste trabalho.

À Prof. Sônia Maria Schio pela confiança, compreensão e muita paciência nesta jornada.

Aos professores Newton Bignotto e Evandro Barbosa pelo apreço demonstrado ao terem aceito o convite à participação na Banca Examinadora.

À minha companheira Nicolle Roswag e à sua família, que em momento algum deixaram-me sem alento ou força para continuar. E também a nossa filha, Ester, fruto da nosso Amor, a qual renovou os votos de alegria e esperança em nossos corações.

À minha mãe, Benedita Maia, e ao meu irmão, Edson Maia, por terem feito o impossível para que eu pudesse me tornar um Cidadão do Mundo.

Aos professores e aos colegas com os quais ainda aprenderei, compartilharei e construirei o conhecimento para mudarmos o Mundo para melhor.

Aos amigos Daniel Berbare, Ricardo Brandolt, Wagner França, Dirceu Arno Júnior, Juliana Scherdian e tantos outros com quem pude contar nesse projeto e que de alguma maneira somaram à minha pesquisa.

Às trabalhadoras e aos trabalhadores que, com muito suor e com a confiança de que a Educação melhorará Nosso País, oportunizaram a minha formação Humana e Acadêmica.

EPÍGRAFE

Canção ***Eles comem tudo***, composta pelo músico português Zeca Afonso:

No céu cinzento sob o astro mudo
Batendo as asas pela noite calada
Vêm em bandos com pés de veludo
Chupar o sangue fresco da manada
Se alguém se engana com seu ar sisudo
E lhes franqueia as portas à chegada
Eles comem tudo eles comem tudo
Eles comem tudo e não deixam nada [bis]

A toda a parte chegam os vampiros
Poisam nos prédios poisam nas calçadas
Trazem no ventre despojos antigos
Mas nada os prende às vidas acabadas

São os mordomos do universo todo
Senhores à força mandadores sem lei
Enchem as tulhas bebem vinho novo
Dançam a ronda no pinhal do rei

Eles comem tudo eles comem tudo
Eles comem tudo e não deixam nada

No chão do medo tombam os vencidos
Ouvem-se os gritos na noite abafada
Jazem nos fossos vítimas dum credo
E não se esgota o sangue da manada

Se alguém se engana com seu ar sisudo
E lhe franqueia as portas à chegada
Eles comem tudo eles comem tudo
Eles comem tudo e não deixam nada

Eles comem tudo eles comem tudo
Eles comem tudo e não deixam nada

Resumo

A presente investigação aborda o pensamento político de Nicolau Maquiavel (1469-1527), nas obras *O Príncipe* e *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, a partir da hipótese de que o governo republicano beneficia a população quando há um governo misto. Para tanto, a História é considerada uma importante fonte de ensinamentos, sobretudo o Período da República Romana (510 a.C. - 27 d.C.). Nesse contexto, destaca-se a divisão do poder político – a *politeia mixes* -, com ênfase na participação popular nas deliberações políticas por meio da instituição de um cargo específico: os Tribunos da Plebe (em 493 a.C.). As acepções de Cícero, em sua obra *Da República*, influenciaram as considerações do autor florentino sobre este modelo de governo. Desse modo, demonstra-se a interpretação de Maquiavel sobre a utilização da História como base epistemológica; a sua proposta de análise objetiva da realidade política – a *verità efetualle* -, a fundação ou a reforma de um Estado; a relevância do governo republicano; e o arrojo individual – a *virtù* -, em face à imponderabilidade humana sobre todas as coisas – a *fortuna*. Por fim, constatar-se-á as compatibilidades e as distinções entre o pensamento maquiaveliano aproximando-o do comunista do século XX, especialmente, nas acepções de Alasdair MacIntyre acerca de uma comunidade política pautada na busca do bem comum. Em outros termos, a atualidade do primeiro e as considerações de um contemporâneo no tocante às questões sobre a vida em comunidade, uma preocupação Política que perpassa os séculos e as mentes humanas.

Palavras-chave: Política, Povo, Participação, República, Poder.

GISSONI, Antonio Carlos Maia. **O REPUBLICANISMO MAQUIAVELIANO: A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUNOS DA PLEBE PARA A POLÍTICA**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Abstract

The present investigation deals with the political thought of Niccolò Machiavelli (1469-1527), in the books *The Prince* and *The Discourses on the First Ten Books of Titus Livy*, from the hypothesis that the Republican government benefits the population when there is a mixed government. To this end, the story is considered an important source of teachings, especially the period of the Roman Republic (510 BC - 27 BC). In this context, the division of political power - *the politeia mixes* - with an emphasis on popular participation in policy deliberations through the imposition of a specific position: The Tribunes of the Plebs (in 493 BC). The meanings of Cicero, in his book *The Republic*, influenced the Florentine author considerations on this model of government. In this way, demonstrates the interpretation of Machiavelli on the use of history as epistemological base; his proposal for objective analysis of political reality - *the verittà efetualle* -, the foundation or the reform of a state; the relevance of the republican government; and the individual boldness – the *virtù* -, in the face of human weightlessness over all things – *the fortune*. Finally, we can see compatibilities and the distinctions between thought of Machiavelli approaching the communitarianism of the 20th century, especially, the meanings of Alasdair MacIntyre about a political community based on the search for the common good. In other words, the actuality of the first and a contemporary considerations with regard to questions about life in community, a political concern that runs through the centuries and the human minds.

Key-words: Politics, People, Participation, Republic, Power.

GISSONI, Antonio Carlos Maia. **THE MAQUIAVELIAN REPUBLICANISM: THE IMPORTANCE OF THE PLEBE TRIBUNES FOR POLICY**. 2018. Dissertation (Master Degree) – Postgraduate Program in Philosophy. Federal University of Pelotas, Pelotas.

Sumário

1 Introdução	12
2 O pensamento político de Nicolau Maquiavel.....	15
2.1 De Cícero à Maquiavel: sobre a <i>res publica</i>	21
2.1.1 A História e a sua função	38
2.1.2 A racionalidade prática e o realismo político	42
2.1.3 A <i>virtù</i> e a <i>fortuna</i>	45
3 A situação do Povo em uma república	49
3.1 A <i>verità efetuale</i> e o conflito político	52
3.1.1 A fundação e a reforma de um Estado	54
3.2 Os Tribunais das Plebes	58
3.3 A participação política e a liberdade.....	66
3.4 A <i>fortuna</i> e a <i>virtù</i> em um governo republicano	72
3.4.1 A <i>fortuna</i> em um governo republicano.....	73
3.4.2 A <i>virtù</i> em um governo republicano	76
4 A comunidade política segundo Maquiavel e MacIntyre	82
4.1 O Comunitarismo	84
4.2 A república para Maquiavel e a <i>polis</i> para MacIntyre	87
4.3 A <i>virtù</i> como Prática e Tradição em Maquiavel	90
4.4 A Prática e a Tradição segundo MacIntyre.....	95
5 Considerações finais	99
Referências Bibliográficas.....	102

Introdução

Nicolau Maquiavel, ao teorizar sobre as formas de governos, defendeu o Modelo Romano de República¹ como sendo o sistema político mais adequado para um Estado. Para ele, a grandeza da República Romana (509 a.C. – 27 a.C.) fora alcançada devido à divisão do poder político, gerando, assim, um modelo de governo republicano baseado na participação política, na elaboração e no cumprimento das leis e na garantia da liberdade. Na obra *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1531), também conhecida como *Discorsi*, Maquiavel destacou como a República Romana possuiu as condições suficientes para ser utilizada como arquétipo desse sistema político, e em qualquer Estado. Nessa perspectiva, pode ser constatado que o pensamento de Cícero² contribuiu para o embasamento teórico de Maquiavel não somente no que se relaciona ao Republicanismo e ao Modelo Romano, mas também sobre a Política e suas variações.

Sobre a sua preferência por um governo baseado nos pressupostos Republicanos de Roma, Maquiavel destacou como a divisão do poder político entre o Senado, o Consulado e os Tribunos da Plebe, foi decisiva para o surgimento do Sistema Republicano. A participação política popular - os Tribunos -, fez com que o exercício do poder político do Estado fosse dividido de maneira tripartite entre os cônsules, os senadores e os tribunos. Escrito de outro modo, a adoção de um "regime de governo misto" que legitimasse a diversidade político-social baseado na participação popular na condução política do Estado. Nessa questão, o autor florentino recorreu ao conhecimento pretérito para justificar o seu pensamento e, por isso, verifica-se que o pensamento ciceroniano repercutiu nas suas interpretações. Além da semelhança entre o pensamento Republicano, há também a utilização da

¹ Sobre a República Romana, o estudo adequado será apresentado no segundo capítulo desta dissertação.

² Marcus Tullius Cícero (106 - 43 a.C.) foi orador e político romano. Ele viveu no final do período republicano, marcado por guerras civis pelo poder, pela ditadura militar (Sila, até 78 a.C.), pelos Triunviratos (1º: Pompeu, Crasso, Júlio César, depois com a ascensão de Marco Antônio); pelo governo de Júlio César enquanto "Ditador Vitalício", inclusive estando ainda vivo no início do Segundo Triunvirato (Marco Antônio, Lépido e Otávio). A vida política de Cícero foi intensa: ele atuou como cônsul duas vezes, em torno de 63 a.C., e como procônsul na Sicília, em 51 a.C. Foi assassinado pelos partidários de Marco Antônio (43 a.C.). Politicamente ele defendia o "principado", o que lhe causou problemas. Ele exerceu o ofício de advogado, ficando conhecido também pelo uso da oratória.

História como instrumento voltado ao ensino da política: o êxito político pela demonstração de *virtù*.

Ainda, segundo eles, o conflito político precisava ser reavaliado pelos governantes com o intuito de utilizá-lo como um elemento na elaboração de algo que fosse considerado público. Dito de outro modo, do confronto de interesses poderia surgir uma forma de governo que orientasse as suas ações ao bem público e não aos interesses privados. Todavia, apesar de possuírem proximidade no que diz respeito à Política, não são raros os momentos em que esses pensadores políticos divergiam em suas teorias, por exemplo: enquanto Cícero considerava a sociabilidade inata ao homem, Maquiavel não tinha a mesma expectativa e, por isso, não endossava a ideia dessa disposição inerente ao humano. Por essa via, é importante ressaltar que na época de Maquiavel – século XVI –, os Estados serviam de instrumento para legitimar o exercício do poder, fosse através de condições favoráveis ou não, para a grande parcela da população, composta de plebeus e camponeses.

Para encontrar as razões pelas quais Maquiavel recorreu ao passado, especificamente ao Período Republicano de Roma, é preciso considerar a sua preocupação acerca da necessidade de atender a vontade do povo por meio das pautas políticas. Baseado no Modelo Romano, Maquiavel entendeu que a participação conjunta dos diversos grupos que habitavam a *Civitas* forneceria melhores condições para o que governo de um Estado trabalhasse em prol das causas públicas, assim como havia acontecido em Roma. Assim, novamente, a aproximação entre o pensamento de Cícero e o de Maquiavel destaca como este período político de Roma influenciou o pensamento teórico-político, assim como os desdobramentos deste sistema político na posteridade.

Nessa perspectiva, o primeiro capítulo - Maquiavel: breve introdução -, aborda o republicanismo segundo a acepção de Maquiavel e a repercussão do pensamento ciceroniano em suas considerações sobre o Modelo Romano de governo. O objetivo é demonstrar a preferência desses autores por uma forma de governo participativa e com uma causa em comum a todos os cidadãos. Dessa maneira, observar como a História, as formas de governo, a *virtù* e a *fortuna*, e a divisão poder político visando um bem público, foram importantes para que os autores justificassem o Estado Republicano.

Acerca do segundo capítulo – A situação do Povo em uma república -, intenciona-se demonstrar como o conflito pelo poder político entre os nobres e os plebeus era inerente a qualquer Estado. Por isso, destaca-se como a verdade efetiva da realidade política - a *verità efetuale* -, deveria ser examinada com base nas circunstâncias objetivas do contexto político. Do contrário, a manutenção ou a conquista do poder político em um Estado poderia ser comprometida. Como a sua justificava referia-se à República Romana, Maquiavel entendia que o estabelecimento de um cargo que viabilizasse a participação política popular – os Tribunos -, foi imprescindível para que os plebeus compusessem, juntamente com o Senado e o Consulado, o poder político daquele Estado. Por conta disso, a atuação política dos tribunos não era restrita aos interesses da classe popular, mas também dizia respeito às causas públicas. Quer dizer, como Maquiavel considerava que em um Estado republicano a Liberdade – um bem comum -, deveria ficar sob o cuidado do povo, a participação política viabilizava a defesa desse interesse comum a todos e impedia que os plebeus fossem preteridos pelos nobres ao auxiliarem nas decisões políticas do Estado. Todavia, era preciso demonstrar a *virtù* não somente à defesa de interesses privados ou os da classe, mas também quando os problemas políticos prejudicassem os interesses da república, pois era preciso precaver-se da submissão à contingência dos acontecimentos – a *fortuna*.

Por fim, no terceiro capítulo – A comunidade política segundo Maquiavel e MacIntyre -, verifica-se como as considerações maquiavelianas sobre uma república podem ser aproximadas às dos Comunitaristas do século XX, quando esses teorizaram sobre a comunidade política preocupada com um bem comum. Nesse caso, o pensamento político de Alasdair MacIntyre serve de fundamentação teórica à análise acerca da formação e conservação de Estados em que as pessoas não se dedicam somente aos interesses pessoais, mas também aos coletivos. Ainda, os conceitos de Virtude, Prática e Tradição serão investigados com o propósito de esclarecer como as comunidades políticas significam as ações relacionadas à convivência e à interação entre os cidadãos.

O pensamento político de Nicolau Maquiavel

Com o intuito de identificar as variantes do jogo político, o autor florentino Nicolau Maquiavel³ legou à posteridade duas obras fundamentais sobre a Política, a saber: *O Príncipe*⁴ e os *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*⁵. Por essas obras, ele apresentou a sua preocupação em relação à cidade à qual dedicou mais de uma década de trabalhos diplomáticos, a República de Florença. Em sua obra *O Príncipe*, ele escreveu sobre as possíveis regras para o êxito político dos príncipes, mas nas entrelinhas, sua teoria abrangia os cidadãos que se empenhavam na política enquanto governantes, além de conter os primeiros indícios de sua justificativa republicana. Na obra *Discorsi*, ele justificou a implantação do Sistema Republicano de Governo baseado nos exemplos extraídos da História Romana e seu período Republicano (509 a. C. – 24 a. C). Ainda que as duas obras pareçam distantes devido aos seus títulos, em ambas Maquiavel observou com

³ Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (Florença, 1469-1527) foi chanceler, poeta, politólogo e autor de obras políticas como *O Príncipe* e *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Entretanto, ele não escreveu apenas sobre Política, mas também obras teatrais (*Mandrágora*), de História (*Histórias Florentinas*) e poesias (*Primeira Decenal*), por exemplo. Durante quatorze anos, ele prestou serviços à República de Florença, sendo destituído do posto de secretário quando, em 21 de setembro de 1513, o gonfaloneiro Piero Soderinni perdeu o controle da cidade. Devido a esse o ambiente político conturbado, a família Médici retomou o poder político de Florença, o qual havia perdido em 1494. Por causa disso, Maquiavel foi destituído do cargo de Secretário, preso e torturado por suspeita de conspiração contra os interesses de Florença. Mas através de um Indulto do Papa Leão X em 11 de março de 1513, ele foi solto e acabou exilado em uma propriedade da família nos arredores de Florença, onde se dedicou a uma vida simples e à elaboração de suas obras.

⁴ Obra escrita em 1513 e publicada em 1532, foi dedicada a Lourenço de Médici na tentativa de regressar à vida pública, visto o seu desligamento das funções diplomáticas devido à troca de governantes em Florença. O texto foi escrito com a pretensão de que se tornasse um manual de Política para o governante. Em suas páginas, Maquiavel discorreu acerca das especificidades necessárias – as virtudes - referentes àqueles que voltam seus esforços à obtenção e à manutenção do poder, assim como da imprevisibilidade dos acontecimentos – a *fortuna*. Além disso, ele indica alguns acontecimentos históricos como fontes empíricas de conhecimentos e de exemplos, e meios para conquistar e manter o poder de um principado (monarquia). Essa é conhecida como a mais polêmica de suas obras por nela defender a instauração de um principado como meio de assentar a estabilidade política em um Estado. E a partir de sua publicação surgiam polêmicas em Florença com relação à suposta defesa ao despotismo, à adoção de um imoralismo político e de uma antropologia negativa.

⁵ Doravante, *Discorsi*. Nesta obra, elaborada em 1513 e publicada postumamente em 1531, Maquiavel ponderou acerca da possibilidade de uma república como forma de governo viável, considerando a existência de forças antagônicas que disputam o poder político – o povo e a nobreza. Ele comparou os êxitos do modelo republicano romano à situação política de sua época, e a exaltou como sendo a melhor forma de governo (ordenação política). Nesta obra, transparece o seu apelo por um sistema de governo no qual o poder político seja compartilhado entre as parcelas sociais que compõe o Estado – ricos e pobres -, a fim de evitar, como ocorrera em Roma durante a vigência da república, que as decisões fiquem exclusivamente sob o controle dos príncipes ou dos aristocratas. O conteúdo foi exposto a partir dos relatos de Tito Lívio, historiador romano que escreveu um livro sobre a fundação de Roma – *Ab Urbe condita libri* (estima-se que a obra foi escrita por volta de 27 a. C.).

atenção a realidade política e expôs o perigo de o poder político ser exercido com exclusividade, fosse por uma classe política ou por um príncipe.

Todavia, a compreensão do conteúdo de suas obras exige que a época em que ele viveu seja considerada – meados do século XVI -, sobretudo sua proximidade à atividade política. Em outros termos, além do anacronismo ao interpretar seu pensamento por um viés contemporâneo, a inobservância dos fatos e das influências daquele período histórico pode acarretar a equívocos sobre o seu pensamento político.

Entre os séculos XV e XVI (1450-1532) a Europa passou por constantes agitações políticas devido às disputas pela manutenção, ou pelo estabelecimento, do poder político. Devido a esses interesses expansionistas, a disputa pela ampliação de territórios atingia a República de Florença que, por seu turno, também era afetada por disputas internas pelo controle do poder político. Assim, por demonstrar fragilidade no campo político, a República de Florença era atingida em duas situações: a interna, pois, a cidade não apresentava soluções para os problemas políticos, além de haver uma disputa pelo controle político; e a externa, que era agravada pela vontade expansionista de príncipes que disputavam os domínios pertencentes à Florença. Com relação a essas perturbações políticas, Aranha observou:

Na Itália do século XVI, a fragmentação é ainda mais nítida; não existe sequer um rei ou imperador para reunir, ao menos simbolicamente, os diversos Estados que, além de estarem em constante luta entre si, passam a ser objeto de disputa dos países estrangeiros já unificados, como França e Espanha. Tal como a Alemanha, a Itália só se unifica no século XIX. (ARANHA, 1993, p. 19).

Nesse contexto, pode-se compreender que a Península Itálica, na época de Maquiavel, era penalizada por disputas políticas que impediam o agrupamento dos territórios itálicos sob uma mesma ordem política. Nesse caso, a política dos Estados Itálicos era realizada visando à unidade e não à união sob um único governo. Entretanto, se não bastasse o desentendimento entre estes Estados, havia também a política expansionista praticado pelos Estados exteriores à Península Itálica que, diante da falta de resolução para os problemas políticos naquela região,

tomavam a instabilidade em proveito à imposição do seu controle político⁶. Nessa linha, Alessandro Pinzani observou como a Península Itálica estava envolta pela desordem política e escreveu:

A península tornou-se, então, o cenário de longas e ferozes lutas entre França, Espanha, e o Império Alemão, sendo atravessada por exércitos mercenários que levavam consigo violência, devastação e pestilências. Os pequenos e fracos Estados italianos tornaram-se expectadores impotentes, buscando continuamente a aliança e a proteção do mais poderoso entre os pretendentes. (PINZANI, 2004, p. 13)

De ambas as passagens, pode-se concluir que a República de Florença era ambicionada por Estados maiores, porém não dispunha de força, política e militar, equivalente ou superior, para conter os seus adversários. Florença participava de um ambiente político desfavorável, distante da estabilidade política, fosse como parte integrante de um Estado maior – Itália -, ou fosse como uma Cidade-Estado – República de Florença.

Considerada a situação política à qual estava submetida à República de Florença, deve-se lembrar de que Maquiavel fora inspirado pela cultura da Renascença Italiana⁷. Uma época em que se almejava resgatar valores, conhecimentos e exemplos da Antiguidade Clássica com o intuito de rever a ação humana na realidade. Este foi um momento de rompimento com os dogmas religiosos que interferiam na concepção de sua própria existência.

Dessa forma, ao observar que o homem poderia transformar a realidade ao invés de submeter-se sem questionamentos, o autor florentino expressou seu pensamento político com a exigência de que os próprios homens deveriam

⁶ Sobre situação da Península Itálica nessa época, Lauro Escorel, em *Introdução ao Pensamento Maquiaveliano*, realçou a problemática desse ambiente hostil aos Estados politicamente inseguros, que serviam de estímulo aos ímpetus expansionistas: “dividida internamente, corroída e devastada por lutas civis, rivalidades e dissensões de toda espécie, moralmente corrompida e prostrada, oferecia campo livre ao impulso expansionista, sobretudo da França e da Espanha, cujas ambições de conquista se chocavam em seu território.” (ESCOREL, 2014, p. 164). A situação política caótica da Península Itálica não favorecia a estabilidade política sob qualquer aspecto, ainda mais com forças externas (França e Espanha) disputando o controle político em vista da fragilidade que constataavam nessa região.

⁷ Tratando especificamente deste período, Rodolfo Mandolfo, na obra *Figuras e Ideias da Filosofia da Renascença*, escreveu: “A Renascença na Itália foi o período de máximo resplendor espiritual, que pode fazer lembrar o chamado ‘milagre grego’. Foi com efeito o seu resplendor comparável ao florescimento do pensamento filosófico e científico na Grécia; e mesmo quando sobreveio a decadência e o fim desta época na Itália, devido à perda da liberdade no pensamento, permaneceu, não obstante, a herança transmitida a outros países da Europa, o que determinou o desenvolvimento ulterior da ciência e das filosofias modernas.” (MONDOLFO, 1967 p. 183)

coordenar a execução dos propósitos públicos. Essa postura baseava-se na influência do Ideal Humanista do Renascimento, como explicou Aranha:

O Humanismo renascentista é fundamentalmente antropocêntrico. Ou seja, enquanto o pensamento medieval é teocêntrico, voltado para os textos religiosos e marcado pela referência ao divino e à vida após a morte, o Humanismo celebra a vida terrena e valoriza o homem racional que se coloca a si próprio no centro dos interesses e decisões. (ARANHA, 1993, p. 22)

O comentador, então, mostra como essa mudança de concepção colocava o homem em primeiro plano em relação à transformação da sociedade. A postura de submissão e de rejeição à atividade política, confirmada pela influência Religiosa, era ignorada, pois o pensamento da época exigia que o homem fosse atuante e, assim, reavivasse o apreço pela vida ativa e transformadora. Nesse contexto, a postura de Maquiavel expressou a sua época, na qual a ação humana laica voltava a ter significado ativo na elaboração da realidade política. Nesse sentido, em *Discorsi*, Maquiavel contrastou a religião dos Antigos à da sua época para sugerir que a Religião possuía uma parcela de responsabilidade na desmotivação pelas atividades políticas. De acordo com o autor:

Com efeito, nossa religião, mostrando a verdade e o caminho único para a salvação, diminuiu o valor das honras deste mundo. Os pagãos, pelo contrário, que perseguiam a glória (considerada o bem supremo), empenhavam-se com dedicação em tudo que lhes permitisse alcançá-la. Vê-se indícios disto em muitas das antigas instituições, a começar pelos sacrifícios, esplendorosos em comparação com os nossos, bastante modestos, e cujo rito, mais piedoso do que brilhante, nada oferece de cruel capaz de excitar a coragem. (MAQUIAVEL, 2008, p. 199).

Maquiavel buscava demonstrar como o comportamento humano havia se acomodado, pois, quando ameaçado, o homem mostrava-se desencorajado a agir em desacordo com a Justiça Divina. Ao invés de uma postura ativa, a pessoa era resumida à falta de ímpeto, a qual, mais compadecida do que combativa, demonstrava-se incapaz de agir de outra forma. Essa postura quase que indiferente ao processo de remodelação da realidade, gerava descontentamento ao autor, pois, ao tratar da *virtù*, ele demonstrou sua crença na ideia de que o ser humano poderia expressar sua vontade no contexto social⁸. E complementou:

⁸ Nietzsche, na obra *Genealogia da Moral* (1887), expressa a mesma ideia, qual seja, a de que o Cristianismo é a Religião dos fracos. Tal texto do século XIX demonstra, mais uma vez, que o pensamento de Maquiavel foi profícuo para as reflexões na Modernidade.

As religiões antigas, por outro lado, só atribuíam honras divinas aos mortais tocados pela glória mundana, como capitães famosos, ou chefes de Estado. Nossa religião, ao contrário, só santifica os humildes, os homens inclinados à contemplação, e não à vida ativa. Para ela, o bem supremo é a humildade, o desprezo pelas coisas do mundo. Já os pagãos davam a máxima importância à grandeza d'alma, ao vigor do corpo, a tudo, enfim, que contribuísse para tornar os homens robustos e corajosos. Se a nossa religião nos recomenda hoje que sejamos fortes, é para resistir aos males, e não para incitar-nos a grandes empreendimentos. (MAQUIAVEL, 2008, p. 199)

Nota-se que Maquiavel enfatizou o critério da ação e seus efeitos transformadores na concepção de mundo. Em relação à influência desse legado do Pensamento Medieval, Maquiavel retorquiu a seus precedentes reivindicando a secularização da Política, ou seja, o rompimento definitivo entre a Política e a Religião⁹. Assim, a sua proposta de cisão entre o poder temporal e o atemporal distinguiu-se da Tradição Medieval Feudal – Alta Idade Média, séc. V ao XII -, ao desvincular o cenário político da influência religioso-política, a qual submetia o Estado¹⁰ ao Poder Divino. Sobre isso, Aranha (1993, p. 20) comentou que a “atuação da Igreja não era preponderante apenas no campo religioso, mas se estendia a todas as atividades.”. Dessa forma, havia dificuldade em encontrar alternativas à influência exercida pela Religião, posto que sua atuação não estava restrita às questões espirituais. Ao contrário, o poder religioso estava disperso, porém sua influência conseguia interferir nas decisões políticas.

Em relação ao poder temporal que a Igreja possuía, Aranha (1999, p. 21) explica que no “caso específico da Itália fragmentada, o Estado Pontifício era um dos mais importantes enquanto potência secular respeitável.” Sobre esse poder irrestrito da Igreja, Maquiavel demonstrou o seu descontentamento devido à influência do poder Eclesiástico sobre o poder político, ressaltando que a Religião exerceu o poder temporal em benefício de suas próprias causas temporais,

⁹ Acerca disso, autores como Marsílio de Pádua em *O Defensor da Paz* (1324) e Guilherme de Ockam em *Dialogus* (1328), também observaram as implicações da separação entre a Política e a Religião já durante a Tradição.

¹⁰ Maquiavel fornece os primeiros indícios do surgimento da concepção moderna de Estado com as seguintes características: um território; população composta por indivíduos que socialmente interagem entre si; um governo munido do poder de prescrever leis e com autoridade de repreender quem as infringem; e a independência de suas decisões e reconhecimento político por parte de outros estados. Segundo Bobbio, este “termo perduraria até hoje – “Estado” -, para indicar o que os gregos tinham chamado de *polis*, os romanos de *res publica*, e que um grande pensador político, o francês Jean Bodin, meio século depois de Maquiavel, chamará de *republique*.” (BOBBIO, 2000, p. 83).

obstruindo, assim, a reunião dos territórios da Península Itálica sob um único governo.

Em *Discorsi*, Maquiavel, referindo-se especificamente aos entraves trazidos pela interferência da Igreja¹¹ nos assuntos políticos, declarou os motivos pelos quais atribuía a ela o insucesso não somente da República de Florença, mas igualmente de toda a Península Itálica. Nas palavras do autor florentino:

A razão por que a Itália não se encontra na mesma situação daqueles dois países [França e Espanha], não possuindo um governo único, monárquico ou republicano, é exclusivamente a Igreja, a qual, tendo possuído e saboreado o poder temporal, não tem contudo a força suficiente, nem a coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se nela soberana. (MAQUIAVEL, 2008, p. 62)

Maquiavel apontou como o desvio de conduta da Igreja – vendas de indulgências, casamentos com fins políticos, entre outros -, incidiu sobre a ausência de um Estado Italiano, pois, com a experiência do exercício do poder temporal, os desejos pessoais e os da Religião foram confundidos. Assim, os impedimentos apontados pelo autor parecem confirmar que a influência da Igreja não ficava restrita aos assuntos religiosos, mas expandia o seu poder temporal para garantir o estabelecimento da sua hegemonia. Nenhuma pessoa ou instituição estava isento de ser influenciado por esse poder político manifesto pela Religião.

¹¹ Relacionado a isso, o comentador de Filosofia Medieval, De Boni, na obra *De Abelardo a Lutero* (2003), comentando Egídio Romano, mas referindo-se indiretamente à "força da Tradição", explicou como o poder da Igreja ultrapassava o poder temporal sob quaisquer aspectos. De acordo com ele: "Em primeiro lugar, o domínio da Igreja é universal e genérico, enquanto o domínio do príncipe é particular e específico. A Igreja domina sobre a alma; o príncipe sobre o corpo. Quem domina sobre a alma, domina também sobre o corpo, que está sujeito à alma, mas quem domina sobre o corpo não possui autoridade sobre a alma." (DE BONI, 2003, p.152). De Boni destacou também como o poder da Igreja se sobressaía em relação aos demais assuntos pelo fato de se apoiar em uma dialética espiritual que fora preenchida por interesses temporais, digam-se políticos. Assim, ao mostrar como a simples suspeita de desacordo à Providência Divina, fazia com que os agentes políticos hesitassem agir contra os interesses da Igreja, ao menos diretamente, aludindo, assim, à questão da força exercida pelo poder eclesiástico sobre o poder político.

De Cícero à Maquiavel: sobre a *res publica*

Ao teorizar sobre as regras e as soluções para os problemas políticos, Maquiavel não fez considerações somente sobre o poder político em um principado, pois, em *Discorsi*, ele preocupou-se com a participação política e a descentralização do poder, utilizando como fundamentação teórica e prática o modelo da República Romana¹². Por conta disso, podem ser encontrados pensamentos, conceitos, objetivos similares entre Cícero e Maquiavel, com relação ao pensamento político, visto que ambos aludiram à experiência republicana de Roma. Para eles, a *res publica*, a participação das parcelas sociais e a divisão tripartite do poder político entre os senadores, os cônsules e os tribunos serviam de embasamento aos cidadãos que buscassem estabelecer um Estado.

Ao considerar os motivos pelos quais a República Romana deveria ser o modelo a perdurar no tempo, Cícero e Maquiavel observaram o Estado Romano em seu período republicano para justificar a manutenção ou a implantação deste tipo de governo¹³ em uma comunidade política. Para ambos os autores, foram vários os

¹² Para esse estudo, utiliza-se como fonte teórica a definição de República encontrada no *Dicionário de Filosofia Política I* (1998), de Norberto Bobbio. Segundo ele: “Na moderna tipologia das formas de Estado, o termo República se contrapõe à monarquia. Nesta, o chefe do Estado tem acesso ao supremo poder por direito hereditário; naquela, o chefe do Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas (Suíça), é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente (através de assembleias primárias ou assembleias representativas). Contudo, o significado do termo República evolve e muda profundamente com o tempo (a censura ocorre na época da revolução democrática), adquirindo conotações diversas, conforme o contexto conceptual em que se insere.” (BOBBIO, 1998, p. 1107)

¹³ Além da definição genérica de república, Bobbio também apresenta a definição deste conceito sob outras interpretações, fornecendo ao leitor a possibilidade de verificar como este conceito foi alterado e adaptado ao longo do pensamento político: “II. A REPÚBLICA DOS ANTIGOS. Com *res publica* os romanos definiram a nova forma de organização do poder após a exclusão dos reis. É uma palavra nova para exprimir um conceito que corresponde, na cultura grega, a uma das muitas acepções do termo *politeia*, acepção que se afasta totalmente da antiga e tradicional tipologia das formas de Governo. Com efeito, *res publica* quer pôr em relevo a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum, a comunidade, enquanto que, quem fala de monarquia, aristocracia, democracia, realça o princípio do Governo (*archia*). Foi Cícero sobretudo quem definiu conceitualmente o significado de *res publica* (...): (De Republica, I, 25). Ao acentuar como elementos distintivos da República o interesse comum e, principalmente, a conformidade com uma lei comum, o único direito pelo qual uma comunidade afirma a sua justiça, Cícero acabava por contrapor a República não já à monarquia, mas aos Governos injustos, que Santo Agostinho mais tarde denominará *magna latrocinia*. Foi com este significado ciceroniano que o termo foi recebido pela cultura posterior até à Revolução Francesa. Com efeito, na Idade Média, para designar as formas concretas de organização do poder então existentes, foram utilizadas *regnum* e *civitas*, indicando esta última palavra, junto com *communitas*, *populus*, ou seja, pequenas Repúblicas. Exaltou-se, ao invés, sobremaneira a *respublica christiana*, para mostrar a ordem e unidade da sociedade cristã na coordenação dos dois poderes universais — a Igreja e o Império — instituídos por Deus para manter, sobre a Terra, a paz e a justiça. Foi esse o princípio basilar da grande síntese política da Idade Média. (...) É diferente o significado que assume o termo República no pensamento político moderno, quando se elabora uma tipologia das formas de

motivos para colocarem as suas ações e reflexões em defesa desse modelo de governo. Dentre eles destacam-se: as definições dos autores sobre as formas de governo (monarquia, aristocracia, democracia); o regime misto de governo; e o reconhecimento de desejos antagônicos em uma cidade.

Acerca das formas de governo, os fundamentos teóricos utilizados por Maquiavel e por Cícero foram influenciados pelas ideias de autores como Platão¹⁴, Aristóteles¹⁵ e Políbio¹⁶. Essas categorias surgiram como uma necessidade de teorizar a vida em sociedade e organizar sua composição por meio da interposição de instituições políticas - por exemplo, os Conselhos e as Magistraturas -, visto que os interesses individuais começaram a ser confrontados aos do conjunto da comunidade. Na base deste tema encontra-se outro ainda mais fundamental: a interpretação sobre a natureza humana.

Governo diversa da tipologia clássica, que previa a monarquia, a aristocracia, a democracia e o Governo misto. Com Maquiavel, primeiro, e depois com Montesquieu, se estabelece uma outra tríade: monarquia, República (aristocrática e democrática) e despotismo. A diferença entre ambas as tipologias está em que a primeira usa um critério exclusivamente quantitativo (é um, são poucos, são muitos os que governam), enquanto a segunda usa um critério qualitativo, resultante de uma multiplicidade de fatores. O primeiro é o espaço: a República deve ter uma expressão territorial assaz modesta, há de ser pequena, enquanto a monarquia precisa de um espaço grande e o despotismo de um espaço muito maior. Em segundo lugar, na República é preciso que haja uma relativa igualdade, na monarquia desigualdade em benefício de uma nobreza que é necessária para a própria existência do poder real, e no despotismo aquela igualdade de quando todos são escravos. Em terceiro lugar, na República as leis são expressão da vontade popular, enquanto que na monarquia são expressão da vontade do rei, limitado, contudo, pelas leis fundamentais (ele é obrigado a governar segundo leis fixas e estáveis, que são aplicadas por um poder judiciário independente), e o déspota governa e julga por decretos ocasionais e improvisados. Em quarto lugar, são diferentes as forças de integração social: na República é a virtude que leva os cidadãos a antepor o bem do Estado ao interesse particular; na monarquia é o senso de honra, da nobreza, que é sustentáculo e ao mesmo tempo limite do poder do rei; no despotismo é o medo que paralisa os súditos. (BOBBIO, 1998, p. 1107)

¹⁴ Em sua obra *A República*, capítulo VIII, Platão expôs as suas justificativas acerca das formas de governo. Todavia, faz-se importante destacar as distinções feitas por ele para classificar o formato político de um Estado.

¹⁵ Segundo consta em *A Política*, livro III, capítulo V, Aristóteles definiu sua classificação das formas de governo da seguinte maneira: “Entre o poder real dá-se geralmente o nome de monarquia; àquela que tem por objetivo o interesse geral; de aristocracia, ao governo para um reduzido número de homens ou de vários (contanto que não seja de um só) – seja porque a autoridade está nas mãos de diversas pessoas de bem, seja porque tais pessoas fazem uso dela para o maior bem do Estado. Finalmente, quando a multidão governa no sentido do interesse geral, dá-se a esse governo o nome de [Politeia], que é comum a todos os governos. (...) Os governos viciados são: a tirania para o poder real, a oligarquia para a aristocracia, a democracia para a república. A tirania é uma monarquia que não tem outro objetivo além do interesse do monarca; a oligarquia só enxerga o interesse dos ricos; a demagogia só enxerga o dos pobres. Nenhum desses governos se ocupa do interesse geral.” (2007, p. 86);

¹⁶ A classificação de Políbio pode ser encontrada no capítulo VI de sua obra *História*: “A maioria dos autores cujo objetivo é instruir-nos sistematicamente a respeito das constituições distingue três espécies da mesma, dando a uma delas o nome de monárquica, a outra de aristocrática e a terceira o de democrática (...) Devemos portanto afirmar que há seis espécies de governo: as três mencionado anteriormente, faladas por todas as bocas, e as três naturalmente afins a elas, quero dizer a autocracia, a oligarquia e a oclocracia.” (POLÍBIO, 1996, p. 326).

Segundo o pensamento aristotélico, o homem possui uma sociabilidade inata¹⁷, não cabendo a ele decidir se deve ou não viver conjuntamente, mas apenas cumprir esse processo natural de integração entre os seres humanos. Em contrapartida, Maquiavel não concordava com a tese de que o homem possuía essa inclinação natural à formação de um Estado, posto que, ao fazer suas considerações acerca da implantação de um sistema político em um Estado ele destacou certo grau de pessimismo ao referir-se à Natureza Humana¹⁸. Neste quesito, Aristóteles e Maquiavel ocuparam polos opostos no tocante às considerações sobre a natureza humana. Para o Estagirita, a formação da sociedade – *polis* – acontece devido a um critério intrínseco à condição humana, porém, extrínseco do ponto de vista prático. Para ele, o homem que negasse esse critério inato sofreria críticas, pois, com isso, ele negaria sua finalidade – *telos* – na relação unilateral com a *polis*. Desse modo, a impugnação à vida pública, no sentido de descumprimento dessa disposição de convívio e interação, pressupunha irracionalidade, isto é, a negação da própria existência e da faculdade racional que qualifica o animal político. Nesse quesito, Cícero, em *Da República*, também observou uma sociabilidade natural do homem, entretanto, ele não definiu o homem como um animal político como o fez Aristóteles. No pensamento ciceroniano, pode-se ler:

a primeira causa dessa agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum. (CÍCERO, 1973, p. 155)

¹⁷ Comparado a Aristóteles e suas considerações acerca da relação natural entre o indivíduo e a *Polis*, Maquiavel concebe essa relação de outra maneira. No pensamento aristotélico, percebe-se uma ontologia entre a cidade e o indivíduo a qual, naturalmente, encaminha o homem à atividade política. Em *A Política* (2007), o Estagirita escreveu: “Assim, é evidente que a cidade faz parte das coisas da natureza e que o homem é naturalmente um animal político destinado a viver em sociedade. Aquele que por instinto – e não porque qualquer circunstância o inibe – deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser desprezível ou superior ao homem.” (ARISTÓTELES, 2007, p. 16). Nesta passagem, Aristóteles argumentou que a aproximação entre os homens, com o intuito de formar uma Cidade, é um fato natural; a formação de uma comunidade política é uma condição do homem.

¹⁸ Em *O príncipe* consta que “de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 102); nos *Discorsi*: “Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 29)

Dessa forma, pode-se perceber que Aristóteles e Cícero possuíam características em comum sobre a ideia de inclinação humana à vida em conjunto. Todavia, Maquiavel prescindia deste pressuposto e, ao indicar as razões que o levavam a acreditar em uma "antropologia negativa", ele não recorreu às mesmas justificativas de Aristóteles e de Cícero. O autor florentino não foi adepto da ideia de que a organização dos interesses dos homens em uma comunidade por meio de um sistema político ocorresse sem dificuldade, pois percebia que a disputa ilimitada pelo poder político possibilitava o deterioramento de qualquer forma de Estado. Pautado pela mesma preocupação, mas na obra *Discorsi*, o autor notou que mesmo em um modelo republicano, a disputa por projeção ¹⁹individual e por poder político não estaria ausente. Por isso, ele não acreditava que a vida coletiva ocorresse sem que isso trouxesse alguma vantagem às pessoas, fosse por necessidade ou por escolha a convivência e a interação. Concomitante a isso, surgiu à necessidade de administrar esse acumulado de vontades e de desejos individuais presentes no grupo humano. Isso indicava que essa organização formada pelas pessoas teria a tarefa de contemporizar os interesses particulares com as demandas oriundas de uma comunidade política e, com isso, evitar que o Estado ruísse antes mesmo de se estabelecer como tal. Nesse sentido, a Teoria Clássica das formas de governo, segundo as concepções de Platão, Aristóteles e Políbio, carece de um estudo mais detalhado sobre as suas características e influências posteriores, pois estas fundamentações constituem as bases para a Concepção Ocidental das formas de governo. Mesmo que considerassem apenas a quantidade, isto é, o número de dirigentes, Cícero começou a preocupar-se com a qualidade dos interesses que eles defendiam e, por isso, a ideia de *politeia mixes*.

Ao tratar das Formas de Governo, estes autores buscavam explicar as sucessões dos Regimes de Governo, pois, observando a História, eles defenderam a existência de um ciclo de acontecimentos políticos que sempre se repetia. Assim, após terem buscado elementos que validassem seus apontamentos sobre a repetição das formas de governo, eles observaram que a corrupção do princípio de cada uma culminava na sua forma oposta e isso acontecia sucessivamente. Exposto de outro modo: as formas de governo se degeneravam e acabavam perdendo o

¹⁹ Acerca das palavras "indivíduo" e "individual", ressalta-se que o emprego dessas expressões é evitado, sempre que possível, a fim de não causar um anacronismo entre as assertivas e a época de Maquiavel. Sobre este tema, Paulo César Nodari em sua obra *A emergência do individualismo moderno no pensamento de John Locke* (1999) forneceu considerações relevantes.

propósito pelo qual um Estado foi fundado, isto é, com base em suas atribuições. Acerca disso, Giusti em *A Cultura Clássica Grega*, observou que, “a teoria política se constituiu entre os gregos no século IV, no ocaso dos ciclos históricos das cidades-estados [*polis*], como uma resposta do espírito humano à derrota, à desolação e à dor moral.” (Giusti, 1989, p. 78). Isso significa que os pensadores interpretavam os fatos históricos para defender a ideia de que os sistemas políticos vigoravam continuamente devido à degeneração à qual eram acometidos. Como as *poleis* gregas apresentaram alterações em suas formas de constituírem-se politicamente, a sucessão de formas de governos tornou-se, na concepção dos autores, um acontecimento que se repetia pela História. Para eles, a sucessão de governos demonstrava-se permanente e de breve duração. Sobre isso, Tavares explicou:

Naquele ciclo haviam ingressado sucessivamente, alternando-se ou, com maior frequência, superando-se cada novo elemento aos precedentes e, deste modo, convivendo entre si, ora enfrentando-se em conflitos severos, ora combinando-se para produzirem novas formas políticas, os três elementos constitucionais cuja tensão e cujo confronto dividiram não só cada Estado mas todo o universo dos Estados gregos, mergulhando-os em conflitos internos e internacionais intermináveis que se alimentavam reciprocamente: a monarquia, a oligarquia e a democracia. (TAVARES, 1989, p. 78)

Basicamente, estas três forças pretendiam constituírem-se na condição de Estado, ou seja, mesmo elas sendo consideradas formas de governos e voltadas ao controle do poder político. Em última instância elas eram forças políticas que buscavam incessantemente o exercício do poder político segundo seus próprios critérios. Nesse caso, a disputa pela possibilidade real de controlar o aparato Estatal, mediante prerrogativas válidas e constitucionais, deliberadas e direcionadas à determinada forma de governo que, naquela circunstância, possuía o respaldo para agir de forma irrestrita, propiciava as condições para que esse sistema político degenerasse e fosse substituído de forma abrupta ou não por outro. Pode-se dizer, então, que um Estado, caso sofresse uma adaptação que o restringisse ao formato de uma dessas forças – monárquica aristocrática ou democrática -, ruidaria pelo excesso de afirmação do princípio pelo qual foi estabelecido, por exemplo: de tanto consagrar a si próprio e sua posição de “monarca”, este se desvia de qualquer interesse comum, e exerce o poder político de maneira abusiva, tornando-se tirano; do mesmo modo, o Estado aristocrático que, tornando o exercício do poder político uma esfera demasiada seleta, exclui todo o restante das decisões políticas e mostra-

se oligárquico; e, por fim, o Estado democrático, administrado pelo controle popular, porém irrestrito e sem o reconhecimento de um poder político que, de fato, represente a maioria e finda a sua vigência devido à falta de controle. Assim o ciclo é retomado: monarquia/tirania, aristocracia/oligarquia e politeia/democracia. Uma sucessão de formas boas e más que, de acordo com Platão, Aristóteles e Políbio, repousava na História. Nessas circunstâncias, as formas de governo eram implantadas e, com o tempo, manifestavam sua debilidade e acabavam sendo substituídas por outra. Esse ciclo era recorrente nas acepções desses autores, pois eles observavam como as formas de governo inicialmente inspiravam confiança, mas acabavam tendo seus pressupostos subvertidos. Para Tavares, esse processo de disputa pelo poder político acontecia e, com isso, ocasionava uma espécie de estado de “exceção” em relação aos demais estratos político-sociais:

Havia aparentemente uma lógica interna que movia cada uma daquelas forças à expansão sem limites e, uma vez vitoriosa, a ocupar o Estado com a exclusão das demais, absolutizando-se e isolando-se na apropriação do poder soberano. Instalava-se, deste modo, uma constituição simples ou pura e hegemônica, isto é, um regime político no qual a soberania (1) se encontrava localizada num único segmento social, aquele que detinha senão a dominação exclusiva, pelo menos a hegemonia sobre o conjunto da sociedade ou, alternativamente, (2) se estabelecido entre os diferentes segmentos em que se dividia a sociedade um equilíbrio de forças do tipo que se converte em paralisia do poder, numa única instituição, agência ou magistratura governamental. (TAVARES, 1989, p. 79)

Observa-se, então, que a detenção do poder não seria proveitosa à consecução de proveitos comuns, pois a força política tinha por objetivo assegurar o controle exclusivo das instituições que constituíam o Estado. No entanto, estas formas de governos eram consideradas “puras”, e não recolhiam aos seus cuidados o espaço de participação no momento do exercício do poder político. Cada uma delas, através dos cidadãos que se identificavam às suas reivindicações, buscava determinar a política de acordo com as demandas pelas quais manifestavam seus interesses no controle do poder político. E este era considerado como uma “propriedade” da forma política que o Estado tomasse. Em outros termos, em uma monarquia/tirania as prioridades seriam os desígnios do “Um” que governasse; em um governo aristocrático/oligárquico, os privilégios seriam para os grupos seletos; e, por fim, uma democracia/demagogia, onde somente as vontades populares seriam satisfeitas.

Sobre as formas de governos e suas respectivas características, Cícero, em sua obra *Da Republica*, descreveu-as segundo as características que as distinguiam umas das outras. De acordo com ele:

Quando a autoridade está nas mãos de um só, chamamos a esse homem *rei* e ao poder *monarquia*; uma vez confiada a supremacia a alguns cidadãos escolhidos, a constituição se torna aristocrática; enfim, a sabedoria popular, conforme a expressão consagrada, é aquela em que todas as coisas residem no povo. (CÍCERO, 1973, p. 155.)

Nesta citação, nota-se que Cícero descreveu, basicamente, os elementos pelos quais as formas de governo se caracterizavam de acordo com a quantidade de pessoas que participariam do poder político. Pode-se dizer que Cícero as interpretou como sendo os regimes de governo considerados bons, mas somente a partir da conservação do princípio pelo qual um Estado foi fundado. Isto é, se esse princípio fundador de cada forma de governo fosse preservado, o estabelecimento de qualquer uma delas poderia constituir-se como uma possibilidade viável de governo. Segundo Cícero:

Cada um desses três tipos de governo, se conservar aquele vínculo que uniu primitivamente os homens em sociedade, pode ser, não digo perfeito ou excelente, mas razoável; e qualquer um deles pode ser preferido a outro. De fato, um rei justo e sábio, um número eleito de cidadãos distintos, o próprio povo, embora tal suposição seja menos favorável, pode, se a injustiça e as paixões não estorvam, formar um governo em condições de estabilidade. (CÍCERO, 1973, p. 155)

Para Cícero, essas formas “puras” de governo, quando alinhadas aos preceitos de seu estabelecimento, não representavam soluções definitivas para os problemas de Estado, mas poderiam ser apresentadas como possíveis soluções para os problemas relacionados à instabilidade, ao invés da confusão ocasionada devido às disputas pelo poder político. Assim, sua ressalva foi a de que a condução dos assuntos de um Estado sob determinada vigência política apresentaria resultados satisfatórios, desde que seu princípio fundador fosse mantido. Nesse caso, a falta de coerência entre o motivo pelo qual o Estado foi fundado e as ações políticas, fez com que Cícero também observasse a maneira como essas formas de governo se degeneravam. Todavia, o rompimento dos laços que fundamentavam aquele Estado acabava prejudicando a todos, principalmente o povo. Nas três

formas referidas pelo autor, a camada social mais prejudicada era a popular, até mesmo quando era seu o controle político do Estado. Em suas palavras²⁰:

Mas, na monarquia, a generalidade dos cidadãos toma pouca parte no direito comum e nos negócios públicos; sob a dominação aristocrática, a multidão goza de muito pouca liberdade, pois está privada de participar nas deliberações e no poder; por último, quando o povo assume todo o poder, mesmo supondo-o sábio e moderado, a própria igualdade se torna justa desigualdade, porque não há gradação que distinga o verdadeiro mérito. (CÍCERO, 1973, p. 155)

Percebe-se que a proposta de Cícero era a de esclarecer como essas categorias de governo se manifestavam diversas aos seus respectivos pressupostos iniciais. Ou seja, na monarquia, o acesso do povo às decisões, configurava-se, na prática, impossível; no governo aristocrático, a liberdade do povo era restrita, impedindo-o de participar das definições políticas; e por fim, o governo popular, quando o povo encontrava-se confuso e considerava todos os cidadãos absolutamente iguais, arruinando-se por ter prescindido das distinções respectivas a cada um deles – o mérito, por exemplo. Com isso, verifica-se que nenhuma destas formas de governo resolvia os problemas oriundos do convívio conjunto de uma comunidade política. Ainda que na forma pura, caso fossem colocadas em situação de preferência uma à outra, as falhas apontadas por Cícero eram motivos para colocá-las à prova, pois, nos três casos, a insatisfação popular foi lembrada na abordagem ciceroniana.

Em seu estudo político, Cícero não delimitou sua análise às categorias políticas e aos seus atributos. Em *Da Republica*, ele estava preocupado com a situação política da República Romana²¹ e, por isso, buscava elucidar como esses entraves poderiam ser contornados. Para ele, a indefinição da forma de governo

²⁰ Após destacar os elementos pertinentes a cada forma de Governo, Cipião utilizou recortes históricos para ilustrar seu pensamento a Lélcio. Segundo Cipião: “Por mais que Ciro, o Persa tenha sido o melhor e o mais virtuoso dos reis, não me parece o ideal do governo, porque tal é a minha opinião acerca da coisa pública quando a rege um só homem. Da mesma forma, embora nossos clientes marselheses estejam governados com a maior justiça por alguns cidadãos eleitos, há, no entanto, em sua condição algo parecido com a servilidade. Quando os atenienses, em determinadas épocas, suprimiram o Areópago, para só reconhecerem os atos e decretos do povo, não oferecendo a sua República ao mérito a distinção da linhagem e das honras, não tardou que chegassem à sua maior decadência.” (CÍCERO, 1973, p. 155).

²¹ Para Cícero (1973, p. 155), a definição de “república” seria a de que, “considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum.”.

vigente em um Estado fornecia as condições à instabilidade política, por exemplo: as disputas internas pelo poder político, as revoltas, as guerras civis ou os conflitos com outros países, o desemprego, a escassez de alimentos, entre outros. Por esse motivo, Cícero e Maquiavel preocuparam-se com os anseios populares e criticaram o poder político concentrado em apenas uma pessoa ou a um grupo seletivo, ainda que este tivesse sido eleito pelos cidadãos.

Para Cícero, transparecer incapacidade para a gestão dos negócios públicos tornava essa comunidade política vulnerável, o que dificultava a elaboração de algo que pudesse ser considerado público. O autor apontou como essa debilidade em manter-se sob o princípio fundador de cada forma de governo acarretava em desordem e em ausência de autoridade e completou:

Quase sempre o pior governo resulta de uma confusão de aristocracia, da tirania facciosa do poder real e do popular, que às vezes faz sair desses elementos um Estado de espécie nova; é assim que os Estados realizam, no meio de reiteradas vicissitudes, suas maravilhosas transformações.(...)Por minha parte, creio que a melhor forma política é uma quarta constituição formada da mescla e reunião destes três elementos. (CÍCERO, 1973, p. 155)

Nesta passagem, Cícero demonstrou que, além de não fomentar um sentimento de esperança em relação às formas puras/simples de governo, sua preferência era por um modelo de governo que unisse os atributos qualitativos de cada uma delas. Ou seja, a soma das qualidades das três formas de governo resultaria em uma quarta forma e esta, por sua vez, seria apresentada como uma maneira possível de administrar um Estado. Como ele ressaltou, esta seria a melhor das formas de governo para uma comunidade política, pois esse poder não estaria restrito, mas seria exercido de maneira participativa.

Em Maquiavel, a classificação sobre as formas de governo²² pode ser estudada em suas duas obras políticas. Na obra *O Príncipe*, o autor Florentino considerou que “Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são repúblicas ou principados.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 47). Em sua obra *Discorsi*, ele endossou a ideia de Políbio sobre a classificação das formas de governo, escrevendo da seguinte maneira²³:

²² *Discorsi* L I, capítulo II: “Quantas espécies há de república, e a qual pertenceu a república romana”; *O Príncipe*: capítulo I: “Quais são os gêneros de principados e por que meios são conquistados”.

²³ Em um primeiro instante, essas duas definições podem parecer distintas porque n’*O Príncipe* o autor escreveu que os Estados somente poderiam ser repúblicas ou principados e nos *Discorsi*

Para descrever as formas que assumiu o governo de Roma, e o conjunto de circunstâncias que o levaram à perfeição, lembrarei (como os que escreveram a respeito da organização das repúblicas) que há três espécies de governo: o monárquico, o aristocrático e o popular. (MAQUIAVEL, 2008, p.24)

E completou:

Outros [referindo-se, em especial, a Aristóteles], segundo a opinião geral, mais esclarecidos, acham que há seis de governo, das quais três são essencialmente más; as outras três são em si boas, mas degeneram tão facilmente que podem também tornar-se perniciosas. Os bons governos são os que relacionei anteriormente; os maus, suas derivações. E se parecem tanto aos primeiros, aos quais correspondem, que podem com facilidade ser confundidos com eles. (MAQUIAVEL, 2008, p. 24)

Maquiavel desconsiderava a possibilidade de uma forma de governo que, inicialmente, não fosse boa. Para ele, não havia meio de um Estado ser formado a partir daquilo que os teóricos políticos apontavam como uma forma de governo ruim. Por serem consideradas formas degeneradas de governo, elas não se constituíam como um possível formato inicial a um Estado, mas considerando a vigência de alguma das formas puras, aquelas correspondiam à degradação destas. Como observou o autor, a falência ou a grandeza de um Estado seria decidida de acordo

elucidou, além da monarquia – ou principado –, também o governo aristocrático e o popular. Entretanto, para que as categorias sugeridas por Maquiavel sejam entendidas da maneira devida, pode-se afirmar que, para Maquiavel, o principado ou a monarquia eram correspondentes, pois em ambos a vontade de somente uma pessoa, quando não impulsionava totalmente um Estado, ao menos tinha força para procedê-lo a seu favor; na república, a diferença era que ela poderia ser aristocrática ou democrática, distinguindo-se apenas na maneira como a vontade coletiva era considerada. Percebe-se que Maquiavel distinguia as formas de governo de duas maneiras: a primeira, entre a vontade de uma pessoa capaz de transformar o Estado em uma extensão de seu ego; e a segunda, a vontade coletiva que dizia respeito aos anseios gerais como um todo, ainda que essa "voz coletiva" pudesse ser manifesta por poucos (aristocracia) ou por muitos (democracia). Diferenciada somente entre principados ou repúblicas, Maquiavel fez com que sua postura oportunizasse uma nova interpretação para a classificação clássica das formas de governo. Em *A teoria das Formas de Governo*, Bobbio (2000, p. 84) comentou essa maneira peculiar com que Maquiavel distinguiu as formas de governo: "(...) ou o poder reside na vontade de um só – é o caso do principado – ou numa vontade coletiva, que se manifesta em colegiado ou assembleia – e temos a república, em suas várias formas. A diferença existente entre a vontade de um colegiado restrito, como numa república aristocrática, e a vontade numa assembleia popular, como a de uma república democrática, é menos relevante do que a diferença entre a vontade de um soberano único, que é a vontade de uma pessoa física, e a vontade de um soberano coletivo, que é a de uma pessoa jurídica (de uma pessoa "fictícia"). O que se modifica, na passagem do principado para a república, é a própria natureza da vontade envolvida; da república aristocrática para a república democrática, o que muda é somente o modo de formação da vontade coletiva. Qualquer que ela seja, a vontade coletiva tem necessidade, para sua formação, de que sejam respeitadas determinadas regras de procedimento (como, por exemplo, a da maioria), as quais não se aplicam à formação da vontade singular do príncipe, que é a vontade de uma pessoa física."

com o cuidado para que não incorressem em contrariedades acerca do princípio pelo qual o Estado foi fundado. Desse modo, ele rejeitou a hipótese de que os Estados pudessem ser formados a partir de um sistema político inicialmente ruim e classificou as formas, quando deterioradas, da seguinte maneira:

Deste modo, a monarquia se transforma em despotismo; a aristocracia, em oligarquia; e a democracia em permissividade. Em consequência, todo legislador que adota para o Estado que vai fundar uma destas três formas de governo não a mantém por muito tempo; não há o que a possa impedir de precipitar-se no tipo contrário, tal a semelhança entre a forma boa e a má. (MAQUIAVEL, 2008, p. 24)

Para Maquiavel, se considerada a classificação clássica das formas de governo, as mesmas seriam formas de governos com uma forma correspondente oposta. Nessa perspectiva, as formas de governo degeneradas se manifestavam devido ao desgaste e ao desvio de seu pressuposto originário, e não por uma questão de equivalência oposta. Isto é, a implantação de uma forma de governo boa não implicava na implantação posterior de uma forma de governo degenerado como um nivelamento entre períodos de vigência. Ademais, essa categoria clássica, segundo Maquiavel, era insuficiente para justificar a existência de formas de governos possíveis, pois “todas estas formas de governo são igualmente desvantajosas: as três primeiras, porque não podem durar, as três outras, pelo princípio de corrupção que contêm.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 25). Assim, pode-se perceber que, para ele, nenhuma das formas de governo tinha condições de sustentar um Estado e seus acontecimentos políticos diversos. Por isso, o autor reiterou que todas elas possuíam algo que as tornavam inválidas - as formas boas, devido à brevidade de seus trabalhos políticos; e as formas corrompidas, por expressarem a incompetência e a ganância dos cidadãos ao tentarem estabelecer um sistema político para um Estado.

Apesar de não ter apresentado justificativas para a implantação das referidas formas de governo, isso não significava que Maquiavel as excluísse de suas análises políticas. Ao contrário, ele instigava sua criticidade sobre elas para descobrir os seus limites, suas particularidades e, com isso, pensar uma maneira do Estado cumprir com suas premências políticas, contornando o problema da instabilidade e organizando a vida da comunidade. Percebe-se, então que, ao tentar encontrar uma resposta para esse problema, Maquiavel apoiou-se no exemplo do

Modelo Romano e sua respectiva divisão do poder político no período republicano. Segundo ele, em *Discorsi*:

A sorte favoreceu Roma de tal modo que, embora tenha passado da monarquia à aristocracia e ao governo popular (...), o poder real não cedeu toda sua autoridade para os aristocratas, nem o poder destes foi todo transferido para o povo. O equilíbrio dos três poderes fez assim com que nascesse uma república perfeita. (MAQUIAVEL, 2008, p. 26)

Nesse contexto, mesmo Maquiavel tendo escrito um manual – *O Príncipe* -, no qual as especificidades e os procedimentos enfatizavam as ações que poderiam garantir o poder de somente uma só pessoa em um Estado, ele aderiu à ideia de descentralizar o poder político. Além de citar os processos políticos transcorridos em Roma até a implantação do Modelo Republicano, o autor esclareceu que seu apogeu deveu-se à repartição do poder político em frações. Para Maquiavel, a partir da soma entre as qualidades de cada forma de governo, ou seja, em um "novo" tipo de governo seriam mantidos somente os elementos qualitativos das outras. Nessa temática, ele foi sucinto ao demonstrar como o "novo" modelo existira, sendo a Roma republicana o Estado a ilustrar seu exemplo. Da mesma maneira, Cícero havia escrito sobre a divisão do poder político no Período Republicano de Roma com o intuito de alcançar e de preservar a estabilidade. Segundo ele, “um Estado prudentemente composto da mescla e equilíbrio de todas as ordens, concorda com a reunião dos elementos distintos; e o que no canto é chamado pelos músicos de harmonia é, no Estado, a concórdia, a paz.” (CÍCERO, 1973, p. 155). Percebe-se que Cícero fora favorável à forma de governo que combinasse os critérios qualitativos das outras, pois demonstrou que esse quarto tipo apresentava condições de corresponder à intensidade da atividade política. Assim, além de requerer uma forma de governo com os melhores atributos de cada um deles, Cícero pensou sobre a possibilidade de integrar as disputas políticas em vistas à própria conservação do Estado. Desse modo, baseados no exemplo da República Romana, ambos apregoaram que a participação poderia evitar que o poder político não ficasse restrito a determinados grupos ou pessoas. Do contrário, as demais classes teriam os seus interesses comprometidos²⁴.

²⁴ Em busca de uma solução para esse problema - o de restringir o poder político -, foi elaborada a teoria de um "governo misto", no qual as parcelas sociais reivindicavam, senão o controle, ao menos a participação nas decisões políticas. Como definiu Tavares sobre a Constituição mista (1989, p. 84): “A Constituição Mista é um regime político no qual o exercício das funções e do poder inerentes à

Ao embasar-se na República Romana, Maquiavel pretendia demonstrar como essa organização institucional poderia suportar com mais vigor o desgaste causado pela incessante disputa de poder no campo político. Nesse caso, a força do Estado viria do fracionamento do poder político entre as classes sociais. Destarte, seria preciso que um bem comum fosse colocado em destaque na sociedade a fim de servir como cerne às decisões políticas. Isso viabilizaria as ações voltadas à causa pública, e não aos interesses de classes, grupos políticos ou cidadãos específicos. Nas palavras do secretário florentino:

Contudo, mais admirável ainda é a grandeza alcançada pela república romana depois que foi libertada dos seus reis. Compreende-se a razão disto: não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo. E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos. (MAQUIAVEL, 2008, p. 198)

Nesta passagem, observa-se que o autor declarou sua preferência pela forma republicana de governo tendo em vista a questão dos interesses envolvidos no controle do Estado. Em outros termos, como acreditava que os homens não hesitavam em agir quando o assunto era o interesse próprio, Maquiavel notou a necessidade de consolidar um Estado que limitasse o poder e protegesse as causas públicas. Era preciso que o Estado fosse estabelecido reconhecendo-se que a disputa política e os enfrentamentos seriam inevitáveis. Porém isso poderia ser revertido em ganho político para o Estado: a concorrência pelo poder político, ao invés de destrutiva, geraria a energia para que as articulações políticas priorizassem a estabilidade do Estado²⁵.

soberania estatal é ao mesmo tempo distribuído e compartilhado entre instituições, agências e magistraturas especializadas que integram o complexo governamental e que, por outro lado, tripulados por sujeitos individuais e coletivos que representam os diferentes segmentos e interesses em que se decompõe a sociedade, internalizam e reproduzem na comunidade política e, logo, na ordem estatal, com resultado da combinação de suas ações, a correlação e o equilíbrio de forças dominantes no universo societário.”.

²⁵ Apesar de Maquiavel ter demonstrado preferência por um governo republicano, utilizando como exemplo a República Romana, isso não significava que na obra *O príncipe*, ele não tivesse fornecido subsídios para identificar benefícios em um Estado que cuidasse não apenas da nobreza, mas também da plebe. No entanto, na referida obra, Maquiavel escreveu sobre as regras de ações efetivas de um príncipe, nas quais o repositório do poder recairia, literalmente, em uma única pessoa. Nesta obra, ele não detalhou o fracionamento do poder político, nem sua inclinação ao Republicanismo Romano, pois suas considerações foram específicas àqueles homens que se preocupavam em estabelecer um domínio privado. Em relação a isso, Maquiavel dedicou alguns capítulos sobre como a população e o restante da nobreza, que não participavam do poder político, poderiam interferir nesse processo de obtenção de poder para si. Ele discorreu sobre como essas

Maquiavel, ainda, devido à experiência acumulada durante os anos de ofício na Segunda Chancelaria de Florença (1498-1512), sabia que a implantação de um novo ordenamento político era um processo complexo, o qual ocasionava um conflito entre as classes sociais (o povo e a nobreza). Segundo ele (2008, p. 31), “Não querem perceber que há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática.”. Nesse momento, a intenção do autor era a de esclarecer a necessidade de o Estado iniciar as suas ações políticas considerando que os nobres e o povo não legitimariam, ao menos de imediato, um poder político do qual eles não fizessem parte. Isto é, como ocorreria a busca pela satisfação dos interesses - o do povo, a liberdade; e dos nobres, as riquezas e as honrarias -, ela poderia ser benéfica ao Estado se considerasse uma causa comum entre os cidadãos, ao invés da insistência em uma disputa entre as partes ou o favorecimento a uma delas em detrimento da outra. Exceto no caso de um principado, pois nesta modalidade de governo o poder atém-se em uma única instância - o príncipe. Acerca da reestruturação do poder político em um Estado, na obra *O Príncipe*, ele escreveu que, “deve-se considerar que não há coisa mais difícil de lidar, nem mais duvidosa de conseguir, nem mais perigosa de manejar que chefiar o estabelecimento de uma nova ordem.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 63). Ou seja, independentemente da forma de governo que passasse a vigorar, a hierarquia do poder político passaria por alterações e, por esse motivo, “tem por inimigo todos os que se beneficiavam da antiga ordem e, por amigo, os fracos defensores que dela se beneficiariam”, afirmou ele (MAQUIAVEL, 2010, p. 63).

E por saber que as atividades políticas se intensificavam na ocorrência desta mudança política, ele foi conciso ao indicar duas possíveis formas de resolução: “uma, por meio das leis; outra, pelo uso da força. A primeira é própria dos homens; a segunda dos animais.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 105). Mesmo não sendo extensa, essa passagem esclarece como ele optou por procedimentos razoáveis para resolver os problemas políticos de um Estado, apesar de sugerir que estes também pudessem ser resolvidos de uma maneira abrupta. Nesse ponto, é importante destacar como Maquiavel fornecia indícios de seus ideais republicanos: a observância e o cumprimento de parâmetros universais em prol da vida em comunidade.

parcelas do Estado (povos e nobres) se manifestariam caso se sentissem prejudicadas de alguma forma.

Entretanto, ele não ignorou a noção de que as leis também eram, em certa medida, uma demonstração de força, no sentido de afirmar que o poder político não toleraria desvios à efetivação dos interesses públicos. Por outro lado, quando se referiu à animalidade, ele ilustrou a ideia de que o poder político poderia ser exercido de modo insensato, o que acabaria comprometendo a preservação da comunidade política. Desse modo, em decorrência à uma falha ou da incapacidade dos cidadãos, as leis seriam impostas com o emprego da força, descaracterizando-as de seu aspecto racional, mesmo que as alegações fossem de que tal procedimento seria o mais adequado para garantir a estabilidade política. Nesse viés, a formulação e a aplicação das leis constituíam-se como uma maneira de buscar solucionar os problemas políticos de um Estado, e não inviabilizá-lo. Todavia, ele salientou que cabia aos cidadãos aliar essas duas naturezas – a humana e a animal – e, a partir delas, orientarem-se acerca do procedimento adequado à situação²⁶.

Ao ter manifestado sua preferência pela forma republicana de governo para um Estado, Maquiavel explicitou as vantagens de um sistema político participativo: a primazia das leis, a garantia da liberdade e o impedimento do exercício do poder político de maneira abusiva. Em *Discorsi*, além de manifestar sua opção pelo governo republicano ao compará-lo a um principado, ele destacou a função das leis no estabelecimento e na manutenção desse regime político:

São os interesses que cortam os laços de todas as alianças; sob este ponto de vista, as repúblicas são bem mais rigorosas na observância das leis do que os príncipes. Poder-se-ia citar muitos exemplos de ocasiões em que o interesse mais frágil levou um príncipe a violar sua fidelidade, enquanto que as maiores vantagens não puderam demover uma república de cumprir sua palavra. (MAQUIAVEL, 2008, p. 184)

²⁶ No caso de um príncipe, este deveria acautelar-se quanto à crueldade de suas ordens na mesma medida que a sua inação por benevolência. Ou seja, as precauções quanto ao exercício indiscriminado da supremacia de suas decisões, assim como a ausência de uma postura enérgica frente às circunstâncias. Sobre estes extremos, Maquiavel questionou se é preferível ser amado ou temido, e no capítulo XVII, ele escreveu: “Pode-se responder que todos gostariam de serem ambas as coisas; porém, como é difícil conciliá-las, é bem mais seguro ser temido do que amado, caso venha faltar uma das duas.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 102) De início, esta passagem causa forte impacto, causando a impressão de que Maquiavel dedicava-se a uma “ética do mal” e sua teleologia era o poder em si mesmo. Entretanto, averiguando a realidade de sua época, Maquiavel indicava a possibilidade de uso de ações contundentes e contrárias aos benfazejos requeridos, fossem da população ou dos nobres, e “(...) por isso um príncipe precisa saber valer-se do animal e do homem.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 105). O propósito era estabilizar ou manter a situação política controlável, porém, em sua época, na maioria das vezes, era a força que prevalecia, e acabava por ser a maneira de expor a insatisfação.

Para ele, o estabelecimento de leis tinha o propósito de refrear os impulsos e organizar a vida em comunidade, oferecendo condições de coibir a ocorrência de crimes, atenuar as tensões e legitimar o governo republicano em um Estado. Para tanto, em *Discorsi*, ele alegou que, “Feliz é a república à qual o destino outorga um legislador prudente, cujas leis se combinam de modo a assegurar a tranquilidade de todos” (MAQUIAVEL, 2008, p. 23).

Posto isso, Maquiavel recorria ao rigor jurídico para fundamentar a estabilidade de um Estado Republicano, assim como para estabelecer um parâmetro que abrangesse todas as classes que disputassem o poder político. Destarte, ele queria garantir as condições políticas de governo, a proteção aos cidadãos de uma República e evitar que o Estado se desmantelasse por disputas e desacordos. Ele tinha em mente que o poder político não seria cedido, mas disputado. E em suas palavras:

Mas não há dúvida de que as reformas serão sempre perigosas, pois a maioria dos homens não se curva de boa vontade a uma lei inovadora, que estabeleça uma ordenação nova das coisas a que não considerem necessário submeter-se. E como tal necessidade nunca é imposta sem perigo, pode acontecer facilmente que uma república pereça sem que haja atingido a ordem perfeita. (MAQUIAVEL, 2008, p. 23).

Acerca desta passagem, é possível entendê-la sob dois aspectos: o primeiro, que dizia respeito às reformas, Maquiavel apontava para a existência de uma ordem estabelecida, isto é, de que uma comunidade política já vigorava sob a forma de Estado. O que ocorreria, então, seria uma mudança visando à continuidade daquela forma política de Estado. Nesse caso, era como se ainda houvesse algo que fosse importante conservar. As instituições, os cargos, enfim, os elementos que pudessem reavivar o ânimo dos partícipes daquele Estado; o segundo momento, acerca de um remanejamento radical na estrutura do Estado, a intenção de Maquiavel era a de estabelecer um Estado com uma nova composição no poder político. Isto é, todo o aparato político seria substituído e, por consequência, o poder político estaria sob outra configuração. O autor florentino demonstrou preferir um modelo de governo republicano, pois o poder do Estado estaria sob os auspícios de instituições e de cargos voltados à política. Entretanto é importante lembrar que esses dois momentos estavam interligados a ponto de confundirem-se, visto que a menor das mudanças no poder político acabaria por repercutir na totalidade do Estado. As

decisões que pudessem beneficiar alguns cidadãos poderiam significar o prejuízo de outros. Por isso, Maquiavel constatou que havia a atuação constante no campo político, pois os interesses tinham que ser defendidos de alguma maneira. Desse modo, guardadas as devidas proporções, ele apresentou tanto um aspecto reformista, preocupado com a possibilidade de reaproveitar os cargos/instituições de um Estado, quanto um aspecto revolucionário (mesmo que esse termo não existisse naquele contexto), pois não descartou a hipótese de que uma nova forma de governo fosse estabelecida.

Ainda nesse contexto, pode-se observar que Maquiavel considerou a complexidade das reformas políticas e também a dificuldade em implantar uma nova constituição em um Estado. Juntos, estes dois fatores faziam com que ele reconhecesse a função das leis sob qualquer forma de governo, pois não havia meio de um Estado apresentar prosperidade sem que houvesse o respeito a elas. Isso mostra que o descumprimento das normas jurídicas abalava o Estado como um todo fosse ele uma república ou um principado, pois os benefícios indevidos de uns cidadãos seriam os motivos pelos quais outros arriscariam os seus próprios interesses. Ele interpretou a política como sendo o fenômeno que manifestava e caracterizava a ação humana na realidade, estendendo suas considerações às demais formas de governo.

A História e a sua função

Por ter voltado sua atenção à legitimação da participação política popular, Maquiavel esperava que a forma de governo adequada às suas expectativas fosse o republicanismo. Porém ele tinha a noção de que a contemporização dos interesses individuais sob um parâmetro coletivo era uma tarefa contínua e de elevada dificuldade. Por isso, ao demonstrar sua preferência por um Estado fundamentado no Modelo Republicano Romano, Maquiavel recorreu à História para fundamentar a sua posição. Para ele, a História não servia apenas para exaltar as qualidades daquela República, mas também para verificar se determinado momento político possuía alguma similaridade com a política de seu tempo²⁷.

Por outras palavras, para ele o agente político tomaria decisões mais apropriadas caso buscasse possíveis ensinamentos nos fatos históricos. Além de uma fonte de inspiração para um sistema político, os exemplos históricos configuravam-se como um arcabouço teórico proveitoso às ações políticas voltadas às causas públicas. O método utilizado por ele consistia em valer-se de recortes históricos da Antiguidade e compará-los à disposição política de sua época e, assim, extrair possíveis ensinamentos que servissem à ação política visando ao bem público.

Nesse sentido, ele não intencionava declarar que o conhecimento e a comparação da História seriam os fatores para o sucesso das ações políticas, porém, ele constatou que a adaptação das decisões passadas poderia ensinar algo para aqueles que se envolvessem na política. Entretanto, ele observou também que a cópia fidedigna de uma decisão passada, quando aplicada sem as devidas adequações ao contexto político, dificultava o acesso ou a continuidade do poder político vigente.

Em outros termos, se determinada ação política apresentou um resultado satisfatório em algum momento do passado, isso não significava que o mesmo aconteceria no presente. Da mesma maneira o insucesso, pois o erro cometido

²⁷ Em *Discorsi*, na Introdução, Maquiavel ressaltou: “O resultado é que os que se dedicam a ler a história ficam limitados à satisfação de ver desfilar os acontecimentos sob os olhos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil. Impossível. (MAQUIAVEL, 2008, p. 18)”. Nesta citação, constata-se que Maquiavel não entendia a História como uma simples narrativa sobre fatos pretéritos, inútil às possíveis resoluções das situações correntes. Compreende-se, então, que o autor florentino buscava demonstrar que o conhecimento histórico possuía um aspecto prático e, por isso, poderia conter algum possível ensinamento acerca dos fatos pretéritos a fim de tentar resolver os problemas presentes.

poderia servir como orientação sobre a ação política que não deveria ser repetida. Assim, o intuito de Maquiavel era o de demonstrar como a investigação era imprescindível para identificar possíveis similaridades entre os fatos históricos do passado e as circunstâncias políticas do presente, a fim de fornecer as melhores condições à tomada das decisões políticas de um determinado Estado, sendo este preferencialmente republicano.

Ao referir-se à importância da História, Maquiavel fez os seus apontamentos tanto na obra *O Príncipe* quanto em *Discorsi*. Em *O Príncipe*, ele escreveu:

Porque, avançando os homens sempre por caminhos batidos por outros e procedendo em suas ações por imitação, mas, sem poder seguir à risca a trilha de outrem nem alcançar a virtude daquele que se imita, um homem prudente deve tomar sempre a via trilhada por homens ilustres, que foram exemplos excelentíssimos a serem imitados. (MAQUIAVEL, 2010, p. 62)

Com essa concepção, o autor florentino pretendia tornar a História uma ferramenta para auxiliar nas decisões ligadas à política, fazendo com que as observações, orientadas pelo passado, indicassem ações que evitassem o malogro político de um Estado no presente e no futuro. Entretanto ele enfatizou que as ações realizadas por aqueles homens que se destacaram nas causas políticas não deveriam ser repetidas, mas adaptadas às reivindicações políticas presentes considerando a experiência política pretérita. Em *Discorsi*, ele reiterou o indispensável papel político da História:

Quem estudar a história contemporânea [séc. XVI] e da antiguidade [Greco-Romana] verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto não seja possível, imaginando novos remédios, baseados na semelhança dos acontecimentos. Porém, como estas observações são negligenciadas (ou aqueles que estudam não sabem manifestá-las), disto resulta que as mesmas desordens se renovam em todas as épocas. (MAQUIAVEL, 2008, p.129)

Nota-se, então, que Maquiavel buscava evitar a ocorrência de erros políticos verificando se algo semelhante a eles ocorrera no passado para, com isso, evitar repetir as falhas, em situação assemelhadas, que foram cometidas. E ele entendia que o passado possuía ensinamentos que precisavam ser resgatados e utilizados no

presente. Como ressaltou, a falta de observação no que ocorrera no passado acabava por permitir que certos erros fossem repetidos.

Por ter interpretado a História como sendo um dispositivo hábil àqueles encarregados da política de um Estado, o pensamento político de Maquiavel pode, mais uma vez, ser aproximado ao de Cícero. Ainda que o pensamento de Ciceroniano não tenha sido o principal fundamento teórico das considerações maquiavelianas, este demonstrou certa proximidade ao primeiro ao abordar o tema do republicanismo. Ou seja, ambos os teóricos partilharam a ideia da valorização da História como portadora de ensinamentos que poderiam aperfeiçoar as reflexões e os resultados das ações políticas. De acordo com Cícero em sua obra *Da Republica*:

Já que nos inclinamos a aumentar a herança da humanidade; já que para isso se encaminham nossos estudos e trabalhos, estimulados pela própria natureza, e mais, para tornar mais poderosa e opulenta a vida do homem, sigamos o caminho que os melhores empreenderam, e não escutemos as vozes e sinais que nos chamam por detrás e a que nossos predecessores fecharam os ouvidos. (CÍCERO, 1973, p. 148)

Vê-se que, assim como Maquiavel, Cícero recomendava aos agentes políticos que observassem os fatos históricos e, com isso, qualificassem suas decisões em relação às ações políticas. Por isso, aqueles que buscassem a estabilidade política em uma república aumentariam suas chances de alcançá-la desde que comparassem as situações políticas do passado às do presente. Nessa medida, Cícero e Maquiavel possuíam assemelhados pressupostos no sentido de não excluirmos os ensinamentos do passado e as prescrições que dele poderiam ser extraídas em relação ao contexto político²⁸.

Em outro momento de sua obra *Da República*, Cícero mencionou a questão da observação adequada da História em relação àqueles homens que se aprofundaram nos saberes da vida, afirmando que “os que nos legaram suas dissertações sobre a vida são, para nós, grandes homens, e o são realmente, quer considerados como sábios profundos, quer como apóstolos da verdade, quer como mestres da virtude”. (CÍCERO, 1973, p. 175) Para ele, estes homens foram importantes devido à maneira pela qual guiaram suas vidas, principalmente naquilo

²⁸ Sobre esse ponto, Escorel, em *Introdução ao Pensamento Político Maquiaveliano* (2004), comentou: “A história era para Maquiavel a grande mestra, a fonte mais segura de ensinamentos, pois o que ocorrera no passado tendia inevitavelmente, a seu ver, a repetir-se no presente e no futuro. Todas as coisas do mundo, em todos os tempos, dizia ele, encontram seu paralelo nos tempos antigos.” (ESCOREL, 2014, p. 181).

que concernia à vida política. Seu apreço pelo conhecimento e utilização dos fatos históricos foi evidenciado ao afirmar que, “quem se instrui ao mesmo tempo na doutrina presente e nas instituições do passado, julgo que merece maior consideração e os mais perfeitos elogios.” (CÍCERO, 1973, p. 175). Assim como Maquiavel, Cícero reiterou a importância de analisar o pretérito antes de agir no campo político. Fosse por um erro ou por uma ação acertada, os fatos históricos deveriam ser repensados a fim de auxiliarem àqueles que estivessem administrando o poder político em um Estado republicano. Dessa maneira, percebe-se que os dois autores enfatizaram o quão prejudiciais eram as ações políticas sem nenhum tipo de fundamento teórico/histórico. Para eles, aqueles que estivessem envolvidos nos assuntos políticos não poderiam prescindir de nenhum recurso que os ajudassem na resolução dos problemas que perturbassem um Estado.

Acerca do posicionamento de Maquiavel em relação à História, é preciso ressaltar que ele a considerava como uma espécie de “eterno retorno”²⁹: o que acontecera no passado poderia ocorrer em outras ocasiões. Todavia, se fosse resumida, indevidamente, à mera repetição do passado, a História não apresentaria momentos em que a ação humana foi capaz de desvencilhar-se do fardo da repetição e iniciar algo novo. Nesse caso, o termo “fardo” refere-se a momentos em que um Estado, além de não ter obtido sucesso nos seus planos políticos, estaria submetido à repetição desses momentos indesejáveis em sua trajetória política. Assim, reforça-se que não há espaço no qual a ação humana possa valer-se de honra nas mais variadas circunstâncias.

²⁹ A expressão “eterno retorno” não possui proximidade com o pensamento de Nietzsche.

A racionalidade prática e o realismo político

Para Maquiavel, aqueles que se empenhavam em resolver os problemas políticos de um Estado deveriam interpretá-los com base em uma racionalidade prática³⁰. Mesmo que os recortes históricos da Antiguidade trouxessem algum ensinamento às circunstâncias presentes, eles perderiam o seu valor (prático) se não estivessem aliados à racionalização da atividade política. Em outras palavras, ao relacionar as ações políticas que julgassem necessárias à efetivação do formato republicano em um Estado, os cidadãos deveriam problematizar o contexto político a partir de critérios racionais³¹.

Como estava ciente de que a disputas de interesses eram intensas, Maquiavel observou que a esfera política também se demonstrava imprevisível, pois era difícil definir, sem qualquer alteração, o seu andamento. Em uma república, os interesses das classes políticas eram defendidos pelos cidadãos que as compunham. De um lado, os nobres, de outro, o povo, ambos com o propósito de que prevalecessem os seus anseios por meio do poder político. Por esse motivo, o agente político deveria “ser raposa para reconhecer as armadilhas e leão para afugentar os lobos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 105). Essa passagem demonstra que, além de recorrer novamente às metáforas sobre a animalidade para explicar as ações políticas, ele também pensou o quão necessário era reconhecer as ameaças aos planos políticos, sobretudo aquelas pertinentes à república, para, assim, repelir essas adversidades por meio de uma postura enérgica. A racionalização da

³⁰ Maquiavel estava ciente de que a Ética e a Política constituíam duas esferas distintas, apesar de imbricadas. Por isso, mesmo alegando que o cálculo político aconteça e as circunstâncias sejam racionalizadas, os agentes dos acontecimentos políticos não possuem o aval para realizar qualquer tipo de ação, ética ou antiética, moral ou imoral, para apaziguar os ânimos. Entretanto, eles devem exaurir suas deliberações em busca de uma solução rápida e efetiva, pois trata-se de uma questão de tempo até surgir o “reino das discordâncias e dos abusos”. Segundo os comentários de Escorel: “O que se verifica, portanto, é que não há, para Maquiavel, qualquer antagonismo entre a moral e a política ou qualquer distinção entre a moral privada e a moral pública, uma vez que, para ele, ambas coincidem num mesmo objeto que é o bem da comunidade, ou pelo menos o bem do príncipe.” (ESCOREL, 2014, p. 237) Assim, a disputa pelo poder ou o comprometimento com a causa pública estarão na mesma arena, o Estado, mas em lados opostos. Em outra parte de sua obra, Escorel completou: “Na verdade, o conflito ético surge apenas quando determinados objetivos políticos exigem a adoção de medidas que uma consciência moral condena em nome de valores e princípios que transcendem a jurisdição temporal de Estado.” (ESCOREL, 2014, p. 319)

³¹ Como foi citado, a Tradição Cristã ainda mantinha fortes ligações com a Política naquele período - séc. XVI. Nesse contexto, no pensamento Maquiaveliano, a utilização de parâmetros racionais correspondia a agir de acordo com as circunstâncias, e não necessariamente com os preceitos religiosos.

conjuntura política visava a propiciar decisões que resguardassem os interesses públicos, e não o controle irrestrito do poder político.

Ao interpretar a política de maneira realista, Maquiavel se distanciou do "idealismo político" e de seus sistemas perfeitos, para se destacar com seu método baseado no "realismo político". Para ele, a interpretação do quadro político de um Estado iniciava-se pela análise da disposição da realidade e pela identificação da problemática política a ser resolvida. Dito outramente, os cidadãos encaminhariam as suas resoluções a partir do estudo dos problemas factuais do Estado, ao invés de perderem-se em discussões sobre qual seria a forma de governo ideal para um Estado, como se fizera até então. Nessa linha, Maquiavel afirmou o propósito de seu pensamento político, pois, "sendo minha intenção escrever coisas que sejam úteis a quem se interesse, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade efetiva da coisa que à imaginação em torno dela." (MAQUIAVEL, 2010, p. 97) Pode-se perceber que ele dispensava as especulações sobre a política e optava por uma maneira pragmática de entendê-la: era a realidade política que o interessava. Para ele, a ação política que ocorresse sem a observância daquilo que realmente acontecia em um Estado tenderia a não corresponder à expectativa pela qual fora pensada. Era preciso considerar a *veritta efetuale*³² antes de decidir o futuro da república.

Ao referir-se à "verdade efetiva das coisas", Maquiavel sublinhou que a idealização de um modelo de governo provoca lentidão nos negócios públicos. E, por ter preferido o Modelo Romano de República, ele entendia que a demora na resolução dos conflitos políticos abreviava o caminho à decadência do Estado. Nessa perspectiva, Cícero³³ havia considerado a necessidade de a política ser realizada a partir de ações de homens capazes de corresponder às demandas. Segundo ele, "uma regra necessária em toda disputa, se se sequer afastar o erro, que é a de ficar de acordo quanto à dominação do assunto discutido e explicar claramente o que significa." (CÍCERO, 1973, p. 154). Ou seja, a maneira com a qual qualquer cidadão se posicionasse perante as situações, exporia sua capacidade política.

³² Maquiavel não utilizou argumentos divinos, metafísicos como base em sua análise da Política, confirmando a prática herdada do Período Medieval, pois adotou como pressuposto, para a sua investigação, a realidade, isto é, a interpretação das circunstâncias, o que de fato ocorreu e ocorre na conjuntura política de um Estado. Este é o fundamento para explicar o "jogo político", a "verdade efetiva das coisas".

³³ *Da República*.

Nesse contexto, seria necessário que os agentes políticos tivessem o devido conhecimento sobre os argumentos que pretendessem expor. Isso demonstra que Cícero estava convencido de que o menor descuido poderia comprometer a estabilidade política de uma república. Para ele, ainda, os cidadãos responsáveis pelas causas públicas deveriam estar conscientes de que, inevitavelmente, haveriam problemas relacionados à disputa pelo poder político. Por isso, ao apresentarem os seus respectivos argumentos e soluções, não havia outro modo senão esclarecê-los minuciosamente.

Nessa linha, Maquiavel frisou que, “quando não se tem certeza do que fazer, é impossível explicar o que se pensa; mas quando se adota uma opinião firme, e um plano de ação, é fácil encontrar palavras para justificá-los.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 235) Nota-se, então, que ele demonstrou uma preocupação similar àquela de Cícero, pois também se convenceu de que se as orientações sobre a política não fossem claras, isso comprometeria a compreensão sobre aquilo deveria ser explicado e realizado. Em outros termos, seria inviável confiar em um cidadão que se mostrasse confuso, ou mesmo desacreditado, em relação à sua própria argumentação. Em outro momento de *Discorsi*, Maquiavel reiterou que, “é feliz aquele quem emparelha seu modo de proceder com a qualidade dos tempos e, analogamente, que seja infeliz quem age em desacordo com os tempos.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 132) Segundo ele, quem visava ao proveito da comunidade política a partir de um governo republicano, obteria resultados satisfatórios desde que estivesse em concordância com a realidade política do Estado. Caso contrário, o desacordo entre as ações e as exigências políticas culminaria no fracasso político do Estado³⁴.

³⁴ Nesse ponto, Maquiavel ensinava explicar que, apesar do esforço contínuo demandado pela atividade política, não seria qualquer plano que resolveria os problemas de um Estado. Seria complicado tentar solucionar o problema da estabilidade política sem sopesar o que realmente acontecia na esfera política. Era necessário que o plano político fosse traçado em consonância à realidade, e não às hipóteses.

§ A *virtù* e a *fortuna*

Como estudioso dos expedientes políticos, Maquiavel buscava aumentar sua compreensão sobre as possíveis maneiras em que um Estado republicano poderia demonstrar-se estável. Todavia para que isso ocorresse seria preciso que os cidadãos envolvidos na política demonstrassem a habilidade técnica para a condução dos assuntos públicos, pois a realidade política poderia ser alterada sem qualquer pré-ciência. Como as classes políticas, isto é, o povo e os nobres, se precaveriam para que os seus respectivos interesses fossem atendidos, era preciso compreender como a competência técnica seria demonstrada de acordo com o contexto em que estivessem submetidos. Desse modo, para explicar a relação entre a desenvoltura mediante à conjuntura política, Maquiavel utilizou dois conceitos, a saber: o de *fortuna*³⁵ e o de *virtù*³⁶.

A *fortuna*, para Maquiavel, correspondia à sorte dos homens, às contingências independentes das vontades. Relacionava-se, também, aos acontecimentos imprevisíveis e inesperados no cotidiano da vida humana. Sobre esta, pode-se perceber que, além do aspecto político, ele demonstrou a influência da Antiguidade em seu pensamento ao utilizar a figura da deusa Fortuna da Cultura Romana. Seu intuito era o de representar a incapacidade de escolha humana frente às variadas situações. Como se referia aos acontecimentos que não dependiam exclusivamente da vontade humana, ele observou como os "sorrisos da *fortuna*" encantavam os homens e os faziam desconsiderar aquilo que não estivesse ligado a ela. Porém Maquiavel também constatou como essa displicência poderia prejudicar os planos pessoais, assim como os do Estado, pois a desconsideração dela poderia obscurecer o discernimento sobre as consequências. Por outro lado, a postura combativa frente à *fortuna* poderia colocá-la segundo o desejo humano ou revelá-la destruidora. Entretanto a sua variabilidade não impedia a recusa e a oposição à sua prevalência. Nesse viés, considerada sua natureza inconstante, não havia meios de desvencilhar, totalmente, os homens de suas manifestações, proveitosas ou não.

³⁵ Em sua obra *A teoria das formas de governo*, Bobbio (2000, p. 87) sintetizou esse conceito maquiaveliano ao escrever que a fortuna correspondia ao “curso dos acontecimentos que não dependem da vontade humana.”

³⁶ Em relação à *virtù*, Bobbio (2000, p. 87), ressaltou que, “Por *virtù* Maquiavel entende a capacidade de dominar os eventos, de alcançar um fim objetivado, por qualquer meio.”

Ao colocar, entre as suas considerações, os momentos em que a vontade humana não prevalecia sobre as circunstâncias, Maquiavel recorreu ao termo *fortuna* para tratar daquilo que é imprevisível. Ele objetivava mostrar que mesmo tomando precauções em relação ao poder político, isso não seria o suficiente para determinar o que ainda estivesse por acontecer. Certamente, os cenários políticos e os seus respectivos desdobramentos seriam deliberados, porém, isso não assegurava que o êxito político estivesse ao alcance. Entretanto Maquiavel ressaltou que “para que nosso livre-arbítrio não se anule, penso que se pode afirmar que a fortuna decide sobre metade de nossas ações, mas deixa a nosso governo a outra metade, ou quase.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 131). Citado o autor, percebe-se que a ação humana não era incapaz de direcionar os acontecimentos, todavia, era preciso considerar a influência da *fortuna* sobre os acontecimentos. Por isso, ao utilizar a imagem de um rio revolto, o autor florentino quis demonstrar como a *fortuna* poderia colocar-se à frente dos objetivos humanos. Em *Discorsi*, ele escreveu as seguintes palavras:

Comparo-a à um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam as planícies, derrubam as árvores e construções, (...) todos cedem ao seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente. E, como eles são feitos assim, só resta aos homens providenciar barreiras e diques em tempos de calmaria, de modo que, quando vierem as cheias, eles escoem por um canal ou provoquem menos estragos e destruições com seu ímpeto. Algo semelhante ocorre com a fortuna, que demonstra toda sua potência ali onde a virtude não lhe pôs anteparos. (MAQUIAVEL, 2010, p. 131)

Com essa citação, Maquiavel explicitou como a *fortuna* poderia ser pujante sobre as pessoas e os seus interesses. De acordo com Bignotto, na obra *Maquiavel*, a “*fortuna* aparece sempre como uma força que não pode ser inteiramente dominada pelos homens. Num mundo sujeito a movimentos constantes, ela representa o elemento de imponderabilidade das coisas humanas.” (BIGNOTTO, 2003, p. 26). Todavia era preciso esforço para conter ou minimizar a sua manifestação e, caso fosse possível, torná-la proveitosa. Por esse motivo, seria um equívoco pensar que ao descrever a *fortuna*, ele pressupôs somente a desestruturação de formas de governos ou a impossibilidade de alcançar os interesses humanos³⁷.

³⁷ Em *Maquiavel*, Bignotto ressaltou: “Dizer que a *fortuna* será sempre destrutiva corresponderia a afirmar que conhecemos suas tramas, o que não podemos fazer. Resta sempre uma esperança e ela deve nos conduzir a agir e enfrentar os perigos que aparecem, exatamente porque nenhum cálculo

Em relação ao pensamento ciceroniano, é possível identificar elementos que comprovam a preocupação do autor com os imprevistos e as variações políticas que, independentemente do empenho ou capacidade, poderiam inviabilizar a defesa do Estado. Quer dizer, mesmo em um governo de um Estado Republicano a *fortuna* poderia predominar nos acontecimentos – por exemplo: terremotos, secas e enchentes, entre outros. Segundo Cícero³⁸, “Não está em nossas mãos servir à República quando a vontade o ordena e de improviso, mesmo quando ela corre grave risco, se não nos tivermos colocado antes em condições favoráveis”. (CÍCERO, 2011, p.14.). Nesta citação, percebe-se que a *fortuna* referia-se às situações nas quais os cidadãos não conseguiam trabalhar em prol do Estado. Ainda que quisessem ou fossem impelidos a agir, eles estariam sob circunstâncias determinadas pela *fortuna*. Isto é, se os cidadãos fossem negligentes e, por isso, não apresentassem condições de defender os interesses da República, a realidade política seria configurada de acordo com a *fortuna*. Por conta disso, segundo ele, “julgo perigoso descuidar arbitrariamente o conhecimento dos negócios públicos sem se preparar para qualquer eventualidade e desconhecendo o que pode ocorrer.” (2011, p. 14). Haja vista esta citação compreende-se que Cícero estava ciente sobre a possibilidade de o Estado ser prejudicado se a *fortuna* não fosse confrontada, pois as circunstâncias da realidade política poderiam ser alteradas. Como reiterou Bignotto³⁹, “Para Cícero, ao contrário, não há a menor dúvida de que a “fortuna” pode influenciar os destinos humanos. Ele vê nela uma força capaz de ajudar os homens, mas também de destruí-los.” (BIGNOTTO, 1991, p. 142)

Em relação ao termo *virtù*, Maquiavel o significava como sendo a virtude política e não uma virtude moral. O termo foi formulado com base em requisitos do povo romano em seu Período Republicano. Ela consistia na habilidade humana particular que tornava qualquer pessoa capaz de adequar-se às incertezas da *fortuna*. Para Maquiavel, a adaptação das habilidades de um príncipe ou de um conjunto de cidadãos (república) em detrimento das circunstâncias que ocasionam o poder, ou estabilidade política, caracterizava a capacidade técnica à ação política: a astúcia, a frieza no agir quando e conforme o exigido pela *fortuna*. Em suas palavras:

racional será capaz de prever todos os movimentos que se seguirão ao aparecimento das garras da *fortuna*, inclusive aqueles que serão benéficos a nossos desejos.” (BIGNOTTO, 2003, p. 27).

³⁸ Da República.

³⁹ Na obra *Maquiavel Republicano*.

(...) porque o homem que quiser ser bom em todos os aspectos terminará arruinado entre tantos que não são bons. Por isso é preciso que o príncipe aprenda, caso queira manter-se no poder, a não ser bom e valer-se disso segundo a necessidade. (MAQUIAVEL, 2010, p. 97).

Citado o autor, percebe-se que mesmo referindo-se à tradição da ação benevolente de um príncipe, o seu conselho era válido a todos aqueles cidadãos que estivessem incumbidos de zelar pelo Estado. Fazia-se necessário que os homens estivessem cômicos que nem sempre os problemas políticos seriam resolvidos com boas ações. Como admitia que os cidadãos poderiam agir de maneira equivocada ao empenharem-se em seus propósitos, Maquiavel constatou que era preciso cuidado em relação ao exercício do poder político, pois não seriam raras as ações passíveis de prejuízo a outrem e à estabilidade do Estado. Desse modo, a problematização da política sob a dicotomia Bem/Mal era inadequada, visto que a disputa por interesses envolvia o poder político e as ações consideradas benéficas poderiam justificar ou comprometer o poder político, assim como o contrário disso.

Acerca da *virtù*, Cícero também destacou como este conceito era imprescindível àqueles que se engajavam no propósito de resguardar o bem público. Segundo ele:

Mas não é bastante ter uma arte qualquer sem praticá-la. Uma arte qualquer, pelo menos, mesmo quando não se pratique, pode ser considerada como ciência; mas a virtude afirma-se por completo na prática, e seu melhor uso consiste em governar a República e converter em obras as palavras que se ouvem nas escolas. (CÍCERO, 1973, p. 147).

De acordo com a citação, percebe-se que a *virtù*, ainda que fosse um atributo de um cidadão e cabendo somente a ele demonstrá-lo, seria evidenciada na condução de uma República. Isto é, o cidadão precisava dedicar-se, também, às demandas referentes à conservação da coisa pública, cabendo a ele utilizar as suas habilidades em prol do Estado.

A situação do Povo em uma república

Ao teorizar sobre a implantação de um governo republicano, Maquiavel preocupou-se em priorizar as causas populares. Isso porque ele vislumbrava a implantação de um Estado que admitisse a participação popular nos assuntos políticos. Em outros termos, ele julgava a República Romana – a *politeia mixes* -, como sendo a forma de governo mais exequível, pois foi um modelo político em que o povo expressava-se por meio da participação política. Para o autor florentino, a presença política do povo era fundamental para o funcionamento do Estado Republicano.

Para Maquiavel, que considerava o povo vulnerável no jogo político quando comparado aos nobres, era preciso que o aspecto político fosse revisto. Como considerava a disputa de interesses entre as classes – a do povo e a dos nobres -, algo inevitável à estrutura do poder político em uma república, sua reivindicação incidiu sobre a questão da participação política. Ele intencionava justificar a criação de um mecanismo político para que o povo pudesse viver com um mínimo de tranquilidade, além de defender-se das investidas promovidas pelas elites. Mesmo que numericamente maior, os anseios do povo não eram recebidos com tanto denodo quanto os dos nobres. E Maquiavel sabia que os nobres dispunham de recursos e de influência para limitar as tentativas de enfraquecê-los. Desse modo, a maneira das camadas populares resistirem à opressão e colaborarem com a política desse Estado seria a participação no poder político, pois assim teriam como impedir que certos cidadãos ou classes se apropriassem do Estado e o transformassem em um instrumento de realizações particulares ou restritas.

Em outros termos, assim como ele considerava que o governo constituído a partir do alvedrio de um príncipe (monarquia ou tirania) não era o mais indicado para o povo participar da vida política, ele também rejeitava a ideia dos cidadãos se organizarem em pequenos grupos (aristocracia ou oligarquia), podendo, com isso, restringir o poder político aos seus interesses. Dada sua experiência diplomática, estava explícito para Maquiavel que os grupos no controle do poder não hesitariam em manter o ritmo político que lhes beneficiasse. Em contrapartida, aqueles a quem o poder político não abrangesse não poupariam esforços para reverter o quadro político desfavorável.

Como o Estado Republicano proposto pelo autor - *politeia mixes* -, este

garantiria o funcionamento das instituições políticas referentes aos estratos sociais menos favorecidos – o povo. Isso significava que as demandas, os descontentamentos e mesmo as sugestões populares, passariam a ser consideradas na pauta pública. Isto é, antes que as decisões políticas fossem adotadas, tornava-se necessário que a parcela popular também estivesse em condições de interferir segundo seus propósitos⁴⁰. Assim, em oposição às ações baseadas no interesse privado ou de grupos específicos, as camadas populares participariam das decisões referentes aos rumos políticos do Estado. Nesse caso, Maquiavel concordava que o modelo de governo baseado no reconhecimento e na legitimidade da participação das classes sociais era o mais propício à estabilidade política.

Para justificar um modelo de governo que não possuísse o poder político concentrado na figura de uma pessoa ou de grupos específicos, ele recorreu ao fracionamento do poder político - a *politeia mixes*. O intuito de Maquiavel era demonstrar como as decisões políticas conjuntas eram preferíveis às decisões restritas à participação. Por exemplo, uma lei que prejudicasse determinada parcela da sociedade, favorecendo em demasia outra parcela; ou então uma pauta política debatida sem a participação do estrato social ao qual ela se referia – ao trabalho, por exemplo.

Desse modo, sua alusão ao Republicanismo Romano foi à maneira de justificar a reestruturação do poder político, mas com o objetivo de ampliar o poder político, englobando a participação popular. Sendo assim, Maquiavel interpretou a instauração dos Tribunos dos Povos como o momento em que a Plebe Romana consolidou sua participação na esfera do poder político. Para ele, então, essa foi uma instância que atuou sob o propósito de legitimar os anseios populares como políticos: para o qual o exemplo Romano foi fundamental, fornecendo o referencial teórico (o modelo, a inspiração⁴¹) para os pósteros, como Cícero e ele.

⁴⁰ Segundo Aranha (1993, p. 72), a “característica inovadora da proposta maquiaveliana está no reconhecimento de que a política se faz a partir da conciliação e interesses divergentes, e o conflito é inerente à atividade social humana.”

⁴¹ Maquiavel demonstrou que o direito à acusação pública era vital a para um Estado republicano. Entretanto, também destacou como as calúnias poderiam prejudicar o ambiente político de um Estado. Nesse caso, uma república teria dois benefícios caso adotasse isso, a saber: o primeiro seria, segundo o autor, “que os cidadãos, temendo ser acusados, não ousam investir contra o Estado; se tentam fazê-lo, recebem imediatamente o castigo merecido.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 41). O segundo benefício seria a criação de um mecanismo para o povo acusar publicamente o cidadão que, de alguma maneira, obstruiu a consecução de um interesse público.

A revisão da estrutura política, assim como na (nossa) atualidade, era algo que exigia cuidado, pois significava abolir os privilégios ou manter a situação do povo sem mudanças notórias. Por isso, ao teorizar sobre uma República, Maquiavel enfatizou a importância da participação popular à preservação desse tipo de governo. Ainda que na obra *O príncipe* ele tenha apresentado regras e reflexões sobre as circunstâncias específicas ao estabelecimento e à manutenção de um principado, foi em *Discorsi* que Maquiavel fundamentou o seu apreço pela implantação de um governo composto por cargos políticos referentes às classes sociais, dividindo, assim, o poder nas decisões políticas⁴².

⁴² De acordo com Escorel: “Lido por reis e ministros de Estados, príncipes, políticos e diplomatas, doutrinadores e homens de ação, louvado e seguido aberta ou disfarçadamente por uns e condenando sincera ou hipocritamente por outros, acusado de ateísmo, de satanismo e de crueldade (...), verberado como apologista do despotismo e preceptor do imoralismo político, Maquiavel veio a ser, no entanto, reivindicado mais tarde por Jean Jacques Rousseau, que chamou *O príncipe* de “livro dos republicanos”, afirmando que seu autor, fingindo dar lições aos reis, dava-as ao povo, ensinando-os a como se defender dos tiranos.” (ESCOREL, 2014, p. 128).

A verittà efetualle e o conflito político

A realidade política, segundo o autor, estava sujeita a variações constantes, sendo difícil definir com precisão o quadro político de um Estado⁴³. Ou seja, como o embate entre as classes políticas não podia ser evitado, o autor florentino reiterou que, “como não há nada que seja permanente entre os mortais, e nada é estável, é natural que as coisas melhorem ou piorem.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 41). Ele percebeu, então, que o andamento e o desfecho das situações políticas eram imprevisíveis, ainda que houvesse sinais de possíveis resoluções. Por minuciosa que fosse a análise da *verittà effetuale*⁴⁴, não havia a certeza de que um determinado plano político resultaria em sucesso, independentemente da classe que tentasse fazer isso. Entretanto, isso não significava que os problemas políticos fossem irresolutos, pois do contrário não haveria meios de estabelecer, ainda que minimamente, as condições de governabilidade para qualquer Estado.

Para Maquiavel, a disputa pelo poder político tinha as condições de gerar resultados satisfatórios para o Estado, desde que a concorrência entre as partes não estivesse voltada à obtenção de um monopólio político. Para ele, que defendeu a vigência de um governo republicano, o exercício do poder político não poderia ter outra finalidade senão o proveito às causas públicas. Quer dizer, um Estado que pretendesse o formato ou a continuidade de um governo republicano, deveria

⁴³ Segundo comentou Aranovich, “para compreender a multiplicidade da palavra *stato* em Maquiavel, é preciso considerar que, no Renascimento, o sentido do termo passava por uma transformação. Para distinguir o sentido do termo “estado”, portanto, deve-se interpretá-lo a cada ocorrência. No entanto, em muitos casos, é difícil fazer essa distinção. Estado pode significar: poder, Estado, território, *status*, governo. Pode ainda reunir mais de um desses sentidos. Não se trata, contudo, de uma imprecisão de Maquiavel. Ocorre que no Renascimento o sentido do termo, que antes era de *status* (posição, condição), fazia a transição para a concepção moderna de Estado, e Maquiavel é um dos autores em que se verifica essa passagem. Assim, *stato* pode, às vezes, significar o *status* do príncipe ou de um partido, outras vezes percebe-se que a palavra é usada com vários significados que vinha adquirindo desde a Baixa idade Média até o Renascimento: forma ou ordenação dos poderes públicos ou do governo, condição, autoridade ou poder político, senhoria jurídica, condição soberana de um indivíduo ou da coletividade (sentido encontrado em todos os escritores do Renascimento, mas em nenhum com tanta frequência quanto em Maquiavel). Em Maquiavel começa-se a determinar um conjunto de conceitos que, combinados, se encontram no conceito moderno de Estado: o Estado como poder público e como expressão da união de povos e território.” (ARANOVICH, 2007, p. 600)

⁴⁴ Em *História da Filosofia Política*, Leo Strauss comentou sobre o método do autor: “Maquiavel é o único pensador cujo nome está em uso corrente para designar um tipo de política, que existe e continuará existindo, independentemente de sua influência, uma política guiada com exclusividade por questões de conveniência, que usa todos os meios, legais ou ilegais, ferro ou veneno, para atingir sua meta – sendo esta o engrandecimento de um país ou pátria -, mas também usando a pátria a serviço do autoengrandecimento do político, ou estadista, ou partido de cada um.” (STRAUSS, 2016, p. 268).

considerar como sendo inevitável o enfrentamento de interesses divergentes⁴⁵ e, a partir disso, direcionar os esforços dele. Todavia, ao relacionar os anseios populares à categoria política, Maquiavel estava ciente de que haveria resistência por parte da aristocracia, pois a reestruturação das relações políticas imporia outra dinâmica na abordagem dos assuntos públicos.

⁴⁵ Na obra *Maquiavel: a lógica da força*, a comentadora Aranha escreveu: “Ao considerar as forças opostas da aristocracia e do povo, Maquiavel não espera que os conflitos possam desaparecer, mas sim que as relações entre as forças antagônicas sejam sempre de equilíbrio intenso.” (ARANHA, 1993, p. 72)

A fundação e a reforma de um Estado

Por ter compreendido como a conjuntura política podia ser alterada sem que houvesse qualquer aviso (*Fortuna*), Maquiavel estava ciente de que a fundação ou a reforma de um Estado exigia diligência, pois os eventos eram marcados pela dificuldade de serem conduzidos. De acordo com o autor florentino:

A reforma parcial e sucessiva deve ser provocada por um homem esclarecido que saiba reconhecer de muito longe as dificuldades, logo que surjam. É possível que nunca se encontre um homem deste tipo; se surgisse um só, não conseguiria jamais convencer os concidadãos dos vícios identificados pela sua previsão. Quando estão habituados a uma certa maneira de viver, os homens não a querem alterar, sobretudo se não enxergam claramente o mal que se lhes insinua. Quanto à reforma total e imediata da constituição política, quando há convicção geral de que ela é defeituosa, é difícil efetua-la mesmo se o efeito é evidente, porque para isto os meios são insuficientes. Torna-se indispensável o recurso a métodos extraordinários – as armas e a violência. Antes de mais nada, o reformador deve apoderar-se do Estado, a fim de dispor dele à vontade.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 77)

Pode-se perceber que ele tinha como incontestável que a reconfiguração do poder político, ou a vigência de uma nova forma de governo, dependeria dos interesses que estivessem envolvidos, pois era previsível que certo nível de instabilidade fosse constante. Em suas palavras:

Mas a ambição do homem é tão violenta que, para satisfazer o desejo do momento, não reflete nas desvantagens resultantes; e não se orientam também pelos exemplos do passado a respeito deste assunto e de outros que já tratei. (MAQUIAVEL, 2008, p. 258).

Sendo assim, tornava-se importante identificar os cidadãos que, dispostos a sobrepor os seus interesses em detrimento aos demais da comunidade política, não hesitariam em obter vantagens nas alterações ou mesmo no prosseguimento de determinado quadro político. Em *Discorsi*, Maquiavel reiterou que, "Quem pretenda governar um povo, sob uma república ou monarquia, deve certificar-se dos que demonstram ser inimigos da nova ordem das coisas, se não quiser estabelecer um governo efêmero." (MAQUIAVEL, 2008, p. 70).

Como ressaltado pelo autor, era preciso distinguir os apoiadores dos opositores para que os planos políticos não se tornassem notabilizados pela sua falibilidade. No caso de uma república, os opositores eram aqueles que,

preocupados tão somente em corresponderem apenas aos interesses privados, provocariam desordem no Estado caso julgassem necessário. Em um principado, pode-se dizer, então, que o príncipe deveria considerar as demais pessoas como possíveis opositores, posto que somente os seus anseios seriam realizados. Para Maquiavel, o problema não estava restrito à forma de governo, mas em sua continuidade e suas modificações relacionadas ao enfrentamento de interesses.

Ao analisar as possíveis transformações que podiam ocorrer em um Estado, Maquiavel, apesar de ter defendido um governo republicano, escreveu que a implantação ou a restauração da ordem política de um Estado deveria ser o resultado do trabalho de um só cidadão. Para ele, em *Discorsi* (2008):

É, por assim dizer, uma regra geral a de que as repúblicas e os reinos que não receberam as suas leis de um único legislador, ao serem fundados ou durante alguma reforma fundamental que se tenha feito, não possam ser bem organizados. É necessário que um só homem imprima a forma e o espírito do qual depende a organização do Estado. (MAQUIAVEL, 2008, p. 49)

Ele destacou, assim, a importância da ação de um cidadão em benefício do Estado. No entanto, surge a dúvida: como o autor de uma obra sobre o republicanismo poderia conceber o surgimento e a reforma de um Estado como sendo o encargo de apenas uma única pessoa? A resposta para esta questão estava na ideia de unificação para estabelecer um governo político para um Estado. Ele defendia a unificação dos territórios da Península Itálica sob um único Estado, conduzido somente por um governante. Sua justificativa não era a da concentração de poder político, mas sim, a unificação do território. E para que isso acontecesse, e o poder político fosse legítimo, era preciso que os interesses públicos fossem colocados como prioridade frente a quaisquer outros:

Deste modo, o legislador sábio, animado do desejo exclusivo de servir não os seus interesses pessoais, mas os do público: de trabalhar não em favor dos próprios herdeiros, mas para a pátria comum, não poupará esforços para reter em suas mãos toda a autoridade. E nenhum espírito esclarecido reprovará quem se tenha valido de uma ação extraordinária para instituir um reino ou uma república. (MAQUIAVEL, 2008, p. 49)

Pode-se perceber, mais uma vez, a sua referência pela atuação de um agente político que, dedicando os seus esforços, conferiria um ritmo público às mudanças necessárias ao Estado unificado. Nessa linha, o responsável por estabelecer um

Estado ou então por conduzi-lo à reforma, deveria colocar os seus interesses subjetivos em segundo plano: o interesse maior seria o público.

Todavia Maquiavel não considerava que a prosperidade do Estado estivesse relacionada exclusivamente às determinações de um cidadão. Ele, então, destacou como um Estado não poderia depender do controle de apenas uma pessoa - o que caracterizaria uma monarquia ou uma tirania⁴⁶. Apesar de reiterar a importância de um agente político para a estabilidade política de um Estado, fosse como reforma ou como implantação de uma forma de governo diferente, Maquiavel enfatizou que as resoluções políticas não poderiam depender de um cidadão, pois não seria aceitável que uma única pessoa encerrasse em si mesmo todo o poder político de um Estado. O cidadão agiria de maneira a adequar o campo político, mas depois de feitas as mudanças julgadas pertinentes à estabilidade, era preciso que elas vigorassem mesmo sem a sua presença. Segundo Maquiavel, “De onde se vê que os governos cuja sorte depende da sabedoria de um só homem têm curta duração, porque sua virtude se extingue com a vida do príncipe.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 59). Ele explicou, assim, que, apesar de um homem ser capaz de renovar um Estado, seja em sua forma de governo ou em sua estrutura interna, a estabilidade política não poderia depender do tempo em que ele permanecesse dirigindo os assuntos públicos. Isto é, o Estado não poderia acabar caso ele se afastasse ou morresse. E, por isso, escreveu:

⁴⁶ Acerca do poder político ficar sob o controle somente de uma pessoa, Maquiavel utilizou o exemplo Romano com a intenção de mostrar que mesmo em uma República, na qual o poder político era dividido a fim de evitar expressamente essa concentração de poder, havia, em ocasiões extremas, a nomeação para cargos que dispunham de autoridade suprema para agir segundo os propósitos pelos quais foi nomeado, e não pelos seus interesses particulares – o ditador, por exemplo. Entretanto, é preciso lembrar que essa instituição era grega. No caso de Roma, a figura do ditador somente poderia ser assemelhada à do príncipe se pensada do ponto de vista da degeneração da forma política desta última, a tirania. O motivo disso é que o papel do ditador não era o de erigir o Estado segundo seus anseios, mas o de decidir imediatamente os problemas aos quais foi incumbido de resolver. O autor explicou o seu pensamento ao referir-se à expansão do domínio Romano, pois, estes “tomaram a decisão de instituir um ditador, isto é, de atribuir a um cidadão o direito de decidir sem ter que consultar ninguém, agindo sem qualquer apelo.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 109). Para eles, que temiam os prejuízos políticos oriundos da falta de estabilidade e da incapacidade de consolidar a sua autoridade sobre os povos conquistados, a nomeação de um ditador era a tentativa de resolver esses problemas de maneira rápida. Contudo, ainda que em *Discorsi* (2008), o autor tenha escrito que a ditadura “foi útil naquela ocasião, e permitiu contornar os perigos mais iminentes” (2008, p.109), sua crítica recaiu sobre o perigo de uma ditadura se tornar uma tirania, pois na ocorrência de o poder político ser centralizado em um só homem, as ações deste poderiam furtar-se aos propósitos pelos quais foi escolhido e, com isso, agir de uma maneira que somente ele fosse o beneficiado. Dessa forma, do mesmo modo que o ditador deveria cumprir com o seu papel de defensor imediato dos interesses públicos e, assim, cumprir com as atribuições pelas quais foi nomeado, ele também poderia voltar-se contra aqueles que lhe atribuíram poder e levar o Estado ao fracasso. Para que tal fosse evitado, existiam as leis que coibiam tal atitude.

"Não basta, portanto, para a felicidade de uma república ou de um reino, ter um príncipe que governe com sabedoria durante a sua vida; é necessário que o soberano organize o Estado de modo que, mesmo após sua morte, o governo se mantenha cheio de vida." (MAQUIAVEL, 2008, p. 59).

Observa-se, então, que o autor florentino reiterava a necessidade de o Estado contar com o engajamento de um determinado cidadão, mas a conservação do Estado não poderia ficar restrita às ações desse cidadão. Quer dizer, o cidadão que ordenasse o Estado devia prepará-lo para que a estabilidade política fosse mantida por outros cidadãos, ainda que ele não estivesse mais à frente das decisões políticas. A república não poderia depender apenas de um cidadão.

Os Tribunos das Plebes

Ao demonstrar a sua preferência por um sistema de governo⁴⁷ republicano, Maquiavel intencionava justificar a importância da participação do povo no poder político. Nesse sentido, ele destacou como a instituição dos Tribunos da Plebe⁴⁸, no Governo Romano, contribuiu para a grandeza daquela República. Para ele, era preciso que os cargos ligados à administração do Estado também pudessem ser ocupados por plebeus, visto que o controle político, até então, estava restrito aos nobres: Segundo observou Giordani:

o monopólio político e a situação social e econômica dos patrícios, opressores dos plebeus, vão desencadear uma reação profunda dos últimos até que consigam ver satisfeitas suas reivindicações sociais, jurídicas, políticas e religiosas." (Giordani, 1968, p. 32).

Em Roma, apesar da relutância dos patrícios em permitir que as pessoas comuns também participassem⁴⁹, o avanço político da plebe não foi contido, o que resultou na consolidação deste grupo na política, inclusive possibilitando aos plebeus concorrerem aos cargos políticos. Por outras palavras, devido ao estabelecimento dos Tribunos como sendo um cargo político, os plebeus puderam

⁴⁷ De acordo com Maquiavel, a definição de governo seria esta: "De fato, que é um governo senão o meio de conter os cidadãos de modo que eles não se injuriem mutuamente? Meio que consiste em dar completa segurança à população ou reduzi-la à impossibilidade de praticar o mal; ou ainda em fazer tantos benefícios ao povo que este não tenha razão para procurar mudar seu destino." (MAQUIAVEL, 2008 p. 263). Nesse contexto, Maquiavel destacou as funções que um governo deveria desempenhar para ser considerado bom. Entretanto é importante lembrar que ele aludia ao republicanismo e, por isso, as descrições sobre as funções de um governo deveriam ser embasadas no interesse público. Quer dizer, o governo republicano de um Estado tinha a obrigação de cumprir as suas atribuições junto à população: estabelecer as leis, evitar os conflitos entre os cidadãos, o cuidado para que os mais abastados não se aproveitassem dos menos favorecidos e, principalmente, prejudicassem o Estado em detrimento de interesses pessoais.

⁴⁸ Os Tribunos da Plebe (*Tribunus plebis*), cargo político instituído em 493 a.C., eram escolhidos apenas entre os plebeus, porém, não possuíam o *status* de magistratura, apesar de terem sido os representantes diretos dos interesses do povo. Eles surgiram para que o povo pudesse colocar em pauta as suas discussões políticas e as suas principais reivindicações foram: a igualdade jurídica – os plebiscitos equiparados às leis e válidos para plebeus e patrícios; a igualdade civil – a permissão para o matrimônio entre plebeus e patrícios; e a igualdade política, ou seja, o acesso aos cargos públicos sem distinção por classe social. (GIORDANI, 1968)

⁴⁹ Ainda de acordo com Giordani (1968, p. 34), "para evitar que plebeus chegassem ao consulado, os patrícios chegaram a suprimir temporariamente a função de côsul. (...) A primeira das Leis Licínias apresentadas em 367 A.C., pelos tribunos *Licinius Stolon* e *L. Sextius*, restabeleceu, definitivamente, o consulado e reservou, obrigatoriamente, um dos dois lugares para ser preenchido por plebeu. Desde então, os plebeus obtiveram o acesso às demais magistraturas como, v. g., a ditadura, a censura, a pretura ... O acesso às principais magistraturas abriu, naturalmente, aos plebeus a porta do Senado Romano."

almejar as magistraturas mais importantes da República⁵⁰, às quais, até então, somente os patrícios tinham acesso. No exemplo Romano, a plebe tinha duas intenções: refrear os anseios dos patrícios; e estabelecer as condições para que os plebeus pudessem concorrer aos cargos relativos às decisões políticas da República. Segundo consta em *Discorsi*:

só depois dos distúrbios, das contínuas reclamações e dos perigos provocados pelos longos debates entre nobre e plebeus é que se instituíram os tribunos, para a segurança do povo. A autoridade desses novos magistrados foi cercada de tantas prerrogativas e prestígio que puderam manter o equilíbrio entre povo e Senado, oferecendo um obstáculo às pretensões insolentes da nobreza. (MAQUIAVEL, 2008, p. 29)

De acordo com o texto exposto, pode-se notar que Maquiavel observou o modo como os Tribunos foram decisivos para mediar às hostilidades entre as classes⁵¹, fazendo com que, se elas nas cessassem, ao menos fossem reduzidas. A sua referência ao "equilíbrio" pretendia mostrar que o desgaste causado devido à disputa pelo poder político era mais severo ao povo do que aos nobres.

Em breves termos, pode-se afirmar que a participação política, em uma República, seria o meio pelo qual o povo poderia melhorar as suas condições de vida. Como a disputa por poder político ocorre em qualquer comunidade humana, o

⁵⁰ A estrutura política de Roma, naquele período, estava dividida entre as magistraturas, o Senado e as Assembleias do Povo. As magistraturas, dentre as quais a mais importante era o Consulado, correspondia ao Poder Executivo. Havia também os Pretores, os Edis, os Questores e os Censores, porém, estas quatro funções não tinham a mesma autoridade que os cônsules. As vagas de cônsules eram duas, e os candidatos eram eleitos, anualmente, por meio dos comícios centuriatos. Para Giordani (1968, p. 90), "os cônsules constituíam os verdadeiros chefes de Estado." O Senado, que variou entre trezentos e mil o número de integrantes ao longo da História Romana, era a instituição mais prestigiada. Sobre isso, Giordani (1968, p. 96) destacou que: "em oposição à temporariedade do mandato dos magistrados, o senado, devido à vitaliciedade da dignidade senatorial, representava a autoridade permanente e o verdadeiro centro de governo da Roma republicana." Antes, o senado era composto somente por patrícios, mas depois do ano 400 A. C., os plebeus também puderam ocupar este cargo. Para os senadores, a elaboração de leis não era necessariamente uma de suas atribuições, entretanto, cumpria-lhes a aprovação ou a reprovação daquilo que foi decidido nos comícios e o convite aos magistrados para que propusessem algum assunto em assembleia. Por último, as Assembleias dos Povos, eram dispostadas da seguinte maneira: a *concilium plebis*, uma reunião feita somente entre plebeus e tribunos, na qual as resoluções eleitorais, legislativas e judiciárias não incluíam os patrícios; e os comícios curiados, centuriados e tributos. Os comícios curiados (*comitia curiata*) tornaram-se ultrapassados e caíram no ostracismo; os comícios centuriados (*maximus comitiatus*), podiam ser convocados pelos cônsules, pretores ou ditadores para que fossem escolhidos outros cônsules, pretores e censores, além de eleições sobre os variados temas; e os comícios tributos (*comitia tributa*), apontados por Giordani (1968, p. 102) como "o verdadeiro órgão da soberania popular." Entre suas incumbências estavam as eleições de magistrados (tribunos, edis e questores) e as votações dos plebiscitos que alcançaram a categoria de uma lei.

⁵¹ Em *Discorsi* L I, cap. III, Maquiavel escreveu sobre a pressão que os Tarquínios exerciam sobre os nobres, fazendo com que estes últimos não oprimissem o povo devido ao medo de perderem sua confiança. Entretanto, assim que os Tarquínios morreram, a situação mudou e o povo foi prejudicado. A solução encontrada foi a criação dos Tribunos.

povo queria certificar-se de que as suas resoluções estariam entre àquelas discutidas pelos senadores e os cônsules. Ainda que não fossem considerados como magistrados⁵², a exemplo dos cônsules e senadores, os tribunos cumpriam sua responsabilidade política, ainda que, no início, ficassem à porta do Senado para cuidarem dos assuntos da plebe. Os patrícios agiam desta maneira por temerem a perda de força e de prestígio político, pois os plebeus passariam a dividir a administração do Estado Romano com eles. Não se tratava apenas de uma questão de satisfação material, mas uma situação na qual a plebe precisava projetar-se na esfera política a fim de ser considerada (e respeitada) como grupo político e os seus constituintes como sendo possíveis magistrados. Do contrário, as negociações políticas realizadas entre o povo e os nobres seriam ainda mais frágeis.

Devido à sua experiência, Maquiavel estava convicto de que o jogo político era intenso e incessante. Nesse contexto, ele considerava o cargo de Tribuno como sendo uma salvaguarda para o povo. Ele o entendeu assim porque, antes disso, o povo não participava de maneira ativa da política. Em contrapartida, os aristocratas dispunham de meios para se favorecerem nas relações de poder. Por isso, Maquiavel (2010, p. 77) acreditava que, “em todas as cidades se encontram essas duas tendências opostas: de uma parte, o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos poderosos, de outra, os poderosos querem comandar e oprimir o povo.”. Isso demonstrava que o embate entre as classes, o choque entre as forças antagônicas presentes na comunidade, não poderia ser evitado. Enquanto algumas pessoas se contentariam com uma vida simples, sem o receio de serem repreendidas ou perderem o pouco que possuíam, outras não deixariam de manipular a autoridade do Estado em função de seus interesses privados, ou mesmo de seu grupo. Para o autor florentino, em uma circunstância assim, o povo não poderia tardar em estabelecer um meio para contrapor-se às investidas dos aristocratas, pois a demora somente agravaria a sua situação.

Com relação à demora resolução e consecução dos assuntos políticos, Maquiavel estava ciente que isso prejudicava o Estado, pois o poder político

⁵²Os tribunos "eram antes representantes ou chefes da plebe que propriamente magistrados, pois não tinham o direito de auspício, nem possuíam *imperium* ou *potestas*. Nunca puderam usar a toga adornada de púrpura, nem a cadeira curuil." (GIORDANI, 1968, p. 94) Acerca de os tribunos serem considerados magistraturas ou não, esse é um debate que tangencia o tema: o importante é destacar como eles cumpriram o seu papel participativo, isto é, que a função exercida em prol do povo não fosse politicamente anônima. Assim, entende-se que, tanto para Maquiavel, quanto para o comentador Giordani, essa finalidade foi cumprida.

acabava se tornando um objeto de disputa: ao invés de buscar soluções para os problemas vivenciados pelas pessoas que compunham o Estado, nobres e plebeus buscariam conquistar o poder político a fim de utilizá-lo para fins de beneficiar o próprio grupo, e não a coisa pública (*res publica*):

Com a lentidão, ninguém é servido, e prejudica-se a todos. Este tipo de conduta provém da falta de coragem ou de recursos; ou então, da perversidade de quem, levado pelo interesse pessoal na ruína do Estado, ou na realização de objetivos próprios, levanta obstáculos à deliberação, fazendo todos os esforços para suspendê-la, e impor-lhe obstáculos. Com efeito, cidadãos esclarecidos jamais deixarão de decidir, mesmo se o povo precipitar numa resolução funesta (sobretudo quando o assunto não admite demora). (MAQUIAVEL, 2008, p. 236)

Dessarte, Maquiavel destacou como a morosidade retardaria o desenvolvimento do Estado, pois enquanto o poder político fosse utilizado para outras finalidades que não às da república, o Estado não teria a estabilidade necessária. Entretanto, ele ressaltou que os "cidadãos esclarecidos" eram os responsáveis por impedir que as decisões políticas fossem procrastinadas. Ou seja, mesmo não tendo especificado as qualidades necessárias aos cidadãos responsáveis pelo Estado, ele esclareceu que o governo exigia a participação de mais de um cidadão⁵³. As decisões políticas competiam, especialmente, àqueles cidadãos que mais estivessem preparados para lidar com elas.

A referência utilizada por Maquiavel, à República Romana, foi destacada por conter, em sua História, a conquista do povo em relação ao poder político. A instituição de um cargo político popular – os Tribunus –, e, conseqüentemente, o acesso aos cargos mais elevados, oportunizou a transformação do contexto político daquele Estado. Nesse contexto, Maquiavel considerou a possibilidade de uma instituição garantir que um conjunto de cidadãos – o Povo –, não fosse oprimido por manifestar a sua indignação ou os seus interesses em relação à política. Mostrava-se fundamental a união à classe popular, pois esta, ao exigir melhorias, evitava os resultados da desorganização, assim como as atitudes que poderiam culminar em

⁵³ Nesse momento, faz-se importante uma observação: a implantação de um principado – a imposição de uma força soberana, em contraposição a um sistema republicano de governo, por exemplo, poderia gerar descontentamento ainda maior entre os populares como aos nobres. Por isso, entende-se que na elaboração de sua obra *O príncipe*, o autor teorizou a partir de sua realidade: a debilidade política de Florença e, principalmente, da Península Itálica – hoje a Itália. Em outros termos, ele apregoou a obtenção e a manutenção do poder político por um italiano, evitando, assim, o domínio estrangeiro – do Papado, dos franceses, dos espanhóis ou de outros Estados que pudessem aproveitar-se da situação.

punições. Segundo ele:

os homens são levados muitas vezes pela audácia a se queixar em voz alta das medidas tomadas pelos governantes; mas, diante dos castigos, perdem a confiança que tinham uns nos outros, e terminam por obedecer às ordens recebidas. (MAQUIAVEL, 2008, p. 177)

A exposição acima demonstra a intenção do autor ao escrever o texto: orientar os cidadãos a se manterem unidos, a fortalecerem os laços que os colocavam juntos na disputa, pois se estivessem isolados ou dispersos por atritos internos, não ofereceriam resistência às pretensões dos nobres.

Exposto de outro modo, na vigência de um governo nobiliário, embora houvesse a participação das camadas populares, a supressão dos interesses incidiria no impedimento do acesso ao poder político e na repressão de manifestações contra o favorecimento da classe dominante. A partir do momento em que um cidadão fosse castigado e, com isso, surgisse o receio de que os demais cidadãos pudessem sofrer algo semelhante, tal ocorrido daria motivos para desencorajá-los. De acordo com o autor florentino:

Os descontentamentos, porém, são fáceis de dissipar quando a multidão não tem um líder a quem recorrer; pois, se não há nada de mais forte do que a massa sem freio e sem chefe, nada há, por outro lado, de mais frágil. Ainda que a multidão disponha de armas, é fácil contê-la, desde que haja um abrigo que proteja o seu primeiro impulso. De fato, quando os ânimos se arrefecem, todos percebem que é preciso voltar para casa. Esvai-se a confiança que a massa depositava na sua força; cada um pensa na própria salvação, decidindo-se a fugir, ou a trair. (MAQUIAVEL, 2008, p. 177)

A partir do texto exposto, percebe-se que o autor, de certa maneira, definiu o que entendia por “multidão”: o povo seria considerado multidão quando inexistisse uma liderança. Ou seja, mesmo que as pessoas possuíssem reivindicações políticas em comum, mas não alguma orientação específica, as suas tentativas seriam frustradas com facilidade pelos nobres. Nesse caso, a “liderança” poderia ser interpretada de duas maneiras: como um cidadão que lideraria o povo em seus esforços (pauta de reivindicações), evitando que fiquem dispersos e frágeis às ofensivas dos nobres. Era, então, a figura do cidadão que importava ao povo e não, necessariamente, a sua posição/cargo no Estado; a segunda poderia ser entendida como o cargo ou a instituição que, por meio da ação de um ou mais cidadãos,

desempenharia a função de comando⁵⁴. Desse modo, entende-se que os Tribunais eram encarregados de representar o povo por meio de sua participação no campo político e, por isso, eles poderiam evitar a dispersão destes no momento de exposição e das reivindicações expostas.

Os Tribunais da Plebe atuavam, então, nas deliberações políticas entre os magistrados, e as suas decisões eram relevantes para os plebeus, pois seria contraditória a instituição de um cargo político que não tivesse o respaldo das pessoas a quem deveria defender, e que os sustentava politicamente. A partir daquilo que sinalizassem aos plebeus, os tribunais podiam direcionar essa força, a qual era oriunda da união entre os cidadãos plebeus para o desenvolvimento do Estado, evitando que o "Povo" se tornasse "multidão".

A afirmação gradativa do povo no campo político não surtiu efeito somente na sua relação de poder com os patrícios, mas também nas disputas de interesses entre os próprios patrícios. Quanto a isso, Maquiavel (2008, p. 159) escreveu que, "É preciso apontar aqui, antes de mais nada, a utilidade do tribunato, que não se limitava a pôr um freio às pretensões dos nobres contra a plebe, mas também às pretensões mútuas dos poderosos.". Haja vista esta noção constata-se que a querela por poder não era algo relacionado somente às classes, pois mesmo entre os aristocratas havia o desejo de ampliar a riqueza e o poder, em detrimento dos demais⁵⁵. Como a condição de aristocrata oferecia meios para que os rumos políticos quase sempre fossem favoráveis às suas pretensões, ocorriam desentendimentos entre os próprios pares. Isto é, ocorriam situações em que os nobres se empenhavam para aumentar os seus bens e a sua influência, mesmo que para isso prejudicassem outros nobres. E o faziam alegando defender as causas públicas ou mesmo as de sua classe.

Nesse contexto, para o autor, a natureza humana não era necessariamente má, mas com condições de demonstrar-se de tal maneira em relação às conquistas particulares (Antropologia Negativa). Por isso, era preciso impedir que o poder

⁵⁴ Em *Discorsi* (L I, cap. XXIV), Maquiavel (2008, p. 113) explicou que, "Não foi a instituição ou o título de ditador que sujeitou Roma, mas o poder usurpado pelos cidadãos para se manter no governo. Se o título não existisse, criariam um outro: a força encontra facilmente um título, mas nenhum título cria a força."

⁵⁵ Por exemplo, em *Discorsi*, ele (MAQUIAVEL, 2008, p. 159) explicou que em Roma havia os cargos de senadores e de cônsules, ambos ocupados por aristocratas, mas que por vezes, acabavam em atrito por causa do poder. Por esse motivo, era preciso que os Tribunais fossem "aliados" do governante nas ocasiões em que esta disputa ficava indefinida. Ou seja, era necessário cuidar para que determinados cargos ou instituições não arruinassem Estado.

político fosse transformado em um objeto de cobiça⁵⁶. De acordo com as suas palavras:

Os escritores da antiguidade dizem que os homens se afligem com o mal e se atormentam com o bem: duas inclinações que, embora de natureza diversa, produzem os mesmos resultados. Se não lutam por necessidade, lutam por ambição. É uma paixão que tem neles raízes profundas; não os abandona, por mais elevada a situação a que cheguem. (MAQUIAVEL, 2008, p. 121)

Após essa constatação do autor, pode-se compreender que os desacordos relativos ao controle do poder político não contrapunham somente as classes, mas em primeiro lugar, os cidadãos enquanto pessoas humanas. Ou seja, as relações internas das classes políticas também divergiam quando se tratava do poder. Para Maquiavel, a inclinação para a conquista dos interesses não era atributo da nobreza, mas compunha uma das características de qualquer cidadão do Estado. No momento de agir politicamente, os cidadãos poderiam desconsiderar as classes às quais pertenciam quando o poder, as finanças, as influências, ou seu *status quos* estivesse sob disputa. Dessa maneira, os Tribunos foram instituídos para que a participação popular fosse admitida no contexto político, mas também para evitar que as contendas entre os poderosos não os prejudicasse, sobretudo, no tocante à estabilidade do Estado.

Ao discorrer sobre a instituição de um cargo que primasse pelos anseios populares, Maquiavel queria explicar como a relação de poder tendia a beneficiar mais os interesses dos nobres do que os do povo. Em outros termos, ele percebeu que, na ausência de participação política para proceder segundo aquilo que fosse referente ao povo, os nobres não tardavam em aumentar a sua influência e os desmandos em nome do Estado. Nesse caso, Maquiavel concordava com ideia de um cargo político dedicado aos assuntos do povo, como fora o caso dos Tribunos, pois os nobres possuíam os seus - os senadores e os cônsules. Ele, então, vislumbrava o perigo de o povo ser ludibriado por ideias vindas da classe aristocrática, momento em que nenhum ganho adviria caso não houvesse um benefício ainda maior para os nobres: eles não desistiriam de possuir uma situação

⁵⁶ Ainda na obra *Discorsi*, o autor florentino (2008, p. 134) esclareceu o motivo de sua preocupação: "De fato, embora todos os nobres tendam à tirania, os que não participam do poder são sempre inimigos do tirano, que nunca pode contar inteiramente com eles, pois sua ambição é vasta, e sua avareza, insaciável; e ainda que o tirano possa distribuir riquezas e honrarias, nunca poderá satisfazer o desejo de todos."

privilegiada quando comparados ao restante da população. E como a dinâmica política era variável, Maquiavel estava ciente da possibilidade de os nobres confundirem os interesses do povo com os seus e, assim, perpetuar a exclusão, mantendo a opressão, dos populares nos assuntos políticos do Estado. Segundo a sua justificativa:

Examinando, contudo, aquilo de que é fácil convencer o povo, e o que é mais difícil, cabe uma distinção. Na decisão de que se deseja persuadi-lo, o povo tende sempre a ver, à primeira vista, uma perda ou ganho: um gesto de grandeza ou de covardia. Se encontra nos projetos que lhe são submetidos alguma vantagem real, se tais propostas lhe parecem magnânimas, será fácil fazê-los adotar, ainda que, sob aparência enganosa, nelas se oculte a sua própria ruína, e um desastre para o Estado. Será difícil, por outro lado, obter o apoio popular para uma decisão que pareça covarde, ou danosa, ainda que traga uma vantagem genuína para o Estado. (MAQUIAVEL, 2008, p. 166)

É possível notar, por meio da citação, que o autor estava ciente como o povo poderia ser persuadido (enganado) a acreditar em um ganho, ainda que aparente, por não perceber a motivação de tais articulações políticas. Isto é, ao apresentar propostas capazes de ludibriar os cidadãos mais descuidados, a aparência serviria para conferir sentido ao engodo pensado na satisfação de interesses que nada possuíam de populares, tampouco públicos.

A participação política e a liberdade

Como o ofício diplomático havia lhe rendido o conhecimento empírico para entender que a política era uma atividade contínua e dinâmica, Maquiavel observou a importância do aspecto político da Liberdade⁵⁷. Como a sua justificativa era favorável ao Governo Republicano, ele considerou a liberdade como sendo um bem comum imprescindível aos Estados que buscavam a estabilidade e a grandeza. Por esse motivo, os cidadãos deveriam guardá-la sob quaisquer circunstâncias, sobretudo, o Povo – por meio dos Tribunais -, considerado por ele como sendo o guardião da liberdade⁵⁸. Sobre o desejo dos nobres e do povo, Bignotto explicita que:

O que Maquiavel procura demonstrar é que na análise dos desejos que povoam as cidades não há lugar para considerações de ordem moral. O povo não é o depositário do bom desejo, oposto ao desejo perverso dos nobres. O jogo político, desenrolando-se essencialmente no terreno indeterminado das ações humanas, não nos permite falar do bom ou do mau desejo, mas apenas das ações que são nocivas e das que colaboram a manutenção da liberdade. (BIGNOTTO, 1991, p. 96).

Nesse viés, Maquiavel (2008, p. 32) entendia que as camadas populares poderiam sofrer como a manipulação do poder político, pois, “o desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade, porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimido.”. Assim, pode-se observar que o povo não era uma ameaça à estabilidade política do Estado, pois os seus intentos eram comedidos

⁵⁷ A liberdade, nesse momento, não é compreendida como a pessoa ou a ação isenta de restrição. Tendo em vista o potencial argumentativo do conceito, um capítulo seria insuficiente para comportar as diversas descrições sobre o assunto. Por isso, para explicar com mais clareza a forma como Maquiavel teorizou o aspecto político da liberdade a partir de um governo republicano, foram utilizadas duas fontes teóricas com intuito de fornecer a análise mais apurada deste conceito, porém, enfatizando a perspectiva do autor sobre o tema. A primeira fonte é o *Dicionário de Filosofia*, de Nicola Abbagnano (2007, p. 612), o qual definiu a liberdade sob diversos aspectos, com destaque ao político: “as L. políticas são possibilidades de escolha que asseguram aos cidadãos a possibilidade de escolher sempre. Um tipo de governo não é livre simplesmente por ter sido escolhido pelos cidadãos, mas se, em certos limites, permitir que os cidadãos exerçam contínua possibilidade de escolha, no sentido da possibilidade de mantê-lo, modificá-lo ou eliminá-lo.” A segunda fonte é o *Dicionário de Política* de Bobbio (1998, p. 712) que escreveu sobre a “LIBERDADE COMO GOVERNO FUNDAMENTADO NO CONSENSO. — A definição de Liberdade como Governo fundamentado no consenso é utilizada para expressar a norma pela qual o Governo deveria fundamentar-se no consenso dos governados; normalmente, isto quer dizer Governo representativo e regra da maioria.”

⁵⁸ Sobre esta aproximação entre a liberdade e o povo, Maquiavel entendeu que havia condições mais favoráveis à liberdade quando ela estivesse sob o desvelo do povo.

quando comparados aos dos aristocratas⁵⁹. Desse modo, ele teorizou ser necessário que o povo fosse diligente, zelando pela liberdade: explicita-se, assim, que ele, na obra *Discorsi* em especial, depositava maior confiança no povo que aos aristocratas, no tocante à liberdade como uma *res pública*:

No entanto, para chegar aos motivos, e tomando os romanos como exemplo, direi que se deve sempre confiar um depósito a quem tem por ele menos avidez. De fato, se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede de domínio; no segundo, o desejo de não ser degradado – portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos do que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade. Assim, se os plebeus têm o encargo de zelar pela salvaguarda da liberdade, é razoável esperar que o cumpram com menos avareza, e que, não podendo apropriar-se do poder, não permitam que o façam. (MAQUIAVEL, 2008, p. 33)

De acordo com Maquiavel, o povo não tinha a pretensão de comandar o Estado, pois o seu objetivo era evitar a submissão a um governo que restringisse a sua participação no poder político. Considerando que um Estado republicano deveria primar pela participação popular nas decisões políticas, o autor florentino entendia ser mais seguro que a liberdade ficasse sob a responsabilidade do povo que, para ele, simbolizava um paládio à sua preservação. Não era apenas uma questão de não ser oprimido, mas como aconteceu em Roma, à instituição dos Tribunus demonstrou que o povo estava participando das decisões ligadas aos interesses públicos. Em *Maquiavel Republicano*, Bignotto (1991, p. 86), ressaltou que “o desejo do povo é que está mais próximo da liberdade, pois, não sendo um desejo de poder, mostra uma face importante da liberdade: a não opressão.”. Ou dito outramente, ao participar da atividade política do Estado como um agente ativo ou como um defensor da liberdade, o povo buscava acautelar-se da influência dos nobres a fim de garantir um mínimo de dignidade para a sua vida. Por isso, ao enfrentar os algozes da liberdade, o povo colaborou para elaboração de uma República na qual os seus anseios possuíam o *status* político necessário para a sua efetivação⁶⁰.

⁵⁹ Em *Discorsi* (2008), o autor florentino definiu o que seria um aristocrata com as seguintes palavras: "Entendo por aristocrata aquele que vive no ócio, sustentado pelo fruto de seus bens; que passa seus dias na abundância, sem preocupar-se com os meios de sobrevivência, como a agricultura ou outro trabalho qualquer. Essas pessoas são perigosas para o Estado. Dentre eles, deve-se temer acima de tudo os que, além das vantagens assinaladas, possuem castelos e vassalos sob suas ordens." (MAQUIAVEL, 2008, p. 172).

⁶⁰ Sobre isso, faz-se importante registrar que o termo genérico “Povo” é perigoso, como se percebeu posteriormente na Revolução Francesa (1789), pois este não é homogêneo como acreditava Maquiavel. Por outro lado, como ele dividiu a comunidade em dois grupos, o desejo de não ser apropriado, explorado e oprimido era popular, e não do grupo dominante.

Ainda ao detalhar os motivos que o levaram a preferir um modelo republicano (parecido com o Romano), Maquiavel destacou a importância e a função da liberdade, pois a prosperidade de um Estado estava ligada à condição de vida das pessoas: se os povos eram livres ou não. Como analisou os tipos de principados e de repúblicas, Maquiavel estava ciente de que as questões referentes à liberdade eram fundamentais: suas consequências poderiam arruinar ou elevar os méritos dos Estados. Por isso, na Introdução ao livro II de *Discorsi*, ele enfatizou:

Como dissemos, todos os Estados e cidades que vivem sob a égide da liberdade, em qualquer lugar, têm sempre o maior êxito. A população é mais numerosa, porque os casamentos são mais livres e desejáveis; cada um tem todos os filhos que pode manter, porque não teme perder o patrimônio, e sabe que eles não serão escravos, mas sim homens livres, capazes de chegar, pelas suas qualidades, às posições mais elevadas. Multiplicam-se então as riquezas: as que a agricultura produz e as que derivam da indústria. Todos se empenham em aumentar os seus bens, seguros de que poderão gozá-los; em consequência, empenham-se em conseguir o que vai favorecer a cada um em particular e a todos de modo geral, crescendo assim cada vez mais a prosperidade pública. (MAQUIAVEL, 2008, p. 200)

Percebe-se, pelo exposto, que Maquiavel apontou, assim, as vantagens de um Estado pautado pela liberdade, no qual não houvesse o temor da ocorrência de perdas materiais repentinas; o desrespeito a si e aos familiares, enfim, que o cotidiano do cidadão não fosse ameaçado. Isso porque a satisfação dos seus interesses contribuiria para que o bem comum fosse preservado. Para o autor florentino, é importante ressaltar novamente, a Liberdade era um bem comum, pois a sua conservação dependia de um esforço conjunto dos cidadãos, e sem ela a vida de uma grande parcela da população ficaria defasada, isto é, sem a preservação da dignidade humana. Para tanto, é preciso que a sociedade seja formada por cidadãos livres.

Por outro lado, ele também explicou as consequências de um Estado em que os cidadãos estivessem submetidos, por meio da violência ou da coação, ao reconhecimento de uma autoridade. E ele completou:

O contrário acontece nos países que vivem sem liberdade: quanto mais cruel sua servidão, mais lhes falta a prosperidade. E dentre todas as formas de servidão, a pior é a que reina nas repúblicas (por comparação com as monarquias): em primeiro lugar, porque é mais duradoura, e oferece menor esperança de remédio; e também porque o objetivo das repúblicas é o seu próprio fortalecimento, com prejuízo de tudo o mais. (MAQUIAVEL, 2008, p. 200)

De acordo com a passagem acima, ao expor a analogia sobre uma monarquia e uma república, Maquiavel queria demonstrar que a prosperidade de um Estado dependia da ação de mais de um cidadão. E para que os cidadãos pudessem oferecer seus esforços para a consecução do bem comum – a garantia da liberdade -, era preciso que eles não estivessem impedidos, ou seja, eles precisariam estar livres. Dessa maneira, a situação conturbada de uma república poderia perdurar por mais tempo que em uma monarquia, pois haveria a competição pelo poder ao invés de resoluções políticas.

E, mesmo que as repúblicas buscassem grandes feitos, isso poderia implicar no desrespeito aos seus cidadãos, apesar de contrariar seus próprios princípios. Assim, com o intuito de alarmar os cidadãos sobre o perigo de deixar o Estado ser tomado pela calamidade, Maquiavel, novamente, apresentou os motivos de um Estado livre ser preferível, pois as pessoas desejavam a liberdade no sentido de viver com relativa tranquilidade. E, em *Discorsi*, ele explicou:

Por outro lado, as vantagens da liberdade, que consistem em poder gozar a vida livremente e sem medo, sem temer por si, pela honra da esposa ou dos filhos, não são tão facilmente percebidas quando se as possui. E ninguém jamais confessará gratuitamente que é devedor de quem não o agride. (MAQUIAVEL, 2008, p. 70)

A intenção do autor florentino, nesta passagem, foi a de salientar que os cidadãos somente se preocupavam com a liberdade quando não pudessem desfrutá-la. Ele enfatizou que, enquanto os cidadãos não fossem diretamente prejudicados, eles não dariam a atenção devida à liberdade, afinal, eles a estavam vivenciando. Eles também não agradeceriam aos que os respeitassem, posto que ser livre é uma necessidade humana. Pode-se depreender, também, que eles não esperariam ser louvados por não agredirem outros. Porém quando aliados dela, caberia a eles esforçarem-se para a alteração de sua condição, por meio de um governante republicano.

É adequado lembrar que Maquiavel destacou, ao abordar o tema da liberdade em um Estado, o aspecto político deste conceito. Apesar de ter discorrido sobre uma forma de governo que priorizava as pautas públicas, ele ressaltou a importância da participação dos cidadãos na política do Estado. Nas palavras do diplomata florentino:

deve-se considerar como um bem a possibilidade de cada um propor o que considera útil ao público, e é igualmente bom que se permita a cada um expressar livremente o seu pensamento sobre o que é proposto, de modo que o povo, esclarecido pela discussão, adote o partido que achar melhor. (MAQUIAVEL, 2008, p. 76)

Observa-se que Maquiavel procurou enfatizar que a proposta de cada cidadão deveria ser levada em consideração. Quer dizer, que era fundamental que os cidadãos pudessem expor as suas ideias em um debate público, sem que isso os colocasse em uma situação de ameaça: ao contrário, eles ficariam mais conscientes da situação, das possibilidades e dos limites. No caso de um principado⁶¹, por exemplo, o mesmo não poderia ser escrito, pois o príncipe não acataria algo que desestabilizasse o seu governo, podendo até reagir com violência àquele que questionasse a sua autoridade. Todavia Maquiavel advertiu sobre o perigo de colocar os cidadãos sob o medo da retaliação constante, pois isto poderia inflamar os ímpetos daqueles que se sentissem inseguros ou prejudicados. Segundo ele:

É perigoso para uma república ou para um príncipe manter os cidadãos em regime de terror contínuo, atingindo-os sem cessar com ultrajes e suplícios. Nada há de mais perigoso do que este tipo de procedimento, porque os homens que temem pela própria segurança começam a tomar todas as precauções contra os perigos que os ameaçam; depois, sua audácia cresce, e em breve nada mais pode conter sua ousadia. (MAQUIAVEL, 2008, p. 146)

Com tais termos, Maquiavel explicitou a periculosidade de um Estado governado de maneira autoritária, no qual os cidadãos temessem mais as possíveis maldades vindas do Estado do que um dano causado por outrem. Em contrapartida,

⁶¹ Em L II, XXIV, de *Discorsi* (2008) Maquiavel escreveu sobre a inutilidade das fortalezas como meios de defesa/ataque ou como símbolos de poder principesco ou republicano: "Enquanto Roma foi livre, enquanto seguiu os mesmos princípios e manteve suas sábias instituições, jamais construiu uma só cidadela para controlar uma cidade ou província." Por exaltar seu apreço pela Liberdade em um Estado, Maquiavel observou que a demonstração de força, enquanto alerta constante da submissão a um poder, era o indício claro de autoritarismo/tirania, pois, segundo ele, "só se fortifica quem quer defender-se dos inimigos, ou dos súditos. No primeiro caso, as fortalezas são inúteis; no segundo, chegam a ser nocivas." (MAQUIAVEL, 2008, p. 267). A sua impressão negativa às fortalezas, que para ele eram sinônimos de ineficiência e de abuso do poder político, ocorria, pois "sempre que um príncipe teme a rebeldia dos seus súditos, este temor provém do ódio que inspira, da conduta imprudente dos governantes e da convicção de que podem subjugar os súditos pela força; e uma das coisas que lhes dá a sensação de que podem manter-se pela força é viver cercado de fortalezas." (MAQUIAVEL, 2008, p. 267). E depois de explicar os motivos que o levaram a discordar da utilização de fortalezas, fosse para fins militares ou políticos, ele frisou: "Como as dificuldades que causam as guerras derivam em grande parte do fato de que os príncipes e as repúblicas possuem praças fortes à sua disposição, sustento que tais fortificações são nocivas. Em primeiro lugar, conforme observei, aumentam a sua audácia e os incitam a tratar seus súditos com violência. Por outro lado, a segurança que as muralhas podem dar não é tão grande como pensam: são inúteis, de fato, toda força e violência que se use para escravizar um povo." (MAQUIAVEL, 2008, p. 267)

ele insistiu na ideia de que com o medo, os cidadãos tentariam se proteger de alguma maneira, sem se importarem com as consequências que isso poderia acarretar. E, de certo modo, aprenderiam a controlar o medo, podendo usar dessa coragem contra o governante, o que não é nem benéfico nem ideal para o gestor público. Exposto outramente, caso essa defesa se mostrasse útil, ela poderia inspirá-los a formularem planos audaciosos até mesmo em relação a essa autoridade.

A fortuna e a virtù em um governo republicano

A escolha por um sistema de governo republicano fez com que Maquiavel não teorizasse somente sobre a participação política – os Tribunos -, mas também sobre os acontecimentos e as ações que levaram a República Romana a tornar-se um modelo à posteridade. Assim, com o intuito de explicar as suas ponderações, Maquiavel utilizou dois conceitos específicos: a *fortuna*, que aborda os acontecimentos que poderiam depender, ou não, da vontade humana; e a *virtù*, referente à capacidade de ação individual para tratar com a problemática política em um Estado. Como a dinâmica política pode variar desde um acordo visando à convivência coletiva pacífica até a uma declaração formal de hostilidades, Maquiavel constatava que os agentes políticos deveriam estar preparados para executar os seus planos políticos – *virtù* -, diante das eventualidades que pudessem acometê-los ou ao Estado – a *fortuna*.

A *fortuna* em um governo republicano

Para Maquiavel, quando os cidadãos buscavam a glória e a riqueza, fosse para si ou para o Estado, eles estavam submetidos às oscilações que poderiam tanto auxiliá-los quanto prejudicá-los na concretização de seus projetos – a *fortuna*⁶². Nesse contexto, havia momentos em que eles superariam as adversidades e conquistariam os seus objetivos. Entretanto havia, também, as circunstâncias em que seria inexequível aos seres humanos não sucumbirem a elas: eles se mostrariam incapazes de modificar a conjuntura de maneira favorável, independentemente do esforço que dispensassem. Dessa maneira, Maquiavel entendia que havia a possibilidade de casualidades interferirem tanto para o sucesso quanto para o fracasso nos intentos humanos. Segundo Maquiavel (2008, p. 283. Grifo nosso.), “se refletirmos sobre a maneira como se passam os acontecimentos [fortuna] neste mundo, veremos que muitos acidentes ocorrem como se os céus não tivessem querido que os evitássemos.” Maquiavel considerou, então, a realidade política como uma composição de circunstâncias que poderia, ou não, ser alterada.

Ainda que o agente político analisasse de maneira criteriosa a disposição factual à qual estivesse submetido, não haveria como garantir o resultado exato para os seus planos políticos. Poder-se-ia pensar que uma interpretação detalhada sobre as variáveis do contexto poderia ampliar as chances de êxito, porém isso não impede o agente de ser acometido pela inconstância dos acontecimentos. Nesse aspecto, a referência do autor sobre a imponderabilidade do que poderia ocorrer aos humanos se estende aos Estados, pois estes também estão sujeitos ao acaso. Em seus termos:

Em consequência, não devemos louvar em demasia os que foram coroados pela sorte, nem acusar demais os que são feridos pela adversidade. De fato, a maioria dos que chegaram à grandeza, e dos que ficaram pelo caminho, seguiram rota imposta pelo destino, que lhes deu ou retirou a oportunidade de mostrar o seu valor. Quando a sorte escolhe um homem para grandes feitos, se detém comumente num mortal de gênio, que percebe com rapidez as oportunidades que lhe são oferecidas. Do mesmo

⁶² Nesse ponto, Barros destacou que, a “*fortuna* seria, nas especulações dos autores da Antiguidade Clássica e dos contemporâneos de Maquiavel, o acaso, o indeterminado, a boa ou má sorte. Era representada, na Roma Antiga, pela deusa de mesmo nome que, com sua cornucópia, presenteava os homens de *virtù* com seus mais preciosos bens: honra, glória e poder. Entretanto, malgrado todo o seu domínio sobre os acontecimentos humanos, a *fortuna* não era vista como uma força maligna e inexorável, mas como uma *boa deusa* que se deixava seduzir pelos homens valorosos.” (BARROS, 2014, p. 52)

modo, quando quer espantar o mundo com um grande desastre, confia as rédeas do Estado a insensatos. E se surge alguém capaz de opor obstáculos no seu curso, este é logo vitimado, ou perde de algum modo faculdade de praticar o menor bem. (MAQUIAVEL, 2008, p. 284)

Maquiavel afirma que a *fortuna* detém certo “controle” sobre as coisas humanas, fazendo parecer que os cidadãos seriam avaliados pelo ritmo que conseguissem impor a ela. Entretanto é preciso destacar que o conceito de fortuna não foi utilizado pelo autor florentino somente para referir-se a um encadeamento de situações probatórias determinado por uma “força” capaz de rivalizar a de qualquer cidadão. Nesse caso, a fortuna poderia ser entendida como sendo os acontecimentos que não podiam ser mudados de maneira alguma pela ação humana – o Destino -, ou percebida como uma incerteza sobre o futuro, naquilo que está no porvir. Exposto outramente, a boa ou a má Sorte nos objetivos particulares ou nos interesses públicos.

Por outro lado, para explicar que a *fortuna* e o Destino não são sinônimos, ele destacou que os homens não são imobilizados pela *fortuna*, pois, de acordo com as ações praticadas, eles poderiam alterá-la utilizando a *virtù*. Todavia o Destino não poderia ser impedido no sentido de que a marcha do Tempo era, e é, inexorável, ou seja, as “coisas” aconteceriam quisessem ou não os agentes políticos, sendo esta a única certeza que eles poderiam incluir em seus planos. O que ocorresse de benéfico ou de destrutivo em relação aos cidadãos e aos Estados estaria relacionado com as circunstâncias - a *fortuna* - e as ações mediante a elas – a *virtù*. Quanto ao Destino, este corresponderia à impreterível sucessão dos acontecimentos nas vidas das pessoas. Segundo as palavras do autor:

Poderia ilustrar o que disse com alguns exemplos modernos; mas, como estes me pareciam inúteis, pois o que relatei pode responder a todas as objeções, vou deixá-los de lado, contendo-me apenas em reiterar, de acordo com o espetáculo oferecido pela história, que os homens podem perfeitamente acompanhar sua sorte, mas não podem opor ao destino, que lhes permite urdir uma trama sem romper um só fio. (MAQUIAVEL, 2008, p. 285)

O Destino, nessa acepção, concernia aos acontecimentos gerais, sem o julgamento moral ou qualitativo, enquanto a *fortuna* relacionava-se às circunstâncias que poderiam ser modificadas. E, sobre isso, completou:

por isto não devem desesperar, já que ignoram o seu fim, e a sorte caminha

de modo oblíquo e desconhecido. Devem sempre esperar, e nesta esperança não se devem entregar, mesmo nas mais adversas circunstâncias. (MAQUIAVEL, 2008, p. 285).

Desse modo, pode-se notar que Maquiavel não acreditava que as pessoas fossem incapazes de escrever a sua própria história. Do contrário, ele próprio não estimularia a demonstração de *virtù* àqueles que se encarregassem dos assuntos públicos. Percebe-se, então, que o Destino significava a vida a ser vivida, isto é, todos os momentos da trajetória existencial dos seres humanos:

todos os grandes homens se parecem, qualquer que seja a sua sorte; esta varia, projetando-os ou rebaixando-os, mas eles não mudam; conservam sempre o espírito firme de tal modo unido à sua maneira de viver que a sorte não os domina, como bem se pode ver." (MAQUIAVEL, 2008, p. 393)

A *fortuna*, apesar de ser expressa no cotidiano dos cidadãos, teria semelhança com aquilo que era chamado de Sorte. Em *Discorsi*, ele afirmou:

vê-se a enorme diferença existente entre o comportamento das repúblicas dos nossos dias e as da antiguidade. A este comportamento se deve atribuir os reveses e os sucessos miraculosos que acontecem diariamente sob os nossos olhos; quando os homens são fracos e covardes, a sorte manifesta toda a sua potência; e, como ela é inconstante, repúblicas e reinos se transformam em joguetes das revoluções, até que surja alguém, respeitador das antigas instituições, que as revigora, impedindo assim que se sinta plenamente, a cada dia, o quanto pode a sorte. (MAQUIAVEL, 2008, p. 289)

Sendo assim, percebe-se que a *fortuna* e o Destino, para Maquiavel, poderiam até apresentar descrições “similares”, porém não possuíam o mesmo significado.

A *virtù* em um governo republicano

Ao descrever o termo *virtù*⁶³, Maquiavel referia-se à habilidade exigida a qualquer cidadão que se empenhasse nas atividades políticas de um principado ou de uma república. O seu objetivo foi o de destacar como a ação política demanda competência para que os problemas do Estado mais fácil, ágil e produtivamente resolvidos. Para ele, os cidadãos virtuosos eram aqueles que conseguiam efetivar os seus interesses, destacando-se pela astúcia empregada nos seus movimentos políticos. Assim, a *virtù* política consistia no estratagema pelo utilizado pelo cidadão para modificar as circunstâncias da realidade política do Estado em proveito de seus objetivos, ensejos e interesses. Segundo afirmou o autor:

Já admiti, em vários pontos, que a causa da boa sorte dos homens é a conformidade da sua conduta com os tempos em que vivem. Pode-se observar, de fato, que a maior parte dos homens age ou com precipitação ou com excessiva lentidão. Nos dois casos se comete um equívoco, afastando-se do caminho apropriado e dos limites adequados. Por outro lado, quem só age de acordo com o seu tempo está menos sujeito a erro, e assegura sua boa sorte. (MAQUIAVEL, 2008, p. 335)

A atividade política, nessa acepção, não traria os resultados esperados se o agente político não adaptasse a sua maneira de agir (utilizando a *virtù*) às exigências do seu contexto (*Fortuna*). Em outros termos, se ele não decidisse com minúcia os procedimentos adequados à conjuntura política⁶⁴, não seria improvável a frustração dos seus planos devido à falta de concordância entre as suas ações e as imposições da situação em questão. Como Maquiavel percebeu que o campo

⁶³ De acordo com Aranovich (2007, p. 610), “em se tratando da *virtù* individual e, mais especificamente, da *virtù* do príncipe, ela não é considerada por Maquiavel um composto de qualidade fixas, como coragem, sabedoria, justiça, temperança, isto é, das virtudes cardeais que, segundo a herança clássica, definem o homem de *virtù*. A *virtù* de cada homem é composta por qualidades diferentes; é possível ter *virtù* de muitas formas, dependendo da circunstância ou da ocasião. Para Maquiavel, então, a *virtù* não é um modelo fixo de agir e também não está relacionada necessariamente ao resultado final da ação. Mas tomar esse sentido da *virtù* como o único possível implicaria excluir todo o seu aspecto republicano, ou seja, o de que tanto o povo como o cidadão e o cidadão-soldado podem ter *virtù*. Na república, a *virtù* pode ser atributo do universal ou de um homem e opõe-se à corrupção. Assim, um homem de *virtù* pode tentar reerguer uma república corrompida, ao passo que os cidadãos são responsáveis pela manutenção de sua ordenação. Nesse sentido, a *virtù* republicana pode ser comparada à do príncipe, na medida em que tem a finalidade de manter o estado republicano e conduzir a república à grandeza, evitando a corrupção. Assim como a *virtù* do príncipe, a *virtù* republicana não coincide com as virtudes tradicionais. [...] A *virtù* republicana está voltada para a defesa e a exaltação da pátria e para o amor pela liberdade.” (2007, p. 610)

⁶⁴ Em *Discorsi*, Maquiavel (2008, p. 235) ressaltou que, “vale observar que, em qualquer deliberação, é necessário abordar francamente a questão considerada, sem se demorar sobre os pontos incertos ou duvidosos.”.

político nunca foi estático, ou seja, que a dinâmica do poder tornava as variadas situações ainda mais complexas, o agente não poderia apenas esperar um momento oportuno, adequado no qual ele se sentisse chamado para colocar em prática as suas pretensões. O autor entendia que a *virtù* era algo necessário, pois a intensidade da disputa política requisitava desenvoltura daqueles que nela se empenhassem. Isto é, no momento para agir, o cidadão precisava possuí-la e colocá-la em uso, sem tempo para delongas, estudos, discussões ou algo similar.

Como preferia a forma de governo republicana, Maquiavel entendia que a estabilidade política do Estado dependia do engajamento de mais de um cidadão. Isto é, a manutenção das Instituições do Estado somente ocorreria por meio do comprometimento mútuo entre os cidadãos visando ao bem público. Nesse contexto, muitos cidadãos precisam possuir *virtù*, não sendo esta um privilégio de nascimento, de classe ou algo externo ao humano. Por conseguinte, a classe a qual pertencesse poderia coincidir com o mesmo propósito da república, por exemplo, a liberdade para os plebeus, mas a sua consecução era algo que deveria envolver todos os cidadãos da comunidade. E nesse quesito, Maquiavel não se absteve de defender a liberdade, sobretudo, para os populares, pois assim, tanto os nobres como os plebeus poderiam viver melhor e mostrarem-se virtuosos (exercitarem a própria *virtù*):

Por isso, as repúblicas possuem mais germes de vida, e têm sorte mais duradoura do que as monarquias; elas podem facilmente acomodar-se à variedade das circunstâncias do que um monarca absoluto, dada a diversidade de cidadãos que as compõem. O homem acostumado a agir de um só modo nunca muda, conforme já observei; se o tempo obrigar a alterações de conduta contrárias a seus hábitos, perecerá. (MAQUIAVEL, 2008, p. 336)

Maquiavel preferia o republicanismo porque a pluralidade de cidadãos possuía maior capacidade, mas também probabilidade, de instaurar condições políticas qualitativamente mais aprimoradas para o Estado, e assim defender o bem público. Como a sua argumentação era favorável à descentralização do poder político, o autor florentino queria justificar a participação de pessoas comuns na esfera política por meio da *virtù* que possuíam. Esse reconhecimento adviria dos atos políticos que estabelecessem a causa pública como a prioridade a ser executada. Assim, virtuoso seria o cidadão que não hesitasse em utilizar os esforços necessários para beneficiar a república. Seguramente, as conquistas pessoais

demonstrariam a competência, contudo seria a perseverança do cidadão em proteger o bem comum que o destacaria dos demais.

Como as variações da realidade política ocorriam em repúblicas ou em principados, a principal distinção entre essas formas de governos em relação à *virtù* era a seguinte: em um principado, o mérito das ações pertencia apenas a uma pessoa, pois a continuidade de seu poder político dependia da sua atuação mediante as circunstâncias que as afetasse. Ainda que outros cidadãos auxiliassem na preservação da estabilidade política, o reconhecimento pelo êxito seria conferido ao príncipe; no caso de um Estado republicano ocorreria o contrário disso: o prestígio e o poder dessa comunidade política eram mantidos por meio do comprometimento dos cidadãos com o bem público. Isto é, como era previsível que os cidadãos fossem substituídos dos cargos/instituições caso não apresentassem destreza para enfrentar as situações políticas, essa variação evitava que o poder político fosse personificado e restaurava a confiança dos cidadãos em relação à administração do Estado.

Como os cidadãos responsáveis pelos assuntos públicos deveriam ser virtuosos, poder-se-ia esperar que os nobres e os plebeus, apesar de pertencerem às classes antagônicas, esforçar-se-iam por obter o que fosse proveitoso ao Estado. A preservação do bem comum era o que distinguia o cidadão virtuoso do cidadão médio, comum, que não apresentava condições para cumprir com essa responsabilidade. De acordo com o autor florentino:

Os Estados se perdem, também, quando as suas instituições não mudam com as circunstâncias, como já demonstrei longamente; contudo, perdem-se menos depressa, porque se modificam com mais dificuldade – é necessário, para a sua ruína, que todo o Estado seja perturbado: e uma só pessoa não pode provocar resultados tão extensos. (MAQUIAVEL, 2008, p. 336)

Percebe-se, por meio desta citação, que Maquiavel reiterou que os problemas políticos não poderiam ser resolvidos sempre da mesma maneira. Isso porque as instituições se deparariam com circunstâncias distintas. Deste ponto de vista, tornava-se necessário que os cidadãos deslindassem os problemas políticos mediante uma análise que considerasse a conjuntura daquilo que, de fato, estava acontecendo. Dessa maneira, cabia ao Estado o aperfeiçoamento de suas instituições sempre que as circunstâncias urgissem. E essa renovação ocorreria por

meio da *virtù* dos cidadãos, os quais adequariam a organização e o funcionamento das instituições conforme a variabilidade da dinâmica política e observando as necessidades e as novidades do contexto. Por esse motivo, a legitimidade das instituições estaria ligada diretamente à conduta deles, pois o acúmulo de deslizes e de inadequações culminaria no colapso do Estado.

Um príncipe interessado em estabelecer-se no poder de um Estado, ou em manter a sua hegemonia, precisaria estar ciente de que os esforços que dependessem somente dele deveriam ser redobrados. Visando implantar um Estado sob a sua vontade, o príncipe concentraria todo o poder de decisão a fim de manifestá-lo segundo os critérios que ele próprio definisse. Assim, um príncipe virtuoso seria aquele que conseguisse manter o Estado sob a sua tutela, mesmo que para tal usasse da violência. Nesse viés, Maquiavel observou o comportamento expansionista de César Bórgia⁶⁵, o qual não relutava em romper com os parâmetros da Tradição⁶⁶ para garantir, e assim aumentar, o seu poder. Para o autor florentino, o que despertava sua atenção acerca do Duque Valentino era a capacidade deste em agir mediante a realidade política, não o desrespeito pela dignidade humana.

Em oposição ao perfil de um agente político autoritário, Maquiavel preferia um

⁶⁵ Conhecido também como Duque Valentino, César Bórgia (1475-1507) era filho do Papa Alexandre VI, e por ele foi nomeado senhor da Romanha (norte da Itália). De ímpeto expansionista, suas investidas demonstraram como uma vontade podia ser imposta pela astúcia e pela dissimulação em nome do poder. Entre os vários relatos, há o de uma ocasião em que ele organizou uma negociação entre os senhores que de alguma forma concorriam ao poder, alegando a vontade de estabelecer um acordo comum e o fim das hostilidades. Porém, seu disfarce pacífico era um engodo para armar uma emboscada e assassinar todos estes que poderiam obstruir seu acesso ao poder. Em relação a essa disponibilidade plena para agir sem escrúpulos, Maquiavel observara como o Duque Valentino realizava muito daquilo que era necessário ao exercício do poder político ou a sua manutenção. No entanto, mesmo que alguns teóricos tenham levantado a hipótese de interpretar a figura de Bórgia como sendo “o príncipe maquiaveliano”, seria equivocado insistir nisto, pois Maquiavel sabia que mesmo demonstrando *virtù* singular para a ação política, o uso desmedido de meios indevidos, além da confiança irracional na sorte – *fortuna* -, não eram suficientes à garantia de êxito nas decisões políticas. Escorel (2014, p. 226), referindo-se à *virtù*, considerou que Maquiavel estava “persuadido que a grandeza do homem reside na sua capacidade de impor o ritmo de sua vontade aos acontecimentos, resistindo à fortuna e criando, de certo modo, o próprio destino e a história.” Por esse motivo, o pressuposto utilizado por Maquiavel para fundamentar sua análise em relação ao Duque originou-se na capacidade deste em fazer absoluta a sua vontade, usando de todo e qualquer artifício para estabelecer seu domínio, e não por sua capacidade de fazer o mal. Dito outramente, foi a sua desenvoltura para realizar qualquer ação que julgasse necessária para expandir o seu poder que chamou a atenção de Maquiavel, e não sua conduta irrefreável e tirânica.

⁶⁶ Segundo Bignotto (2003, p. 23), a interpretação que Maquiavel tinha da política poderia ser considerada subversiva, pois, o “padrão vigente da época era o do príncipe bom e caridoso, capaz de agir eticamente e de, por isso, alcançar a conservação de seus domínios da forma mais suave possível.” Dessa maneira, a ação virtuosa deveria ter como parâmetro a Tradição moral, uma postura pacífica e conciliadora em relação aos problemas políticos. Todavia, Maquiavel tinha a noção da complexidade do “jogo político” e que, no cotidiano, os príncipes não hesitavam em satisfazer os anseios privados em detrimento dos públicos, desfazendo esta imagem quase santificada de príncipe virtuoso.

governo no qual os cidadãos pudessem demonstrar as suas "virtudes", especialmente aqueles que estivessem na gestão de cargos e de instituições públicas. Então, ao estudar a República Romana, ele considerou a *virtù* dos cidadãos romanos como um elemento que contribuiu para a consolidação daquele Estado. Nesse caso, a divisão do poder político - a *politeia mixes* -, evitava que esse ficasse sob a posse de uma pessoa ou de uma determinada parcela social, permitindo que o espaço político fosse ocupado por "diversos" cidadãos virtuosos que trabalhassem em prol das causas públicas. Assim, seria a soma dos esforços dos cidadãos - o povo e os nobres - que viabilizaria a manutenção desse Estado.

Por essa via, era como se Maquiavel pensasse em uma *virtù* coletiva⁶⁷. Ou seja, os partícipes de cada uma dessas classes não deixariam de proteger os próprios interesses, mas priorizariam as causas públicas ao entenderem que aquilo que ensejavam estaria melhor resguardado no conjunto do que cuidado individualmente. No exemplo Romano, como o poder foi dividido entre as magistraturas e as instituições, a *virtù* política expressava a conduta que os cidadãos seguiam para cumprir com as responsabilidades públicas.

Se em uma magistratura a *virtù* era demonstrada por meio da excelência individual no cumprimento das respectivas atribuições, no caso de uma instituição, a *virtù* seria manifesta pelas decisões que os cidadãos adotassem em seu nome. Em ambas as situações, a principal característica da *virtù* era o comprometimento com a causa pública. Se, por exemplo, somente os senadores demonstrassem a *virtù* nos momentos das decisões políticas, os tribunos e os cônsules teriam dificuldade para não serem ofuscados do cenário político, ainda que estes últimos cargos fossem os mais elevados. Isso não quer dizer que determinado cargo ou instituição fosse o mais adequado à administração dos negócios públicos, mas que o respeito e o prestígio adviriam das decisões e das ações que se demonstrassem benéficas ao Estado. Em outros termos, os diversos grupos que compunham a *Civitas* necessitavam demonstrar a capacidade de agir politicamente visando ao benefício geral, sem que isso implicasse em prejuízo aos outros, pois qualquer uma das três esferas poderia ocupar essa posição desfavorável em um momento crucial de

⁶⁷ Sobre isso, Bignotto referiu-se a esse empenho conjunto como sendo uma "pessoa coletiva", e escreveu: "Quando nos referimos à 'pessoa coletiva', estamos dizendo que é possível agir na cidade com meios que são frutos da associação dos homens, ou dito de outra forma, que é possível falar de uma '*virtù*' coletiva, que acompanha a ação dos atores republicanos e que lhes dá uma clara superioridade sobre os príncipes que contam somente com o refúgio da própria '*virtù*'." (BIGNOTTO, 1991, p.153)

decisão política.

Para Maquiavel, em um Governo Participativo como o dos romanos, a *virtù* era esperada até mesmo nas ações mais simples, pois a preservação do Estado era uma obrigação e uma necessidade constante. Mesmo havendo um embate ininterrupto entre os interesses dos nobres e os do povo, a estabilidade política era necessária para que o Estado pudesse apresentar condições favoráveis aos cidadãos, e também ser preservado e progredir. Por isso, a República Romana, segundo ele, possuía os atributos necessários aos Estados que fossem estabelecidos como republicanos, sendo a *virtù* um dos alicerces que sustentaram a grandeza dele⁶⁸.

⁶⁸ Ao tratar de nomeações para determinados cargos, por exemplo, Maquiavel escreveu que os romanos foram indiferentes à classe ou à idade nessas decisões, como foi o caso da escolha de plebeus para ocuparem o cargo de cônsul. Segundo ele (2008, p. 185), em Roma, “aliás nunca se deu importância à idade, buscando sempre a virtude igualmente nos jovens e nos velhos.”. Pode-se notar que o autor, assim como os romanos, atentou para a capacidade (*virtù*), e não para a posição social ou à aparente falta de experiência decorrente da pouca idade.

A comunidade política segundo Maquiavel e MacIntyre

A partir do contexto exposto, pode-se questionar o legado teórico de Maquiavel. Assim, uma das possibilidades relaciona-se à corrente filosófica denominada de Comunitarismo⁶⁹, no tocante à importância de uma sociedade - um Estado -, constituída a partir da interação entre os cidadãos por meio daquilo que pode ser considerado universal. Em outros termos, a ideia de um bem comum. Com isso, observa-se como as práticas e as tradições, assim como à época de Maquiavel, continuam servindo como um modo de conservar ou reformar um Estado. Dentre os teóricos comunitaristas destaca-se Alasdair MacIntyre⁷⁰ (1929 - 89 anos), com as suas obras *After Virtue* (1982) e *Whose Justice? Which Rationality?* (1988).

Ao relacionar o pensamento político de Nicolau Maquiavel aos princípios que embasam a corrente filosófica denominada Comunitarismo, enseja-se o debate acerca da Política com o intuito de qualificar as teorias e as práticas que dela são originadas. Por exemplo: as formas de governo, as constituições, a estrutura do Estado. Nessa via, a forma de governo republicana, em especial àquela que fora implantada em Roma, foi utilizada pelo autor florentino como o modelo político capaz de incluir as classes sociais comumente mantidas distantes da participação no poder político.

Para ele, o sistema de governo que amplia a participação dos habitantes da comunidade poderia oferecer condições para que esta buscasse um ou mais bens comuns e os preservasse - a liberdade e a justiça, por exemplo -, posto que a

⁶⁹ O Comunitarismo pode ser entendido como uma corrente filosófica contemporânea - final do século XX -, que surgiu após a fim da Guerra Fria (1946-1989). Os seus pressupostos constituíram-se a partir da ideia de comunidade política, contrapondo-se ao pensamento Liberal. Ao invés de enfatizar a individualidade, o Comunitarismo busca retomar a ideia de bem público no sentido de tentar demonstrar que a instituição de uma comunidade, por meio de um projeto político comum, é possível ou, até mais do que isso, necessária à sobrevivência do humano e do Planeta.

⁷⁰ Alasdair MacIntyre (Glasgow, 1929 - 89 anos) é formado em Filosofia pela Universidade de Londres (1949). Em 1951, ele obteve o título de Mestre pela Universidade de Manchester, onde começou sua carreira docente como professor de Filosofia da Religião. Ao iniciar as suas considerações acerca da ação moral e as suas implicações em um contexto Liberal, MacIntyre, que fora influenciado pelo Marxismo, defendeu a ideia de que a exaltação da liberdade individual colaborava (e incentivava) o descompromisso com a vida coletiva, priorizando apenas os seus interesses egoístas. A partir da década de 1970, época em que ele passou a lecionar na Universidade de Boston, MacIntyre passou a enfatizar os âmbitos moral e político das comunidades a partir do pensamento de Aristóteles e a sua Ética das Virtudes. Percebe-se que mesmo afastando-se da influência Marxista, ele não deixou de ser um crítico da Modernidade. Em 1981, ele lançou a obra *After Virtue* (*Depois da Virtude*), considerada desde então uma referência no estudo da Filosofia Moral e, em 1988, foi lançada a obra *Whose Justice? Which Rationality?* (*Justiça de Quem? Qual Racionalidade?*). Dentre suas considerações destacam-se aquelas que abordam os temas da Ética e da Filosofia Política, criticando a vida moderna.

prioridade das decisões políticas seriam as causas públicas. Isso porque Maquiavel observou que os momentos em que os interesses particulares abalavam a estabilidade política do Estado, fosse ele republicano ou não, eram abundantes à sua época, como o haviam sido no decorrer da História por ele estudada.

Com relação às considerações de MacIntyre sobre o Comunitarismo e as de Maquiavel sobre o Republicanismo, pode-se constatar que as reflexões de ambos complementam-se no tocante aos conteúdos teóricos referentes à discussão acerca da vida coletiva. Ainda que as críticas do Filósofo Renascentista não tenham sido direcionadas ao Liberalismo⁷¹, ao contrário de MacIntyre e dos demais pensadores comunitaristas, isso não o impediu de constatar a força que os interesses individuais tinham sobre as decisões político-públicas. Por esse motivo, ambos destacaram o papel das virtudes em um Estado.

Para Maquiavel, a *virtù* estava ligada à astúcia frente às veleidades da *fortuna*, especialmente quando fosse preciso defender a *res publica*; para MacIntyre, embasado no pensamento de Aristóteles e a sua “Ética das Virtudes”, o esfacelamento ideológico-político da ex-URSS (1989) e a hipervalorização das vontades individuais (Modernidade) asseveraram a importância da discussão sobre (i) qual seria o melhor tipo de *polis* a ser constituída por uma comunidade; (ii) quais e (iii) por que determinados bens comuns deveriam ser protegidos; e (iv) como as ações dos indivíduos deveriam ser interpretadas para serem consideradas virtuosas.

⁷¹ Segundo Abbagnano (2007, p. 604), o Liberalismo seria uma “Doutrina que tomou para si a defesa e a realização da liberdade no campo político. Nasceu e afirmou-se na Idade Moderna e pode ser dividida em duas fases: 1ª do séc. XVIII, caracterizada pelo individualismo; 2ª do séc. XIX, caracterizada pelo estatismo.”.

O Comunitarismo

A exposição da fundamentação teórica contida nas duas obras citadas de MacIntyre em uma investigação sobre temas referentes ao pensamento político-Renascentista de Maquiavel, mais especificamente sobre a comunidade política, está voltada à reflexão sobre a preservação do bem comum. Em outros termos, o paralelo visa a demonstrar que, apesar de épocas tão distintas, ambos os autores preferiram uma comunidade - *communitas* (ou uma *polis*, na terminologia grega ou ainda uma *societas*, denominação da época de Cícero, ou ainda *stato*, no tempo de Maquiavel), pautada pela defesa de um *telos* buscado de maneira conjunta – o bem comum.

Acerca do Comunitarismo, o objetivo não é descrevê-lo, interpretá-lo, criticá-lo ou defendê-lo, nem enquanto conceitos nem como uma possível oposição ao Liberalismo. A meta é aproximá-lo ao pensamento de Maquiavel, enquanto uma crítica voltada às ações que priorizam tão somente à individualidade, seus interesses e o modo como cada um se relaciona com os semelhantes no mundo Contemporâneo. Se, por um lado, a argumentação liberal propõe a exaltação das liberdades individuais e, por isso, os indivíduos podem pleitear o projeto de vida que lhes parecer mais conveniente; por outro, os comunitaristas não prescindem das liberdades individuais, porém, as analisam sob a questão: “O individualismo liberal não compromete a comunidade política à qual os indivíduos fazem parte?”. Em outros termos, a História das ideias Liberais não é obliterada, porque sua importância é inquestionável: o Liberalismo contrapôs-se ao Absolutismo (séc. XVI e XVII, em especial) na economia, principalmente, mas que reverberou nos mais variados setores da sociedade⁷².

Nesse contexto, procura-se investigar a caracterização da sociedade como um ambiente de convivência entre os indivíduos, em oposição a uma comunidade na qual os partícipes interagem de maneiras variadas e sob contextos e circunstâncias distintas. De acordo com MacIntyre:

Para o individualismo liberal, a comunidade é simplesmente um campo no qual cada indivíduo busca sua própria concepção da boa vida, e as

⁷² Por exemplo, Hugo Grotius (1583-1645) que escreveu sobre o Direito Natural (*De Jure Praedae*, 1604 - Comentário sobre a lei do apresamento e do botim - e *De Jure Belli ac Pacis*, 1625 - Sobre a Lei da Guerra e da Paz); e sobre o Direito Internacional (*De Mare Liberum*, 1604 - Sobre a liberdade marítima - , texto que encontra-se junto ao *De Jure Praedae*).

instituições políticas existem para proporcionar aquele nível de ordem que viabiliza tal atividade autodeterminada. O governo e as leis são, ou devem ser, neutros entre conceitos rivais da boa vida para os homens, e, por conseguinte, embora caiba ao governo promover a obediência às leis, na visão liberal não é função legítima do governo inculcar nenhuma perspectiva moral. (MACINTYRE, 2001, p. 328).

Exposto outramente, este autor interpreta que a comunidade, no pensamento liberal, não é algo a ser considerado, consolidado ou preservado, pois ela e seus governantes têm a tarefa de manter a funcionalidade do grupo, isto é, que um não interfira nos projetos dos outros. Assim, cada um pode experimentar a própria vida sem que os outros interfiram. E para que isso ocorra, os indivíduos precisam sentir-se livres. Em contrapartida, isso parece demandar que cada um fique “indiferente” em relação aos meios e aos fins escolhidos pelos outros, visando à efetivação de suas aspirações. Em outros termos, somente as próprias concepções, interesses e objetivos de vida são relevantes.

Quanto ao governo, é preciso que ele se isente de intrometer-se nas existências singulares, pessoais, restringindo-se à aplicação das leis e à viabilização de condições para que os projetos individuais sejam realizados. De certo modo, seria como se o indivíduo entendesse a comunidade política à qual pertencesse apenas como um *locus* de realizações pessoais, no qual os problemas do Estado poderiam não corresponder a um fim ou bem – um *telos* –, em seus planos particulares. Em relação aos aspectos como o histórico, o social, o político, eles poderiam incorrer no distanciamento em relação às considerações que o indivíduo fizesse para determinar a sua concepção de vida.

Entretanto, isso não significa que o indivíduo agiria somente para satisfazer a si mesmo e que, por esse motivo, não estivesse vinculado à realidade. Porém, ele operaria mediante a consecução dos seus próprios intentos, e não os da comunidade política: o governo encarregar-se-ia do que é de todos, e cada um da própria vida, como se esses âmbitos fossem articulados, ou formassem o mesmo contexto (o aprimoramento ou a destruição de um levando o outro à mesma sina).

Pode-se perceber, então, que MacIntyre descreve um indivíduo que utilizaria a comunidade como um meio para alcançar um fim (ou bem) estipulado por si e para si próprio, ainda que outros âmbitos da vida humana interferissem (porém, minimamente) em sua noção de mundo. Embora a sua argumentação desaprove o individualismo do pensamento liberal, não seria razoável pensar que a sua crítica

esteja voltada à possibilidade de os indivíduos não optarem segundo a sua satisfação. Ao contrário, os questionamentos dele se referem aos excessos, ao apelo imoderado à individualidade, e não à escolha que o indivíduo pode (e deve) fazer de acordo com as suas preferências. As suas indagações, então, direcionam-se ao distanciamento do indivíduo quanto às práticas, aos valores ou aos bens referentes à vida coletiva.

A república para Maquiavel e a *polis* para MacIntyre

Por ter utilizado a República Romana como referencial para o seu estudo, Maquiavel buscou justificar uma forma de governo na qual os cidadãos tivessem a possibilidade de participar das decisões políticas a fim de somarem os esforços dos habitantes em proveito do interesse comum. Ou seja, ele expôs a preferência por um governo ampliado, participativo, pois este pressupõe que há o reconhecimento da importância de cada cidadão, e não somente por e nas conquistas particulares. Em outros termos, haveria a valorização pelo empenho e pelo respeito à causa pública. Nas palavras de Maquiavel, no livro *Discorsi*:

Por isto uma república bem organizada deve abrir caminho a quem busca a popularidade pela ação pública, mas deve fechá-lo aos que querem alcançá-la pela conduta privada. Foi o que se fez Roma, instituindo honrarias para os que agiam de modo útil ao público e promovendo a denúncia dos que, sob pretextos diversos, procuravam engrandecer-se pela ação privada. (MAQUIAVEL, 2008, p. 385)

Nesse caso, o reconhecimento dos Tribunos em Roma⁷³ permitiu que houvesse as condições para que os plebeus se expressassem no campo político e, com isso, pudessem apresentar-se em público e opinar, reivindicar ou reclamar dos temas de seu interesse ou necessidade: eles podiam participar da discussão e da busca de soluções para os problemas do Estado. Entretanto devido à admissão dos plebeus nas decisões políticas, o interesse nobiliário não conseguiria mais as vantagens irrestritas sobre o poder político, como ocorria até então, e a plebe não estaria mais sob o poder deles, podendo expressar-se por meio dos cargos políticos⁷⁴. E, por isso, o autor florentino escreveu:

Conforme observamos, o povo romano estava cansado do título de cônsul e queria que se permitisse aos plebeus alcançar aquela dignidade - ou então que se limitasse ao seu escopo. Para não diminuir o poder do consulado, atendendo a tal reivindicação, a nobreza adotou uma terceira solução, consentindo na criação de quatro tribunos, revestidos da capacidade

⁷³ Como ocorreu em Roma quando os Tribunos da plebe foram estabelecidos como cargo político e os plebeus puderam aspirar aos cargos de senadores e cônsules. De acordo com Maquiavel em *Discorsi*, “Portanto, que o fundador de uma república a institua onde haja, ou possa haver, ampla igualdade; que se prefere criar uma monarquia onde exista a desigualdade. Do contrário, nascerá um Estado desproporcionado no seu conjunto, sem condições para uma longa vida.” (MAQUIAVEL, 2008, p. 174).

⁷⁴ Ainda em *Discorsi*, ele (MAQUIAVEL, 2008, p. 234) escreveu: “Contudo, se no momento em que percebermos as intenções do adversário reunirmos nossas forças, ainda que sejam inferiores, faremos com que o inimigo comece a nos ver com respeito.”

consular, escolhidos indiferentemente dentre nobres ou plebeus. (MAQUIAVEL, 2008, p. 149)

Pelo exposto, Maquiavel salientou como o povo estava insatisfeito por não poder adentrar na cena público-política e manifestar-se no momento das deliberações do Estado. Por isso, esse grupo exigiu o estabelecimento de um cargo político específico, destinado especialmente a ele. Porém tal não significava que as decisões dos Tribunos tivessem autonomia irrestrita: existiam também outros dois cargos políticos basicamente ocupados pelos nobres, o Senado e o Consulado. Em outros termos, ainda que a participação política popular fosse reconhecida, o “monopólio” sob o poder político ainda continuava, pois a nobreza dispunha de meios mais eficazes para garantir os seus interesses (2/3 dos cargos para os nobres e 1/3 para os plebeus). Em relação a isso, Maquiavel complementou:

O povo, triunfante, pensou ter eliminado a instituição consular, elevando-se ao nível de poder que exercia. Mas é digno de notar o fato de que, ao eleger esses tribunos, os plebeus só nomearam nobres, embora pudessem escolhê-los na sua classe. (MAQUIAVEL, 2008, p. 149).

O hábito popular de a nobreza possuir cargos políticos e eles não, deveria ser substituído, com o tempo, pela confiança nos próprios concidadãos: se cabia aos plebeus nomearem representantes, eles precisavam fazê-lo. Do contrário, a situação vigente não seria alterada. Além disso, na citação, Maquiavel demonstra que estava atento ao fato de que os nobres não deixariam facilmente seus postos, e que se articulariam para manter a exclusividade sobre o poder político. Mesmo sendo instituído um cargo político voltado aos anseios do povo, os nobres procederam de uma maneira a cooptar os plebeus e, com isso, os seus pares também puderam ocupar os lugares reservados ao outro grupo.

Embora o cargo de tribuno coubesse somente à plebe, os nobres a persuadiram, com argumentos elaborados, porém distorcidos, a elegerem cidadãos com interesses distintos dos seus, colaborando para manter a plebe distante do poder, corroborando a teorização Maquiaveliana acerca de um antagonismo de interesses entre os nobres e os plebeus em qualquer Estado. Assim, apesar de garantir a participação dos plebeus nas decisões políticas, o cargo poderia servir também como um meio para ludibriá-los e, com isso, mais uma vez defender os interesses dos nobres em detrimentos aos seus.

No que tange o pensamento de MacIntyre⁷⁵, a comunidade política não poderia ser entendida apenas como um meio para as realizações pessoais porque a qualificação da vida coletiva estaria relacionada à participação individual. Exposto outramente, a sociedade – a *polis* –, expressa pela diversidade de planos e de interesses pessoais, seria inviável caso não houvesse um bem ou finalidade partilhado pelo grupo ou por parte dele e definido como um elemento concernente (e relevante) a todos os envolvidos (cientes ou não disso).

Em contrapartida, isso não significa afirmar que há impedimento na busca pela efetivação de intentos pessoais – o *telos*: eles complementam-se. Ou seja, ao dedicar-se a cada um deles em seus momentos específicos, o cidadão somaria às suas expectativas os interesses da sociedade à qual estivesse inserido. Expõe-se, assim, pois a sua crítica incide sobre o individualismo e refere-se ao afastamento do indivíduo em relação aos assuntos referentes à vivência coletiva. Pode-se contatar que MacIntyre referia-se ao indivíduo que, apesar de estar inserido em determinada sociedade, não demonstraria empenho, preocupação ou cuidado com os temas relacionados à comunidade política (por exemplo, com relação aos poluentes do ar, da água do solo - empresas ou pessoas físicas, e às consequências disso, que invariavelmente chegam à vida de cada um: ruídos, alimentos contaminados, etc.)

⁷⁵ Em um artigo intitulado *ÉTICA DAS VIRTUDES EM ALASDAIR MACINTYRE: TRADIÇÃO, RACIONALIDADE E BEM HUMANO*, o comentador Helder Buenos Aires de Carvalho explicou qual era a proposta de MacIntyre ao defender uma comunidade política pautada em uma Ética das Virtudes: “A esse dilema que se coloca diante da cultura contemporânea, MacIntyre pretende oferecer uma resposta na qual as virtudes passem a ocupar um papel central na configuração da moralidade, na qual regras e princípios passem a ter sentido no interior de uma definição partilhada socialmente do bem último do homem, exercitada e construída em comunidades históricas.” (2013, p. 85).

A *virtù* como Prática e Tradição em Maquiavel

Embora Maquiavel destacasse a importância da participação política, a *virtù* possuía uma relevância incontestável em seu pensamento sobre o Estado. Sendo assim, é possível constatar que ele a caracterizou de dois modos: enquanto um conjunto de ações e de conhecimentos – os meios -, que propiciavam o êxito político⁷⁶; e também como um bem ou fim que definisse a significação das ações individuais⁷⁷ – o *telos*.

Ao descrever a *virtù* como uma maneira de os indivíduos se oporem à *fortuna*, Maquiavel tinha a intenção de elucidá-la como sendo uma manifestação de competências individuais que viabilizavam ou mantinham o controle do poder político de um Estado. Isto é, a *virtù* poderia ser considerada como racionalidade prática pela qual o indivíduo poderia conseguir a efetivação de seus interesses no campo político. Em suas palavras:

Porque se vê que os homens procedem diversamente nas coisas que os conduzem ao fim que cada uma almeja, isto é, glória e riqueza: um com prudência, outro, com ímpeto; um com violência, outro, com astúcia; um com paciência, outro, com o seu contrário – e cada um pode ter êxito por diversos meios. (MAQUIAVEL, 2010, p. 132)

Percebe-se, com nitidez, a ressalva feita por Maquiavel ao exemplificar os procedimentos que poderiam ser utilizados pelos indivíduos para garantir ou ampliar a sua força política⁷⁸.

⁷⁶ Especialmente em *O Príncipe*, Maquiavel demonstrou a *virtù* como um tipo de “técnica” que exigia o conhecimento teórico e empírico concernentes às relações de poder no âmbito político, especialmente as pessoas que pretendessem estabelecer um Estado sob a forma monárquica de governo, o fim pelo qual a *virtù* era aplicada. A *virtù* também poderia ser considerada como um fim – a justiça e a benevolência, por exemplo -, desde que os seus aspectos não incorressem em interferência no poder político que já estivesse estabelecido sob o interesse particular ou, então, impedissem que outra pessoa buscasse efetivar-se como o senhor de um Estado. Em *Discorsi*, a interpretação instrumental acerca da *virtù* também ocorria, porém, ela correspondia às ações que beneficiavam o Estado republicano, e não ao monarca.

⁷⁷ Faz-se importante lembrar que no pensamento maquiaveliano não há um *ethos*, isto é, uma avaliação ética em certos momentos, pois o que importa, nesses, é o resultado (o período do Renascimento Italiano vivenciado por Maquiavel exigia ações imediatas para que, imediatamente o governante pudesse apregoar uma vida ética, porém não a ética, ou moral, religiosa de seu tempo). Isso não significa, entretanto, que a Ética das virtudes não fosse conhecida, estudada ou vivenciada. Porém a *virtù* maquiaveliana não corresponde ao pensamento aristotélico, embora ele possivelmente a conhecesse.

⁷⁸ É importante reiterar que essa descrição feita por Maquiavel, em *O Príncipe*, acerca dos modos de obtenção ou de manutenção do poder enfatizam a pretensão de estabelecer um principado. Todavia ele estava ciente de que os cidadãos de uma república também procurariam a satisfação dos seus interesses, mesmo que isso causasse danos ao Estado, mas não o destruindo.

Como a realidade política está sujeita às alterações de sua configuração factual, é preciso que os indivíduos executem os seus planos políticos em conformidade às circunstâncias para que possam sobressair-se diante das variações da *fortuna*. Todavia a sua justificativa estava voltada a um governo republicano e, por isso, a demonstração da *virtù* exigia que os plebeus e os nobres empregassem as suas habilidades individuais em benefício do Estado, pois isso reverteria, mesmo que em médio prazo, a eles. De acordo com Maquiavel:

Este episódio notável prova que muitas vezes ações que parecem virtuosas, impossíveis de criticar de modo razoável, se tornam funestas, expondo as repúblicas aos mais graves riscos, quando estes não são remediados oportunamente. Para desenvolver esta idéia, acrescentarei que uma república não pode subsistir sem cidadãos excepcionais, e não pode ter um governo adequado sem a sua participação. (MAQUIAVEL, p. 385, 2008)

Assim, pode-se depreender que ele entende a *virtù* como estando relacionada à administração do Estado, pois os problemas políticos exigem tenacidade para serem resolvidos. Porém mesmo destacando a importância de indivíduos ditos eminentes à condução do Estado, Maquiavel (2008, p. 385) enfatizou o perigo de encomiá-los em demasia, pois, “é justamente a celebridade dos cidadãos que fomenta a tirania. Para preveni-la, torna-se necessário criar instituições que não permitam que a reputação de um homem ilustre seja nociva ao Estado ou à liberdade.”.

Ainda segundo o exposto por ele (acima), era fundamental que os cidadãos virtuosos atuassem nos assuntos públicos, e que por este motivo recebessem o devido mérito. Contudo se ao invés de benquistos eles fossem bajulados, seria inviável à comunidade restar sob o comando de cidadãos que se aproveitassem de maneira descomedida da reputação de virtuosos. Nesse sentido, no livro *Discorsi*, o autor florentino escreveu que o cidadão ganharia notoriedade caso agisse em dois campos: o público e o privado. Segundo o autor florentino:

O público consiste em influir, e, melhor ainda, em atuar da defesa do interesse comum. É um procedimento que deve estar aberto aos cidadãos, sendo preciso também conceder, aos que assim agem, recompensas tais que lhes dêem suficiente honra e satisfação. E quando o renome adquirido deste modo é puro, não ocasiona qualquer perigo. Mas quando a reputação é fruto da ação privada (o segundo meio sobre o qual falamos), pode ser nociva e extremamente perigosa. Consiste esta conduta em serviços prestados indistintamente a todos os cidadãos: empréstimos, apadrinhamento de matrimônios, defesa contra os magistrados. São

benefícios que formam seguidores, e que geram em quem os concede a ousadia de violar e corromper as leis.” (MAQUIAVEL, 2008, p.385).

Sob tais circunstâncias, a *virtú*, entendida como o diferencial requerido aos cidadãos encarregados pela conservação ou pela reforma do Estado, seria contraproducente aos anseios públicos.

Acerca das características do que poderia ser considerada uma Tradição⁷⁹ no pensamento maquiaveliano, é possível pensar os interesses dos plebeus e o dos nobres como duas tradições dentro de um mesmo Estado - uma que estava no poder, os aristocratas, e a outra que estava fora e oprimida, a da plebe. Nesse caso, o enfrentamento dessas duas tradições seria inevitável, pois os nobres buscariam a manutenção do poder político, e os plebeus, um formato político que incluísse a sua participação e que os beneficiasse. Desse modo, as tradições seriam mantidas ou alteradas segundo os bens ou fins pelos quais os cidadãos se empenhassem, pela busca de equilíbrio e de estabilidade para o Estado. Em outros termos, se os conflitos, oriundos de tradições distintas, era inevitável, também o era a necessidade de buscar, se não dirimi-los, ao menos reduzi-los pelo bem comum, pela obtenção de paz e de tranquilidade na comunidade. Maquiavel escreveu (2008, p. 189): “falo dos costumes das coletividades, que não se manifestam de forma tão óbvia.” Ele explica, assim, que era preciso entender o aspecto interno daquela comunidade para que houvesse a compreensão dos valores que a mantinham. Ou exposto de outro modo:

Os que estudarem o que foi o início de Roma, seus legisladores e a ordem pública que instituíram, não se espantarão de saber que tantas virtudes tenham sido ali cultivadas durante séculos, e que aquela cidade se tenha tornado centro de imenso império. (MAQUIAVEL, 2008, p. 19).

O autor demonstra que durante o período em que a *virtù* foi considerada uma característica daquele Estado, ou seja, enquanto foram cultivados os valores que a mantinham, houve a expansão dos domínios romanos e a dignificação do êxito pessoal.

⁷⁹ Segundo Abbagnano (2007, p. 966), por Tradição pode-se entender uma “Herança cultural, transmissão de crenças ou técnicas de uma geração para outra.”.

Podem-se identificar as características do que seria uma prática, segundo o pensamento de Maquiavel, citando o exemplo de dois exércitos inimigos⁸⁰ nos quais os soldados combatiam juntos há muito tempo e, por isso, mantinham uma continuidade nas ações porque estas continham um significado, embasando suas práticas. De acordo com ele:

A igualdade que, segundo Tito Lívio, existia entre os dois exércitos [romanos e latinos], vinha de que há muito tempo combatiam sob o mesmo pavilhão; suas armas, língua, disciplina e ordem de batalha eram as mesmas; havia igual disposição das diferentes unidades, e os chefes de cada uma tinham os mesmos títulos. (MAQUIAVEL, 2008, p. 239. Grifo nosso).

A igualdade, de acordo com o exposto pelo autor, é imprescindível porque fornece unidade àqueles que convivem. A igualdade permite que haja cooperação e não concorrência. Mesmo que Maquiavel tenha utilizado o exemplo de soldados e da disposição para vencer a batalha, isso pode ser pensado em outros contextos. Além disso, ele não apregoeou que fosse necessário adotar as mesmas práticas pelos dois exércitos. Sendo assim, ele não expressou a teoria de que as duas práticas, em dois contextos diferentes ou mesmo iguais, deveriam ocorrer, pois isso seria homogeneidade, e não igualdade.

Ao referir-se à *virtù* como uma finalidade e um bem, as ações virtuosas justificavam e proporcionavam o objetivo que as motivaria, pois expressariam os atributos de um determinado bem ou fim. No pensamento político de Maquiavel, o bem ou a finalidade pelas quais o indivíduo deveria guiar-se era a *res publica*. Assim sendo, as ações virtuosas teriam como fundamento os preceitos estabelecidos para que o Estado fosse conservado. De acordo com o autor florentino:

A inveja pode ser contornada também quando a morte, natural ou violenta, elimina nossos competidores pelas honrarias e a glória, os quais, vendo o nosso êxito, não aceitam posição menos importante. Se são homens habituados a viver num Estado corrompido, onde a educação não lhes deu qualquer virtude, é impossível que por alguma circunstância abandonem essa inveja; para alcançar o objeto dos seus desejos, e satisfazer a perversidade da sua alma, assistiriam contentes à ruína da própria pátria. (MAQUIAVEL, 2008, p. 390.).

⁸⁰ Em *Discorsi*, Maquiavel (2008, p. 239) utilizou as considerações feitas por Tito Lívio acerca do empenho dos comandantes romanos para vencerem o exército latino, pois, “um dos dois côsules deu a própria vida, e o outro fez morrer um filho.”.

Nesse momento, o autor florentino referiu-se à educação como um meio de praticar os valores que levassem ou fossem um fim/bem em si mesmos. Isto é, no caso destes, a *virtù* poderia representar o valor intrínseco de algo a ser alcançado.

A Prática e a Tradição segundo MacIntyre

Ao considerar o pensamento de MacIntyre sobre a Política, nota-se que a sua intenção era explicar a constituição e o papel da Virtude nas Sociedades Antiga e Medieval. E, também, como este conceito foi alterado de acordo com os interesses e os valores vigentes nas respectivas épocas. De acordo com MacIntyre em sua obra *Depois da Virtude*:

Uma resposta à história que narrei até aqui poderia ser a sugestão de que, mesmo dentro da tradição relativamente coerente do pensamento que tracei, existem demasiadas concepções diferentes e incompatíveis da virtude para que haja qualquer unidade real no conceito ou, de fato, na história. Homero, Sófocles, Aristóteles, o Novo Testamento e os pensadores medievais diferem muito entre si. Eles nos oferecem listas diferentes e incompatíveis das virtudes; classificam em hierarquias diferentes as diversas virtudes; e têm teorias das virtudes diferentes e incompatíveis. Se incluíssemos autores ocidentais mais recentes, a lista das diferenças e incompatibilidades aumentaria ainda mais; e se estendemos nossa pesquisa à cultura japonesa ou, digamos, ameríndia, as diferenças aumentariam ainda mais. Seria fácil demais concluir que existem inúmeras concepções rivais e alternativas das virtudes, porém, mesmo dentro da tradição que tracei, não existe uma concepção nuclear única. (MACINTYRE, 2001, p. 305)

Dessa maneira, ele objetivava verificar se era possível definir um conceito de virtude que abrangesse as qualidades ou as ações, os bens ou os fins, considerados virtuosos em sociedades e em épocas diversas, e como este conceito foi repensado mediante as alterações dos padrões e das normas sociais. Por isso, a compreensão sobre o que o ele entendia e investigava e escreveu acerca da comunidade política exige a elucidação de três conceitos específicos, a saber: (i) a Prática, (ii) a Tradição e (iii) a Virtude. Sobre estes, MacIntyre demonstrou como a formação de comunidades políticas ocorria segundo a significação de valores, de práticas e de tradições que poderiam ser comuns aos cidadãos ou aos grupos de uma mesma sociedade.

Em relação à Prática, a definição fornecida pelo autor encontra-se em sua obra *Depois da Virtude* (1981). Em suas palavras:

O significado que darei a "prática" será o de qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa, socialmente estabelecida, por meio da qual os bens internos a essa forma de atividade são realizados durante a tentativa de alcançar os padrões de excelência apropriados para tal forma de atividade, e parcialmente dela definidores, tendo como consequência a ampliação sistemática dos poderes humanos para alcançar

tal excelência, e dos conceitos humanos dos fins e dos bens envolvidos. (MACINTYRE, 2001, p. 316.).

Nesse contexto, a prática poderia ser considerada como um *modus operandi*⁸¹ pelo qual as pessoas aprimorariam a interação mútua objetivando atingir um bem ou um fim reconhecido em determinada comunidade política. Isto é, a colaboração interpessoal ocorreria visando à melhoria constante da fundamentação teórico-prática de um bem/fim estabelecido para justificar um conjunto de ações⁸².

No que diz respeito à Tradição, MacIntyre em sua obra *Justiça de Quem? Qual Racionalidade* (1988) definiu-a da seguinte maneira:

Uma tradição é uma argumentação, desenvolvida ao longo do tempo, na qual certos acordos fundamentais são definidos e redefinidos em termos de dois tipos de conflito: os conflitos com críticos e inimigos externos à tradição que rejeitam todos ou pelo menos partes essenciais dos acordos fundamentais, e os debates internos, interpretativos, através dos quais o significado e a razão dos acordos fundamentais são expressos e através de cujo progresso uma tradição é constituída. Tais debates internos podem ocasionalmente destruir o que tinha sido a base do acordo fundamental comum, de modo que ou uma tradição se divide em dois ou mais componentes em conflitos, cujos adeptos são transformados em críticos externos de suas respectivas posições, ou a tradição perde toda a coerência e não sobrevive. Pode também acontecer que duas tradições, até então independentes e mesmo antagônicas, passem a reconhecer certas possibilidades de acordo fundamental e se reconstituam como um debate único e complexo. (MACINTYRE, 1991, p. 23)

Embora a citação seja longa, sua compreensão não o é, pois o autor explicitou o importante conceito de tradição descrevendo como ela pode apresentar dificuldades para que os indivíduos envolvidos a mantenham.

⁸¹ Nesse caso, em sua obra *Depois da Virtude*, MacIntyre (2001, p. 324) destacou que, as “práticas podem, então, prosperar em sociedades com códigos bem distintos; o que não poderiam fazer seria prosperar em sociedades nas quais as virtudes não tenham valor, embora possam muito bem continuar a prosperar as instituições e as habilidades técnicas que sirvam a finalidades unificadas.”.

⁸² Para explicar o que seria uma prática e os seus respectivos bens internos, MacIntyre utilizou o jogo de xadrez como exemplo. Para ele, a pessoa que praticasse o jogo de xadrez poderia melhorar o seu raciocínio tanto quanto outra pessoa que não jogasse xadrez, mas que também tivesse o seu raciocínio estimulado por outra atividade. Todavia, o raciocínio específico – o bem interno -, somente seria possível através das práticas pertinentes ao jogo de xadrez. Mesmo que duas pessoas “inteligentes” disputassem uma partida, a vitória seria daquela que estivesse de acordo com as exigências do jogo. Em *Depois da Virtude*, ele escreveu: “Sempre há modos alternativos de alcançar esses bens, e sua conquista nunca se dá apenas engajando-se no exercício de uma determinada prática. Por outro lado, há os bens internos à prática do xadrez, que não se pode alcançar de nenhum outro modo que não seja jogando xadrez ou algum outro jogo do mesmo tipo. Nós os chamamos de internos por dois motivos: primeiro, como já afirmei, porque só podemos especificá-los dentro do xadrez ou de algum outro jogo do mesmo tipo, e por meio de exemplos desses jogos [...] e, em segundo lugar, porque só podem ser identificados e reconhecidos pela experiência de participar da prática em questão. Aqueles a quem falta a devida experiência são incompetentes, portanto, como juízes dos bens internos.” (MACINTYRE, 2001, p. 317)

Com relação ao aspecto externo, ele explicou que a oposição pode advir de outros indivíduos que recusavam ou questionavam, em pontos específicos, as práticas e os valores que colaboravam para a continuidade de determinada tradição; quanto ao aspecto interno, a força colaborativa dos indivíduos direcionava-se à conservação do aparato que mantivesse esta determinada tradição. Caso houvesse divergências suficientes para que ocorresse o rompimento entre os indivíduos, os que permanecessem de acordo com os princípios que os reuniam à tradição, os fariam empenharem-se para o prosseguimento das respectivas práticas. Do contrário, não haveria meio de mantê-la. E os indivíduos que discordassem dela, eles tornar-se-iam críticos dessa tradição, buscando a renovação ou a adaptação das respectivas práticas e valores. Entretanto havia também a possibilidade de tradições díspares acordarem sobre pontos específicos, por visarem à reafirmação de acordos que porventura as aproximassem. Isto é, haveria a tentativa de elaborar uma síntese conjunta acerca das deliberações referentes ao conjunto teórico e prático da tradição.

Acerca do conceito de Virtude, MacIntyre queria destacar a importância deste termo tanto na formação da comunidade política – a *polis* -, assim como na busca e efetivação dos interesses pessoais. Ele quis explicar como este conceito foi, e ainda é, importante para a integração entre os cidadãos de um Estado, especialmente àquele que foi constituído com base em um bem comum. Segundo as palavras do autor:

As virtudes, portanto, devem ser compreendidas como as disposições que, além de nos sustentar e capacitar para alcançar os bens internos às práticas, também nos sustentam no devido tipo de busca pelo bem, capacitando-nos a superar os males, os riscos, as tentações e as tensões com que nos deparamos, e que nos fornecerão um autoconhecimento cada vez maior, bem como um conhecimento do bem cada vez maior. O catálogo das virtudes, incluirá, portanto, as virtudes necessárias para sustentar as espécies de lares e de comunidades políticas nas quais homens e mulheres podem procurar o bem juntos, e as virtudes necessárias para a investigação filosófica sobre o caráter do bem. (MACINTYRE, 2001, p. 368.)

Nesta citação, percebe-se que as virtudes estão relacionadas aos interesses individuais e ao bem estar comum, pois ao agirem de forma virtuosa os cidadãos promovem não somente benefícios próprios, mas também o ganho qualitativo da vida em coletividade.

Todavia o autor reiterou que as virtudes eram descritas de acordo com a estrutura da comunidade política e, por isso, as ideias e os valores que as embasavam eram alteradas. Quer dizer, ao considerar que o conceito de virtude não foi utilizado somente com um significado, mas segundo as variações da dinâmica social, Macintyre quis explicar que a virtude foi utilizada como um parâmetro a fim de propiciar meios para que os cidadãos buscassem os seus objetivos e que pudessem melhorar a vivência entre os cidadãos do Estado. E completou:

Nunca serei capaz de procurar o bem ou o exercício das virtudes somente *qua* individual. Isso, em parte, porque o que é viver a vida boa concretamente varia de uma circunstância para outra, mesmo quando é uma e a mesma concepção da vida boa e o mesmo conjunto de virtudes que estão sendo expressos numa vida humana. O que a vida boa, é para um general ateniense do século V não será o mesmo que era para uma freira medieval ou um agricultor do século XVII. Mas não se trata apenas de indivíduos viverem em circunstâncias sociais diferentes; também se trata de todos tratarmos nossas próprias circunstâncias como portadores de uma identidade social particular. (MACINTYRE, 2001, p. 369)

Lida a citação, percebe-se que MacIntyre preocupou-se em destacar o papel das virtudes em uma comunidade política. Isto é, a busca por uma vida boa e pela estabilidade política de um Estado dependeria, também, da forma como as virtudes seriam compreendidas e utilizadas. Nesse sentido, o autor comentou:

Devemos esperar, portanto, que, se em determinada sociedade a busca dos bens externos se tornasse predominante, o conceito das virtudes poderia sofrer primeiro um esgotamento e, depois, talvez algo próximo à extinção total, embora talvez surgissem simulacros em abundância. (MACINTYRE, p. 330, 2001)

Desta maneira, percebe-se que os dois autores buscaram respostas à possibilidade de um Estado constituído de pessoas que compartilhassem práticas, costumes e virtudes em vista da qualificação da vida comum. Quer dizer, os interesses individuais não seriam deixados aquém de decisões políticas que buscam manter o Estado. Por conta disso, para ambos os autores o Estado que apresentaria condições de perdurar seria aquele em que os cidadãos participassem das decisões políticas.

Considerações finais

Acerca da Política, percebe-se que Maquiavel dedicou-se à reaproximação do ser humano à atividade política no sentido de romper com a ideia de homem contemplativo, em especial na vida em grupo. Para ele, era preciso que cada um, cada habitante da comunidade, se tornasse um cidadão e que assumisse, ou reassumesse, a posição de agente transformador da realidade política. Ele refere-se, então, ao povo, tendo como exemplo a plebe Romana. Uma atitude ativa frente às questões referentes à comunidade era oposta à postura passiva imposta pela Tradição (a Cristã, em especial).

A sua intenção era interpretar os acontecimentos políticos com base na verdade efetiva do que acontecia – *verità efetuale* -, e não em especulações ou hipóteses que poderiam desviar do êxito político: ele foi um realista. Ainda, sobre o seu pessimismo antropológico pode-se dizer que Maquiavel não considerava que a Natureza Humana fosse má, mas com condições de ser demonstrada dessa maneira quando os interesses individuais fossem buscados. E a História, que para ele servia como base epistemológica, era necessária a sua utilização a fim de evitar que os cidadãos prejudicassem o Estado.

Sobre o formato político de um Estado, o autor florentino entendia que o regime republicano era o mais viável, pois contaria com a participação dos componentes da comunidade, e assim, diretamente envolvidos e interessados pelo bem comum. Sendo assim, muitas das considerações expostas por ele podem ser encontradas em obras anteriores, como nas de Cícero. Por exemplo, na justificação de uma estrutura política embasada no aproveitamento das qualidades das formas de governos “puras” e na descentralização do poder político – a *politeia mixes*.

Os conceitos de *virtù* e de *fortuna* também estavam presentes nos escritos ciceronianos. Porém, no pensamento de Maquiavel, estes são enfatizados, pois se referiam às características imprescindíveis tanto no governante quanto nos governados, especialmente quando se tratava de obter, consolidar e preservar o Estado. A *virtù* expressava a capacidade requerida aos indivíduos – a utilização prática do conhecimento histórico; a análise política a partir da disposição mesma da realidade -, para evitar que a fortuna ditasse o ritmo dos acontecimentos. Esta, a *fortuna*, teria a sua força reconhecida, todavia, seria confrontada com o intuito de preservar a coisa pública.

Ainda que Maquiavel tenha escrito sobre os principados, a sua preferência era por uma República inspirada no exemplo que, segundo ele, Roma legou à posteridade, pois acreditava ser essencial a participação dos cidadãos na vida pública, fossem eles plebeus ou nobres. Para ele, a classe social não podia ser um obstáculo para que os indivíduos manifestassem a *virtù* em prol dos seus interesses, mas e, principalmente, os do Estado. Assim, com a inserção dos Tribunos da Plebe na esfera do poder político houve a possibilidade de que os “indivíduos comuns” pudessem contrapor a *fortuna* por meio da *virtù* assegurando, assim, a liberdade como um bem comum do Estado, e não como uma posse cabível somente aos nobres.

Quanto à MacIntyre, percebe-se que as suas considerações também possuem respaldo na vida hodierna, visto a sua crítica ao isolamento na individualidade. Em outros termos, as suas ponderações questionaram o distanciamento dos indivíduos da vida coletiva ao deixarem de considerar a importância desse aspecto na vida humana. MacIntyre, assim como Maquiavel, não questionava, duvida ou invalida que os cidadãos escolham para alcançar a própria satisfação, mas, apregoa que, para tanto, eles não excluam os interesses do grupo ao qual fazem parte. Por outras palavras, que cada indivíduo busque o que mais almeja sem que isso implique na perturbação da estabilidade política ou mesmo na ruína do Estado pelo descompromisso, passividade ou irresponsabilidade.

Desse modo, ao pesquisar como as sociedades – as *polis* -, das Antigas às Modernas, alteraram o significado dos conceitos de Prática, Tradição e Virtude de acordo com as variações históricas, políticas e sociais, MacIntyre objetivava de criticar o individualismo enquanto prerrogativa à efetivação de interesses pessoais em detrimento a qualquer outro, inclusive, os da comunidade política da qual fosse partícipe. Assim, ele, como Maquiavel, estava ciente do quanto a movimentação conjunta por um bem/fim coletivo era importante para que os indivíduos buscassem a sua própria satisfação.

Por fim, mas sem conclusões definitivas, pode-se afirmar a convicção de que a valorização da participação política resulta em melhorias às comunidades. Se nelas não houver liberdade, os indivíduos não perdurarão dignos nem livres: sequer poderão perseguir os próprios interesses. Nesse viés, cada cidadão pode (e deve) colaborar na elaboração de um Estado no qual os interesses públicos também possuam o status de prioridade tão característico nos indivíduos atuais. Indaga-se,

então, sobre qual será o futuro da sociedade caso os indivíduos insistam em pensar e em agir como se estivessem isolados dos demais e orientados apenas pelos seus próprios critérios de satisfação. É preciso reapresentar a ideia de coletividade, de convívio, de interação dos indivíduos visando à colaboração mútua como um processo de significação da Vida Humana, o que é somente possível por meio da atividade Política.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**, 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ADAMS, IAN; DYSON, R.W. **Cinquenta pensadores políticos essenciais**: da Grécia antiga aos dias atuais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel**: a lógica da força. Coleção Logos. São Paulo: Moderna, 1993.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARBOSA, E.; COSTA, T. C. A. . **A 'verità effettuale' como fundamento do realismo político de Maquiavel**.. *Perspectiva Filosófica*, v. 42, p. 22-34, 2015.
- BARBOSA, E.; COSTA, T. C. A.. **Metodologia e Prática da Pesquisa em Filosofia**. 1. ed. Pelotas: NEPFIL Online, 2015. v. 1. 111p.
- BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 lições sobre Maquiavel**. 6ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção 10 lições)
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução de Sérgio Bath, 10ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental (vol. 1 e 2)**. Trad. Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 25 ed., Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora Globo, 1983.
- CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. (Coleção: Os pensadores) Tradução Amador Cisneiros, São Paulo: Editora Atena, 1973.
- DE BONI, Luis Alberto. **De Abelardo a Lutero**: estudos sobre filosofia prática na Idade Média. (Coleção Filosofia, nº 161) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- DUROZOI, G; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Porto: Porto, 2000.
- _____. **Dicionário de Filosofia Política**. Coord. Paulo Barreto; coord. Adjunto Alfredo Culleton. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.
- ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. 3º ed., Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/FGV Editora, 2014.

FICHTE, Johann Gottlieb. **Pensamento Político de Maquiavel**. Tradução e organização de Rubens R. Torres Filho. São Paulo: Hedra, 2010.

FINER, Samuel Edward. **Governo Comparado**. Trad. de Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

GURR, Ted Robert. **Manual do conflito político**. Trad. de Inéa Fonseca. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

KING, Preston T. **O estudo da política**. Trad. de José Luiz Porto de Magalhães. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.

LEFORT, Claude. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LOBROT, Michel. **A favor ou contra a autoridade**. Tradução de Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual racionalidade?**. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 2001.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral/ Alasdair MacIntyre**; tradução de Jussara Simões; revisão técnica de Helder Buenos Aires de Carvalho. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 478 p.; 21 cm. (Coleção Filosofia e Política)

MACHIAVELLI, Nicolo. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução de Sérgio Bath, 5ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe e Escritos Políticos**. Coleção Os Pensadores. Editora Nova Cultural Ltda.: São Paulo, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Maurício Santana Dias; Pref. Fernando Henrique Cardoso; Trad. apêndices Luiz A. de Araújo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MONDOLFO, R. **Figuras e Ideias da Filosofia da Renascença**. Tradução: Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1967.

_____. *In: Conselho aos Governantes*. Brasília: Senado Federal, 2009. (p. 121-265)

POLÍBIO. **História**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1996.

PINZANI, Alessandro. **Maquiavel & O Príncipe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

_____. *In: Republicanismo e Democracia*. José Antonio Martins (organizador); apresentação Carla Cecília Rodrigues Almeida, José Antonio Martins. Maringá: Ed. UEM, 2010. (p. 13-91)

SANTOS, Rui B. de Carvalho. **Para compreender Maquiavel**. Campinas: Editora

PHI, 2013.

SCHIO. **Por que a política?**. Ciberteologia (São Paulo. Edição em Português), v. 31, p. 1-10, 2010.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Revisão técnica Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel/Quentin Skinner**; tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

TAVARES, José Antônio Giusti in FÉLIX, L. e GOETTEMMS, M. **Cultura Grega Clássica**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1989.

_____. **Manual de Filosofia Política**: para os cursos de teoria do Estado, e ciência política, filosofia e ciências sociais. Flamarion Caldeira Ramos, Rúrion Melo, Yara Frateschi. São Paulo: Saraiva, 2012.